



unesp

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

**PROGRAMA DE
PÓS-GRADUAÇÃO
EM
GEOGRAFIA**

Bianca Caroline Bortolin

Determinações territoriais do assentamento Camaquã/Ipeúna-SP:
relações de poder e territorialidades

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS E CIÊNCIAS EXATAS

RIO CLARO

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

“Júlio de Mesquita Filho”

Instituto de Geociências e Ciências Exatas
Campus de Rio Claro

BIANCA CAROLINE BORTOLIN

**Determinações territoriais do assentamento Camaquã/Ipeúna-SP: relações
de poder e territorialidades**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. José Gilberto de Souza

Rio Claro - SP

2021

B739d Bortolin, Bianca Caroline
Determinações territoriais do assentamento Camaquã/Ipeúna-SP: :
relações de poder e territorialidades / Bianca Caroline Bortolin. -- Rio
Claro, 2021
170 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro
Orientador: José Gilberto de Souza

1. assentamentos rurais. 2. territórios. 3. práticas socioespaciais. 4.
Geografia do poder. 5. determinações territoriais. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca do Instituto de
Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

FOLHA DE APROVAÇÃO

BIANCA CAROLINE BORTOLIN

Determinações territoriais do assentamento Camaquã/Ipeúna-SP: relações de poder e territorialidades

Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências e Ciências Exatas do Campus de Rio Claro, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia

Comissão Examinadora

Prof. Dr. Jose Gilberto de Souza (Orientador)

Profa. Dra. Aline Weber Sulzbacher - FIH / UFVJM/Diamantina/ Minas Gerais

Prof. Dr. Marco Antonio Mitidiero Junior - CCEN / UFPB/ João Pessoa

Conceito: APROVADA

Rio Claro, 19 de fevereiro de 2021.

*Aos meus pais, Nonna Pina e Vovô Tião. À
Isabéia, que me trouxe a dimensão da vida para
além de mim.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Nonna Pina e Vovô Tião, que me incentivaram, direta ou indiretamente, aos estudos. Por todos os dias intensos, por todas as compreensões, ditas ou não.

Agradeço ao Prof. Dr. José Gilberto de Souza, por toda a companhia, aulas e oportunidades de trabalho coletivo e de crescimento, seja como aluna, seja como professora, seja como cidadã.

Obrigada por todas as aulas. Se sou professora hoje, você é o responsável.

Agradeço a todos os meus amigos que estiveram na trajetória, desde o início do mestrado, até aos que me sustentaram em seu final. Aos amigos da vida: Laura, Lucas, Pamela, Pedro, Henrique, Bruno, Débora, Alexandre, Vinícius, Karen, Ana, Rodrigo, Thais, Luiza. Aos amigos do PPGG. Aos amigos de estudos e pesquisas futuras que 2020 me deu: Rodrigo, Leandro, Lúcio, Alessandro. Às amigas de dança (ainda que eu não a tenha praticado durante a pesquisa): Marina, Roberta, Creusa, Aline, Raissa, Erica, Paula e Juliana. Agradeço a todos que passaram (e alguns ficaram) por mim durante esses três anos.

Agradeço ao CEAPLA pelo espaço cedido, pelo convívio humano de todos os dias. Ao Carlos, Vânia, Claudio, Sérgio, Mônica e Maíca, meu muito obrigada.

Agradeço a todos os Professores que pude conhecer, ouvir e aprender algo novo.

Agradeço à Biblioteca do campus de Rio Claro.

Agradeço ao ITESP e aos seus funcionários, em especial ao Jefferson, por toda a ajuda durante a pesquisa.

Agradeço aos assentados do assentamento Camaquã pela oportunidade de conhecer o que é a luta pela terra.

Agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq pelo financiamento desta pesquisa.

Agradeço aos artistas que me permitiram sobreviver à 2020. A trilha sonora deste trabalho, e desta etapa da minha vida, são de David Bowie, The Beatles e Bethânia.

À Piccola, que não imagina o bem que me faz.

RESUMO

Considerando que os territórios são construídos e mantidos através de relações de poder exercidas por grupos sociais, hegemônicos ou não, entende-se que analisar as práticas que configuram tais territórios permitem a identificação dessas relações de poder. Em locais com práticas específicas, como os territórios agrários brasileiros, as relações de poder podem ser exercidas de duas formas: favoráveis à alienação territorial, ou favoráveis aos constructos territoriais. Para o segundo caso, os assentamentos rurais configuram-se como sendo os locais onde as práticas contra hegemônicas podem ser exercidas. Entretanto, a localização do assentamento, a origem dos assentados e suas ações enquanto sujeitos históricos e de luta pelo acesso a terra, podem, em oposição, favorecer a cultura hegemônica, diminuindo a autonomia desses territórios e desses agricultores. Esta pesquisa tem por objetivo analisar as práticas socioespaciais exercidas no Assentamento Camaquã, em Ipeúna, SP; o qual demonstrou um alto nível de alienação territorial e de práticas que favoreçam a dependência deste território pelo capital externo a si, e uma elevada tendência à acumulação pela renda da terra através da monocultura e arrendamento.

Palavras-chave: assentamentos rurais, territórios, práticas socioespaciais, Geografia do poder, determinações territoriais.

ABSTRACT

Considering that territories are built and maintained through power relations exercised by social groups, hegemonic or not, it is understood that analyzing the practices that configure such territories allows the identification of these power relations. In places with specific practices, such as Brazilian agrarian territories, power relations can be exercised in two ways: favorable to territorial alienation, or favorable to territorial constructs. For the second case, rural settlements are configured as places where anti-hegemonic practices can be exercised. However, the location of the settlement, the origin of the settlers and their actions as historical subjects and of struggle for access to land can, in opposition, favor the hegemonic culture, reducing the autonomy of these territories and these farmers. This research aims to analyze the socio-spatial practices exercised in the Camaquã Settlement, in Ipeúna, SP, which demonstrated a high level of territorial alienation and practices that favor the dependence of this territory to external capital, and a high tendency to accumulate by renting the land through monoculture and leasing.

Keywords: rural settlements, territories, socio-spatial practices, Geography of power, territorial determinations.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Representação das práticas sócioespaciais	53
Figura 2 - Mapa de localização dos municípios de Ipeúna e Rio Claro - SP	Erro! Indicador não definido.
Figura 3 - Mapa de limites conflituosos do município de Ipeúna	
Figura 4 - Mapa de localização do Assentamento Camaquã.....	
Figura 5 - Mapa de localização dos lotes do Assentamento Camaquã.....	75
Figura 6 – Matéria de capa sobre as ocupações, em 12 de agosto de 1998.....	82
Figura 7 - Matéria referente às ocupações, em 12 de agosto de 1998.....	83
Figura 8 - Matéria referente ao abastecimento dos agricultores , em 15 de agosto de 1998.	85
Figura 9 - Matéria de capa referente ao início dos trabalhos agrícolas no acampamento, em 28 de agosto de 1998	86
Figura 10 - Matéria referente aos trabalhos na ocupação, em 28 de agosto de 1998.	87
Figura 11 - Matéria referente às ações do movimento social no estado de São Paulo, em 01 de setembro de 1998.....	88
Figura 12 - Presença de tocos do antigo Horto Florestal.....	96
Figura 13 - Indicação de comercialização de processados em um dos lotes do Assentamento camaquã, 2017	98
Figura 14 - Produção hortaliças para consumo em um dos lotes do Assentamento Camaquã, 2017	100
Figura 15- Produção de hortaliças para comercialização em um lote no Assentamento Camaquã	101
Figura 16 - Mosaico de fotografias dos animais criados para consumo.....	102
Figura 17 - Equipamentos presentes em alguns lotes do Assentamento Camaquã, 2017	111
Figura 18 - Condições das estruturas para os animais nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017	119
Figura 19 - Caixa d'água do ITESP para abasteciemento de lotes do Assentaemnto Camaquã, 2017	126
Figura 20 - Descarte inadequado de resíduos encontrado em um dos lotes do Assentamento Camaquã, 2017	129
Figura 21 - solo de aspecto argiloso encontrado nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017.	129
Figura 22 - solo de aspecto arenoso nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017.....	130
Figura 23 - Extração de argila próxima ao Assentamento Camaquã, 2017.	131
Figura 24- casa de alvenaria bem estruturada encontrada no Assentamento Camaquã, 2017.	132
Figura 25 - casa de alvenaria com estrutura precária encontrada no Assentaemnto Camaquã, 2017	133
Figura 26 - Sede de uma igreja neopentecostal dentro do Assentamento Camaquã, 2017	135
Figura 27 - Oratório católico dentro do assentamento Camaquã, 2017	136

Figura 28 - Por todo assentamento é possível observar a cuesta de Ipeúna, 2017	140
Figura 29 - Apelo paisagístico do relevo no município de Ipeúna, 2017	140

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - População no Assentamento Camaquã, 2017.....	74
Tabela 2 - Renda mensal nos lotes, 2017	76
Tabela 3 - Grau escolaridade no Assentamento, 2017	76
Tabela 4 - Atividades produzidas no Assentamento Horto Camaquã, 2017	97
Tabela 5 - Tipo de processamento artesanal feito no Assentamento Camaquã, 2017....	97
Tabela 6 - Produção agrícola nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017	99
Tabela 7 - Produção de animais (cabeças) por lotes no Assentamento Camaquã, 2017*102	
Tabela 8 - Produtos de consumo alimentar adquiridos nos mercados pelas famílias do Assentamento Camaquã, 2017	103
Tabela 9 - Frequência com que as famílias do Assentamento Camaquã vão ao mercado, 2017	104
Tabela 10 - Tempo que o lote no Assentamento Camaquã pertence à família, 2017 ..	106
Tabela 11 - Tempo que o assentado se dedica à atividade agrícola desenvolvida no lote do Assentamento Camaquã, 2017.	107
Tabela 12 - Principal atividade realizada no lote, 2017	109
Tabela 13 - Lotes que possuem equipamentos para trabalho, 2017	110
Tabela 14 - O que os agricultores do Assentamento Camaquã fazem quando não possuem o equipamento, 2017	112
Tabela 15 - Valores dos níveis tecnológicos encontrados nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017	113
Tabela 16 - Tabela de frequência das classes	115
Tabela 17 - Insumos utilizados pelos agricultores do Assentamento Camaquã, 2017.	117
Tabela 18 – Tipos de construção para à produção presentes nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017	118
Tabela 19 - Instituições que os agricultores do Assentamento Camaquã estão vinculados, 2017	121
Tabela 20 - Funções que os agricultores do Assentamento Camaquã julgam pertencerem a si, 2017	122
Tabela 21 - Oferta hídrica nos lotes.....	125
Tabela 22 - Vegetação encontrada nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017.....	126
Tabela 23 - Destino dos dejetos dos animais nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017128	
Tabela 24 – Modelo de transporte utilizado pelas famílias no assentamento Camaquã, 2017	133
Tabela 25 Eletrodomésticos encontrados no Assentamento Camaquã, 2017	134
Tabela 26 – Respostas dos assentados referente à pergunta sobre a existência de problemas em residir no campo, 2017	137
Tabela 27 - relação que os assentados mantém uns com os outros, 2017	137

Tabela 28 - Respostas dos assentados referentes aos atrativos turísticos que existem/podem existir nos lotes, 2017	141
--	-----

SUMÁRIO

PRELÚDIO: A PESQUISA COMO FORMADORA DO PESQUISADOR	11
CONTATO COM O OBJETO	11
COMPARAÇÕES E ALTERAÇÕES	12
A PESQUISA E A PANDEMIA DE COVID-19.....	16
INTRODUÇÃO	17
JUSTIFICATIVAS.....	19
OBJETIVOS	20
Objetivo Geral.....	20
Objetivos específicos	20
CAPÍTULO I — CONCEPÇÕES SOBRE TERRITÓRIO NAS ANÁLISES DE ASSENTAMENTOS RURAIS, RELAÇÕES DE PODER E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS.....	21
1.1 A ABORDAGEM TERRITORIAL NA GEOGRAFIA.....	21
1.2 CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS PARA CLAUDE RAFFESTIN	24
1.3 AS ANÁLISES RELACIONAIS DE UM ASSENTAMENTO RURAL: SISTEMATIZAÇÃO E ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO, TERRITÓRIO E ESTADO	28
CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE UM ASSENTAMENTO RURAL	33
2.1 PODER COMO SUBSTÂNCIA PARA AS RELAÇÕES E TERRITÓRIOS	35
2.2 DECISÕES METODOLÓGICAS	40
2.3 O SISTEMA TERRITORIAL DE CLAUDE RAFFESTIN E A PERSPECTIVA DE CONSTRUCTO E ALIENAÇÃO TERRITORIAL	41
2.4 ELENCO DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS	48
CAPÍTULO III – HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CAMAQUÃ	55
3.1 AS ESTRADAS DE FERRO E OS HORTOS FLORESTAIS	58
3.1.1 Matéria-prima para a ferrovia: os Hortos Florestais.....	58
3.2 EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO	64
3.2.1 O que motiva o surgimento de lutas no espaço agrário do Brasil	64
3.2.2 A lei de Revisão Agrária e as políticas de reforma agrária no estado de São Paulo	67
3.2.3 Criação de instituições de execução das políticas públicas de reforma agrária: origem e formação do ITESP	69
3.2.4 Papel do ITESP nas ações de Reforma Agrária	70
3.3 CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO CAMAQUÃ	72

3.3.1 Elementos da estrutura física da região do Assentamento Camaquã	72
3.3.2 Interpretações acerca do Assentamento Camaquã.....	76
3.3.3 Ocupação de um espaço agrário e a mídia local.....	81
3.3.4 A formação do Assentamento Camaquã contada pelas lideranças e pelos funcionários do ITESP	88
CAPÍTULO IV — PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE UM ASSENTAMENTO RURAL	93
4.1 ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DO ASSENTAMENTO CAMAQUÃ	94
4.1.1 Autoconsumo.....	95
4.1.2 Trabalho Familiar	105
4.1.3 Consumo intermediário	123
4.1.4 Circuito curto de comercialização e Circuitos longos de Comercialização	123
4.1.5 Conservação ambiental.....	124
4.1.6 Qualidade de Vida	131
4.1.7 Patrimônio histórico e cultural	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	144
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
ANEXO.....	161

PRELÚDIO: A PESQUISA COMO FORMADORA DO PESQUISADOR

Intencionalmente ou não, cada pesquisador se relaciona com seu objeto de estudo, encontrando-o durante sua vida ou apenas nos livros, buscando a empiria. Se essa relação é indispensável, consequências desta aparecerão em alguma etapa da pesquisa, em produções posteriores, ou na mudança de caminhos e rumos tomados pelo pesquisador para a conclusão de sua atividade reflexiva.

Entendendo que a alteração na abordagem metodológica pode vir a surgir não apenas de uma pesquisa para outra, mas durante a realização do processo, o pesquisador deverá, ao início de seus trabalhos, estar ciente de que alterações são esperadas e que são saudáveis para a construção do trabalho reflexivo; principalmente quando seu objeto são as relações sociais. A depender do método científico utilizado, mudanças são observadas por bons ou maus olhos. As condições de pesquisa refletem muito na percepção desse movimento, que é natural, e na forma como o pesquisador irá lidar com tal desconforto – o de “não dar certo”.

Compreendendo que as pesquisas possuem como característica os resultados esperados, especulações são feitas sobre seus produtos e sobre a divulgação. Por reconhecer a necessidade de expor o que ocorre durante o processo de pesquisa, esta parte do trabalho conterà etapas desse movimento no pensamento, tendo o pesquisador como foco, na busca pela reprodução real do objeto pesquisado. Não se pretende fazer uma discussão aprofundada sobre a relação objeto – pesquisador, ou sobre os métodos trabalhados; mas apenas registrar que houve alterações e que estas foram vistas positivamente como necessárias, mesmo com receio em aceitá-las. Todas essas etapas se passaram durante o exercício de aprendizagem do método materialista histórico, concomitante ao exercício de elaboração de uma pesquisa científica. Antes da tarefa comparativa de metodologias, acredita-se ser de grande importância a contextualização sobre como se deu o contato entre pesquisador e objeto de pesquisa.

CONTATO COM O OBJETO

Iniciada durante a graduação em Geografia, o contato com a Geografia Rural e Agrária ocorreu pela participação no Núcleo de Estudos Agrários (NEA/DG/IGCE/UNESP), nos anos de 2015 a 2017. Nesse período, as leituras, discussões, trabalhos de campo e trabalhos acadêmicos de iniciação científica permitiram a construção de um conhecimento teórico da abordagem geográfica sobre o espaço rural brasileiro, as relações de classe, e sua dimensão; tendo como empiria os espaços agrários paulistas e da cidade de Rio Claro (SP). É pela troca que se constrói o conhecimento.

No ano de 2016, o Núcleo fez parte de uma grande pesquisa, a qual tinha como objetivo conhecer e mapear a área rural do município de Ipeúna (SP), que buscava elaborar um plano diretor voltado ao turismo, a fim de receber verbas estaduais específicas para atividades turísticas, resultando na confecção (por parte do município de Ipeúna) de um Plano Diretor de Turismo.

O contato com o espaço era necessário. Partindo, então, do conhecimento local (estradas, histórias e relações sociais, moradores), fez-se um primeiro trabalho de campo, como um reconhecimento espacial em si. Sabia-se do município através de leituras preliminares, e por conhecer a geografia regional das áreas rurais paulistas. Após observar o espaço, o Núcleo iniciou os trabalhos de campo em efetivo, com a coleta dos dados por meio de um formulário (papel) e entrevistas com os moradores da área rural do município de Ipeúna. Os primeiros dados foram coletados junto ao Assentamento Rural Camaquã¹. A escolha foi dada pela organização espacial local: ser formado por lotes seguidos, numerados e de mesmo tamanho, o que facilitaria o começo da aplicação.

Nunca havia estado em um assentamento rural. Pouquíssimas vezes conversei com um assentado rural. E foi com o passar dos dias, frequentando, ouvindo, conversando, sentindo, vendo as condições de vida de cada um que minha percepção sobre estes mudou. Foi como se, antes, eu usasse óculos com lentes que me permitiam ver, mas sem perceber os detalhes. E, por não perceber as particularidades, tomei rumos iniciais de pesquisa que, mais tarde, mostrariam-se equivocados do ponto de vista metodológico. Para expor tais equívocos e alterações, a próxima etapa contará com a comparação entre os objetivos iniciais e àqueles que apareceram como reais ao objeto de estudo.

COMPARAÇÕES E ALTERAÇÕES

De início, o projeto recebia como título “*O sistema territorial do assentamento Camaquã/Ipeúna-SP: relações de poder e territorialidades*”. Nele, o objetivo geral era analisar os processos que configuram o sistema territorial do Assentamento Horto Camaquã a partir de indicadores que assinalem as novas ruralidades e a presença de elementos que caracterizam a multifuncionalidade da agricultura.

De início, as leituras foram sobre temas e conteúdos já conhecidos, como textos sobre geografia rural, agricultura familiar e assentamentos rurais (BERGAMASCO, 1996;

¹ Existe um conflito sobre o nome oficial. Pela portaria ITESP-12, de 8/12/2000, publicado no D.O.E. em 9/12/2000, o Assentamento chama-se Horto Camaquã, com início em setembro de 1998. Pelo INCRA, o Assentamento chama-se PE Camaqua, e teve sua inscrição em 27/12/2000. No site do ITESP, presente ano, em “informações sobre assentamentos”, o nome encontrado é Camaquã. Para a pesquisa, assumiremos a definição atual do ITESP.

FERNANDES, 1996; CARNEIRO, 2008; SOROKIN; ZIMMERMAN; GALPIN, 1981; MAZOYER, 2009; FERREIRA, 2001), multifuncionalidade (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; CARNEIRO E MALUF, 2003; SABOURIN, 2005), produção alimentar, pequenos municípios (ENDLICH, 2006; WANDERLEY, 2004), relações de poder, modernização da agricultura (OLIVEIRA, 2015), modelos de agricultura (KAGEYAMA; GRAZIANO DA SILVA, 1996; GRAZIANO DA SILVA, 1980; GRAZIANO DA SILVA, 1997), turismo em áreas rurais, indicadores (ANAZAWA et al., 2013; BELLENTANI, 2010; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2007; (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2000; KAGEYAMA, 2003; KAGEYAMA, 2004a, 2004b), Geografia (CORRÊA, 1997; 2010; RAFFESTIN, 1993), metodologia para entrevistas (ROSA E ARNOLDI, 2006).

Ao buscar uma aproximação teórica com a principal produção literária sobre Geografia e relações de poder, perceberam-se algumas incoerências nas categorias tomadas como adequadas para a explicação do concreto. O objetivo do trabalho pautava-se na caracterização da multifuncionalidade da agricultura familiar e as relações de poder sobre estas. E esse foi o equívoco: partir de categorias que me dariam as respostas esperadas – de uma agricultura familiar ainda precária em comparação à grande produção, e de relações de poder nas quais os assentados pouco agem na posição de exercício do poder (desconsiderando a escala familiar) – e não por categorias apriorísticas.

As duas condições são próximas. O que as difere é que, ao tratar por categorias apriorísticas, há possibilidades de mudança, caso necessário, se a categoria escolhida não for suficiente para entender e explicar o real observado. Diferente desta abordagem, tratava as categorias como formas imutáveis na pesquisa, ou seja, deveria entendê-las e fazer com que o real se encaixasse nelas. Um equívoco ao se tratar de pesquisas sociais e que possuem um objeto de estudo móvel, longe de classificações e tabulações. Essas percepções só foram possíveis através da aproximação às leituras de teor crítico e que tinham como método o materialismo histórico (ou ao menos se propuseram a segui-lo), como em Raffestin (1993), ou em textos sobre o espaço rural e agrário brasileiro (ABRAMOVAY, 2013; BECKER, 1983; BOMBARDI, 2005; GRAZIANO DA SIL, 1982; OLIVEIRA, 1996, 2013, 2015; PAULILO, 2004; STEDILE; FERNANDES, 2012; entre outros). A mudança foi iniciada quando percebi que partia de modelos explicativos que desconsideravam a configuração classista da sociedade burguesa e capitalista; ou que não se pautavam nas relações de classe, o que, portanto, não permitiria o exercício do método materialista histórico.

Entendia que havia tipos de agricultura e agricultores, e que uma (pelas técnicas de modernização) não excluía as outras. Em outro exemplo, partia pelo trato otimista dado à

abordagem da multifuncionalidade da agricultura familiar, que focava na multiplicidade das funções e atividades realizadas nas pequenas propriedades rurais, não entendendo que a essência era sempre a mesma: a luta e o conflito de classes, a reprodução dos grupos hegemônicos e a exploração dos trabalhadores; características das relações de poder. A multifunção não age apenas no aumento da renda ou no romântico retorno à vida no campo. Ela serve também para aprofundar e legitimar a exploração (direta ou indireta) do trabalho e da renda da terra. Essas “novas maneiras” ou esse “novo rural” – caracterizado pelo acúmulo de funções agrícolas, turísticas ou de comércio – podem propor diferentes formas de organização, mas possuem em sua essência a tradicional tendência de ampliação da exploração.

As análises multifuncionais podem sim serem realizadas. Em sua maior parte, apresentam descrições e observação da aparência dos objetos estudados, análise de paisagens ou propõem o acúmulo de funções sobre um mesmo espaço, e com foco nas relações culturais dos lugares e espaços. Elas devem, portanto, estarem presentes nas pesquisas com abordagem metodológica que tenham como finalidade tais apresentações. Atentar para que tais perspectivas não corresponderiam com o método materialista histórico foi o principal motivo da mudança teórica, que antes via as novas ruralidades apenas pelo olhar positivo e de solução.

A proposta de indicadores pode se validar em análises materialistas históricas, mas, para tal exercício, a interpretação dos dados trabalhados torna-se fundamental, para que alcancemos a essência do objeto pesquisado. Esta foi realizada na parte II do presente trabalho.

Para Graziano (1997), o novo rural é consequente à globalização, ao estilo de vida urbano inserido no espaço rural e à inovação técnica de transporte e comunicação (essas se assemelhando muito às ideias de Raffestin (1993) com energia e informação). Exercer outras atividades para garantir a permanência no campo é justamente a face escondida do aumento da exploração; tanto que o autor a chama de “não agrícola”. Buscar as redes dessas “novas ruralidades” também foi um caminho para a observação crítica dessas estruturas ou condições de reprodução.

Já, as relações de poder são características de uma categoria analítica geográfica, o território; e a base para a elaboração da pesquisa foi encontrada em Raffestin (1993). O autor entendeu que os territórios são compostos pelas relações de poder e estas podem ser observadas a partir de sua representação (imagem) das redes de atuação desses poderes (ponto, linha, rede). Se as relações de poder, na sociedade burguesa, caracterizam-se pelos conflitos de interesse das classes sociais, as análises da pesquisa não poderiam se pautar em uma metodologia que não considera a existência destas; ou que não se preocupam com as condições e consequências da pluriatividade aos pequenos agricultores.

Nesse sentido, tem-se como objetivo não mais o assinalar daquilo que chamamos de novas ruralidades e dos elementos que configuram as multifuncionalidades; mas sim de uma compreensão das relações de poder que configuram o território do Assentamento Camaquã. A presente pesquisa, novamente, não ignora a colaboração que os conceitos centrais anteriores teriam nas análises do espaço rural; mas apenas de que elas não possuem uma capacidade explicativa do real sobre o que acontece no Assentamento, não permitindo tanto a expressão do objeto como das condições a sua volta. Portanto, a utilização de indicadores baseados em tais conceitos não revelariam o que há e ocorre neste território, mas apenas o que seria passível de inserção na metodologia e que corresponderia aos conceitos de novas ruralidades e de multifuncionalidades, sem que houvesse o questionamento acerca da origem de tais condições ou sobre as relações de poder.

Outro equívoco no projeto inicial é encontrado nas justificativas à pesquisa. Nota-se uma confusão com a conceituação de multifuncionalidade e pluriatividade, tratando-as como sinônimos, ou que elas possuem a mesma origem. Acredita-se que as abordagens multifuncionais recaem sobre as análises dos espaços rurais. Em distinção, a pluriatividade observa as demais atividades realizadas pelos pequenos agricultores e proprietários de pequenos lotes a fim de complementar a renda familiar. Portanto, as pluriatividades correspondem ao reforço da exploração e do trabalho necessário a ser empregado para a obtenção de renda suficiente; e no não reconhecimento dos próprios agricultores em se considerarem como importante membro da sociedade (como produtores diretos de alimentos ou de outras funções previstas pela multifuncionalidade). Entretanto, essas demais funções para além da produção agrícola são apenas modelos analíticos nos quais se possui uma idealização de como a sociedade deveria olhar para os espaços rurais; e não de que estejam, de fato, cumprindo uma ou mais funções. Novamente, esse erro é observado devido ao não alinhamento metodológico das abordagens multifuncionais e pluriativas dos espaços rurais com o método que trabalha com aquilo que o objeto demonstra.

Além disso, a interpretação de que as redes geográficas surgem no período correspondente à industrialização é equivocada, uma vez que as configurações espaciais que podem vir a conformarem redes sempre existiram, mas em escalas menores de interação e dependência. Hoje, as redes configuram-se em condições planetárias e interligam territórios antes distantes. Para tanto, as indicações de que os dados coletados permitirão a elaboração das redes continuam a ser consideradas nas justificativas deste momento.

Outras indicações controversas eram observadas nos objetivos da proposta de pesquisa, referentes aos indicadores de multifuncionalidade e de elementos do novo rural. A mudança de

perspectiva ao olhar para aquilo que o sujeito demonstra ser contradiz com a tentativa de se medir a intensidade com que os elementos do novo rural e da multifuncionalidade ocorrem no Assentamento Camaquã. O que é possível, a partir das reflexões feitas, é verificar quais categorias o objeto demonstra ter e, posteriormente, identificar quais são os fenômenos correspondentes a essas categorias e, finalmente, medir a intensidade com que ocorrem. O caminho inverso – de elencar um fenômeno e buscar mensurá-lo, sem saber se ele é observável no objeto – entraria em contradição com a proposta metodológica desta pesquisa.

Ressalto que as primeiras páginas deste trabalho não possuem como propósito repelir ou censurar as produções científicas que se baseiam na perspectiva da multifuncionalidade. Foi graças ao seu contato que pude expandir meus conhecimentos sobre o espaço rural brasileiro, para só depois entendê-lo a partir da perspectiva crítica das relações de classe na sociedade burguesa.

A PESQUISA E A PANDEMIA DE COVID-19

De todas as formas e escalas, a pandemia da COVID-19, no ano de 2020, trouxe – e ainda trará – consequências não apenas à sociedade, mas aos indivíduos, em suas especificidades. No caso deste trabalho, o isolamento social e as medidas de prevenção e diminuição do contágio interferiram de maneira grande, especificamente na realização do trabalho de campo, enquanto retorno, ao Assentamento Camaquã. Nele, a retomada das relações com as famílias e a aplicação de um novo formulário, refeito a partir da especificidade daquele território, seria aplicado. No entanto, o trabalho com os dados já coletados em 2017 se fez a forma mais sensata para sua finalização.

No caso da pesquisadora, as questões emocionais não atuaram de maneira distinta à pesquisa. Os relatos de dificuldade de escrita em tempos comuns de produção científica são frequentes. Em tempos anormais, essa dificuldade se fez ainda maior. Ainda que haja a motivação e a necessidade de finalização do trabalho, retomá-lo a partir dessas novas circunstâncias, com tantas coisas acontecendo ao mesmo tempo, foi muito difícil. Como pensar na finalização de um trabalho acadêmico em meio a tanto sofrimento e angústias?

Em tempo, o texto foi finalizado, com o melhor possível dentro do contexto histórico em que é finalizado. Que este item não conte como parte importante da pesquisa, mas sim como registro desse momento, de negação da ciência, de dissonâncias coletivas, de isolamento social.

INTRODUÇÃO

As práticas socioespaciais constituem as territorialidades, dão forma aos territórios e integram os sistemas territoriais das relações diretas e indiretas entre os espaços delimitados, os sujeitos e entre sujeito-espço. O avanço e consolidação de uma economia de fronteiras internacionais, favorecidas por ações e políticas imperialistas e neoliberais (CANETTIERI; NEVES, 2018), configuraram formas de uso e ocupação dos espaços com caráter exploratório e segregador. Simultaneamente, em escala nacional e local, o desenvolvimento da financeirização (HARVEY, 2011) permitiu a expansão de estratégias que visavam a exploração de bens naturais privatizados, além do próprio acesso irrestrito deste a terra. As práticas acumulativas e especulativas dos proprietários de terra induzem a formação de organizações sociais populares que buscam a permanência e manutenção da reprodução de vida no campo.

Temendo o crescimento de tais movimentos sociais, as organizações governamentais e a própria burguesia nacional brasileira, desde o início do período ditatorial até o início do século XXI, foram favoráveis às práticas de redistribuição de terras aos pequenos produtores, em uma tentativa de paralisar e acalmar esses grupos. Entretanto, justamente por sua motivação ser a de apaziguar os conflitos – ideia oposta ao que se compreender por práticas de reforma agrária e de possibilidades de acesso aos bens naturais, a fim de garantir a autonomia dos sujeitos e dos grupos sociais – é que as tais reformas ganham mais força nos espaços midiáticos e na atenção acadêmica. A luta e o acesso, justificado em lei e pela história, às terras se intensificam, no estado de São Paulo, através de políticas públicas no período da redemocratização brasileira (década de 1980), mediante distribuição de terras de domínio estadual, recebidas como dividendos do período de industrialização e desenvolvimento do ciclo econômico cafeeiro, que permitiram a promoção de linhas férreas e do cultivo da silvicultura para seu abastecimento. Essas terras, de posse do estado de São Paulo, seriam destinadas às políticas de distribuição e constituição de assentamentos rurais, principalmente aos grupos pertencentes aos movimentos sociais que lutavam por tal conquista.

As lutas e a formação desses movimentos sociais são, portanto, consequência do acesso privado e excludente de qualquer pessoa a terra no Brasil (desde à Lei de Terras de 1850) e à produção alimentar – característica da propriedade privada no capitalismo – bem como das novas organizações sociais, da divisão social do trabalho e do crescimento da técnica.

Essas são algumas das condições que fazem surgir resistências e de outras formas de organização menos abusivas. Tais relações, independentemente de sua origem e destino, configuram os territórios e as territorialidades existentes e são passíveis de representação, seja por modelos cartográficos, ou por modelos de sistemas, fechados ou abertos, apontando para as

escalas, intensidades, distâncias e conteúdos carregados por essa trama que é, simultaneamente, composta por diferentes esferas, mas que se inter-relacionam direta e indiretamente: econômica, política, social e ambiental.

A elaboração de uma representação para análise das práticas socioespaciais pode configurar tanto uma tentativa de simplificação dessas relações, como de demonstração de toda a trama envolvida, detalhadamente, com cada ação-reação dos sujeitos e instituições participantes. Para tanto, considerar que os sujeitos sejam participantes diretos da construção da história, e avaliar em que medida as territorialidades praticadas pela agricultura modernizada e comoditizada se comportam e influenciam os espaços de resistência à lógica acumuladora, permite compreender as influências das instituições e dos espaços urbanos sobre esses territórios. Além disso, as territorialidades pertencentes ao território do Assentamento Camaquã, recorte de análise desta pesquisa, configuram suas tramas internas, condição necessária para análises das práticas socioespaciais exercidas pelos assentados e sua efetivação enquanto constructo ou alienação territorial.

JUSTIFICATIVAS

As justificativas para a realização desta pesquisa correspondem à localização, organização espacial, às condições de distribuição dos recursos que configuram o território do Assentamento Camaquã, bem como às territorialidades dos assentados e suas organizações social e familiar. Dessa forma, a confecção de representações das práticas socioespaciais existentes no Assentamento Camaquã pode indicar o nível de dissimetria das relações de poder que agem sobre o espaço, bem como o poder emergente dos próprios assentados, como força de emancipação e autonomia produtiva.

Sendo ele um território singular em comparação com sua região de localização, suas territorialidades carregam tanto aspectos próximos às características campesinas, como também demonstram vontades de organização e aproximação ao modelo hegemônico de produção. Conseguir identificar esses elementos possibilita o entendimento dessas territorialidades e a criação de ações que permitam o melhor desenvolvimento daquilo que os agricultores justificarem como sendo de suas necessidades, bem como favorece o desenvolvimento de políticas públicas necessárias e úteis às famílias e ao assentamento, visando a sua inclusão local, reconhecimento e pertencimento deste na comunidade municipal, buscando o fim da percepção e visão preconceituosa e negativa sobre os assentados.

Pela sua localização, o Assentamento Camaquã encontra-se em uma região caracterizada pelo alto grau de urbanização e industrialização (SAMPAIO, 2009), com fortes relações de tipo industrial (sejam elas urbanas ou rurais). No campo, em específico, observa-se o predomínio do modelo monocultor de uso do solo, principalmente na cultura de cana e pecuária. A intensidade com que a agricultura moderna aparece na região influencia na forma como os assentados se colocam frente a ela: enfrentamento ou adesão. Os dois municípios são classificados, a partir de critérios de hierarquia urbana utilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como cidades de porte médio (Rio Claro) e de porte pequeno (Ipeúna) (REGIC, 2007). Significa dizer que a região reproduz relações características das formas alienantes de territórios, propícios para que as formas hegemônicas sejam predominantes.

OBJETIVOS**Objetivo Geral**

Avaliar as práticas socioespaciais do Assentamento Camaquã, identificando se elas contribuem para o constructo territorial ou para a alienação territorial.

Objetivos específicos

- Analisar a formação de assentamentos rurais no estado de São Paulo nos espaços dos hortos florestais e da ferrovia;
- Identificar os níveis de alienação territorial e de constructo territorial presentes no Assentamento Camaquã;
- Elaborar a representação gráfica das práticas socioespaciais do Assentamento Camaquã.

CAPÍTULO I — CONCEPÇÕES SOBRE TERRITÓRIO NAS ANÁLISES DE ASSENTAMENTOS RURAIS, RELAÇÕES DE PODER E PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS

Ao revelar as contradições com as quais os movimentos sociais lidam dentro de um assentamento, é possível observar as transformações de um território a partir da expressão da luta de classes (OLIVEIRA, 1996), e que não são condições totalmente distintas ou opostas ao modelo capitalista de produção, mas sim formas de resistência e de exercício de lógicas menos predadoras, e se traduzem em valor. Compreender como as formas de resistência dos movimentos sociais se dão nos espaços de reforma agrária, a partir de suas práticas socioespaciais, possibilita compreender quais formas estão sendo reproduzidas ou negadas nesses territórios, a fim de conceber se os assentamentos rurais no Brasil são exemplos de constructos territoriais e de autonomias, ou se são apenas mais uma forma, indireta, de acúmulo pela renda da terra por parte do capital hegemônico.

Para tais análises, o presente capítulo indicará o histórico no uso da categoria território como categoria analítica, seu uso na obra de Claude Raffestin (1993), e as concepções de conceitos a serem utilizados no decorrer da análise das práticas socioespaciais do Assentamento Camaquã – Ipeúna (SP).

1.1 A ABORDAGEM TERRITORIAL NA GEOGRAFIA

O território como categoria analítica para os trabalhos geográficos possui uma historicidade marcada por dois momentos. No primeiro, por uma aproximação às ciências biológicas no século XIX; e no segundo, pelo período pós Segunda Guerra (1939-1945). Em ambas as situações, o território foi utilizado por permitir não apenas a reflexão, mas também como justificativa das ações de instituições sobre os espaços. Para tanto, contextualizaremos esses dois períodos, objetivando compreender as motivações contidas no uso da categoria território como forma analítica fundamental à Geografia.

Entende-se como marco do uso da categoria território a obra de Friedrich Ratzel², realizada durante o período bismarckiano, influenciada pela unificação e consolidação do estado moderno alemão. Na obra inaugural, nominada *O Solo, a Sociedade e o Estado*, publicada em 1899, Ratzel partiu de duas condições que explicariam as relações entre o que é dado (solo), o que existe (sociedade) e o que é criado (Estado). A alegação seria a de que um povo não pode existir sem um solo e que este deveria ser protegido pelo Estado e por suas

² Viveu de 1844 a 1904 no período de unificação prussiana.

instituições; derivando de um entendimento ambientalista sobre o que é um território, o mesmo utilizado por biólogos e cientistas naturais nas análises de grupos e espécies da fauna.

Neste pequeno texto, Ratzel indica que os estudos geográficos que relacionam o Estado e o solo são mais profundos devido à condição de que o Estado existe em uma espacialidade delimitada, possui fronteira e, portanto, um espaço de ação, um território. Ratzel justifica as relações humanas com o solo pelas finalidades de habitação e alimentação e, posteriormente, especifica as relações entre solo e família (pela criação de territórios específicos e culturais), solo e Estado e solo e progresso (pela cultura e o comércio). O autor constrói essas associações a partir de sua concepção do que seria o objeto de estudo da Geografia, que a ela “[...] ‘restaria’ tematizar as relações que impulsionaram ou frearam este movimento [dos povos pelo planeta], as trocas que se estabeleceram entre os homens e os meios naturais de suas sedes originárias e dos espaços pelos quais trafegaram” (MORAES, 1990, p.8).

Ao tratar o espaço pertencente a um Estado como um organismo, as estruturas e instituições desse Estado teriam como motivação sobreviver. Ratzel denomina de *espaço vital* a extensão necessária para a vida de um Estado, sendo ela passível de adição ou subtração de áreas, em decorrência da realização das leis que determinam o Estado. Em definição, seria “[...] uma porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade” (MORAES, 1990, p.23). Justificaria, então, os Estados entrarem em conflito para garantir proteção ou expansão do seu território, que é “necessário” para sua existência.

Para Costa (1992, p.34), a associação do Estado a um organismo seria uma ideia sustentada pelo “[...] seu caráter de agente articulador entre o povo e o solo”; o que justificaria o seu devir em ser um Estado centralizador e forte, com poderes maiores e acima da sociedade. Há ainda a interpretação de que Ratzel pensava a relação Estado – solo a partir de uma perspectiva Biogeográfica de análise do espaço e dos seres que o habitam, uma vez que o Estado seria “[...] uma forma de propagação da vida na superfície da Terra” (HAESBAERT, 2014, p.65).

Ratzel categoriza, portanto, o território como sendo “[...] uma determinada porção da superfície terrestre apropriada por um grupo humano. [...] o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade” (MORAES, 1990, p.23). Nestas condições é possível compreender a proximidade de seu pensamento às definições biológicas sobre território, sendo para ele instintivo a disputa. Dessa forma, naturaliza-se a competição por um pedaço da superfície, principalmente dos espaços em que é possível encontrar trabalho despendido neste, sobre o esforço de se tirar algo da natureza, justificando assim tanto a defesa como a luta por uma área.

É importante frisar que a perspectiva ratzeliana indica o Estado como sendo o único a centralizar e regular os territórios, o único a concentrar e exercer poder. Porém, Souza (2009) assinala para a ideia relacional dos e entre os territórios; de que não há um único sujeito ou uma única instituição que atue na orientação dos territórios, mas sim que alguns influenciam mais e outros menos, a depender da escala. Essa condição justifica-se pela existência do poder em outras relações, como indicara Foucault (1988).

O retorno à Ratzel se faz por necessidade de contextualização sobre a história do pensamento geográfico. Em nada essa etapa do trabalho buscou aproximar-se de suas outras análises sobre as relações entre homem e espaço, como o conceito de espaço vital. Entende-se que as leituras feitas precisam considerar o tempo histórico em que estas foram escritas e, em exercício metodológico, avaliar se tais conceitos correspondem à realidade.

Simultaneamente à formação e consolidação de um Estado moderno alemão, o pensamento geográfico também acontecia em outros lugares, como na França. Na tentativa de conter uma possível expansão germânica, o Estado francês, vindo de um contexto de Revolução Francesa e liberalismo político, passou a apoiar o desenvolvimento da Geografia, a partir dos critérios de: deslegitimação da geografia alemã e justificativa da expansão francesa (MORAES, 2007). Essa geografia francesa foi sistematizada e divulgada por Paul Vidal de La Blache e seus seguidores, deslocando da Alemanha o eixo de discussão.

As críticas que La Blache faz à geografia alemã demonstram que o autor pensava uma Geografia neutra de discursos políticos, baseada apenas em cumprir seu objetivo de estudo: ser a ciência dos lugares, e não a dos homens (MORAES, 2007), em que a região é tida como categoria analítica, indicando que a função da ciência geográfica seria “um trabalho de identificação das regiões do globo” (MORAES, 2007, p.87).

A abordagem lablacheana permitiu o crescimento de estudos descritivos sobre diversas áreas do planeta, gerando publicações numerosas e um intenso conhecimento sobre as regiões do globo, suas condições físicas, descrições sobre as disposições sociais e dos bens naturais disponíveis, mas foi levada à exaustão (MORAES, 2007). Essa exaustão configurou a fragmentação da ciência geográfica, impondo aos geógrafos da época o emprego de suas técnicas a partir da divisão em novas áreas do conhecimento geográfico, criando assim as áreas específicas de investigação e descrição, como as Geografias Rural, Urbana, da População e Econômica, por exemplo. Os geógrafos favoráveis à função descritiva da ciência geográfica mantinham-se distantes de exercer qualquer tipo de papel político direto.

Já no período pós Segunda Guerra, as configurações sociais e políticas do mundo não se arranjavam da mesma maneira que no início do século XX. As relações sociais se

aprofundaram em desigualdades a partir de uma reestruturação das relações capitalistas, principalmente entre os próprios países. As perspectivas de uma economia interligada globalmente exigiram outras formas de análise e explicações sobre o que ocorria na sociedade, agora compreendida em uma escala mundial.

Para Becker (1983), o retorno à perspectiva territorial nos trabalhos geográficos também é justificado pela necessidade de interpretações multidimensionais sobre o espaço; compreender como se dão as relações em seus limites — em escala, grau de intensidade, número de executores, por exemplo — permitindo o entendimento sobre o poder, uma vez que este possui mais de uma origem. A mudança no paradigma geográfico foi dada, portanto, por duas condições: o progresso da ciência e as preocupações com o surgimento de novos problemas sociais advindos (ou explicitados) do período de pós-guerra; e pelas novas organizações ajustadas pelo capitalismo (como a consolidação de ideais neoliberais).

1.2 CARACTERÍSTICAS DOS TERRITÓRIOS PARA CLAUDE RAFFESTIN

Pelas condições que favoreceram a retomada do uso da categoria território nas análises geográficas, baseamos o presente trabalho em uma das obras que marcaram essa transição e a quebra de paradigma, buscando entender os motivos pelos quais tal produção é importante para a História do Pensamento Geográfico e sua influência em produções e propostas posteriores. Em sua obra mais importante, *Por uma Geografia do Poder*, de 1980, Claude Raffestin busca renovar o pensamento da Geografia Política e levá-lo à reflexão sobre a organização dos elementos que compõem os territórios e suas relações.

Raffestin (1993) inicia uma discussão acerca da Geografia Política feita até o momento, apontando que o conceito de poder sempre esteve presente nessa área, principalmente pela importância e pelo uso da categoria território nas análises. Mesmo participando do movimento de quebra do paradigma geográfico sobre uma categoria analítica ser mais adequada que outras, Raffestin (1993) indica, assim como Ratzel, elementos que serviriam como base para as investigações territoriais de cunho geográfico. Seriam eles a *população*, os *recursos* e os *territórios*, partindo das relações de poder que podem ser percebidas logo no primeiro plano, ou nas vinculações de menores escalas de ocorrência.

Como exemplo, Raffestin (1993) utiliza a população (junto ao recurso e território) na análise geográfica, considerando as relações de poder, a partir das esferas de recenciamentos, línguas, religiões, raças e etnias. Nos recenciamentos — realizados desde os governos romanos — é possível a obtenção de uma “imagem da população” (RAFFESTIN 1993, p. 67). De modo que a origem ou a legitimidade do exercício do poder pertence ao Estado ou a outros grupos

sociais, o conhecimento das imagens das populações permite tanto o aumento dos domínios sobre elas como a amplitude no uso dos recursos disponíveis (RAFFESTIN, 1993).

Já os recursos são frutos das relações de poder exercidas sobre a obtenção e uso disso que nos é “[...] dado à prática [...]” (RAFFESTIN, 1993, p.223) e, assim, esse conteúdo deixa de ser matéria e se torna recurso. A ideia de recurso prevê a privatização de um bem comum, sendo ele um produto de relações de poder observadas na forma de obtenção, uso e destinação dessa matéria natural transformada através da tecnicidade e com alguma finalidade de uso individual ou coletivo, cumprindo ou não a função de sanar as necessidades dos sujeitos sociais. Ressalva-se que esta discussão não será realizada neste trabalho.

Outro componente necessário para as análises das relações de poder na esfera dos recursos são, para Raffestin (1993, p.237), os atores e suas estratégias. Para ele, os atores podem atuar de quatro maneiras distintas:

- 1) Não ter o controle das técnicas e nem das matérias;
- 2) Ter o controle apenas das técnicas;
- 3) Ter o controle apenas da matéria;
- 4) Ter ambos os controles.

Ressaltamos que não se valida a capacidade explicativa sobre o real do conceito *atores*, utilizado por Raffestin (1993). Aqui se demarca que essa denominação carrega consigo a ideia de que o sujeito possa agir como se estivesse sobre um palco, e que suas ações não estariam de fato acontecendo ou tendo consequências sobre outros sujeitos. A perspectiva adotada por Raffestin retira do sujeito as responsabilidades de suas ações, resultando em sujeitos alienados de sua realidade; além de dificultar uma possível quebra no ciclo de exploração e no surgimento e crescimento de pensamentos e ações críticas, como os exercícios reflexivos. Reconhece-se então que as relações de poder são percebidas na privatização e comercialização de bens naturais (matéria natural transformada em recurso através da apropriação), e nas ações dos sujeitos e suas ligações com a tecnicidade e o acesso aos bens naturais.

Compreende-se, desde já, que as análises sobre os territórios podem abarcar um número alto de elementos, e que estes devem permitir a compreensão das necessidades, projetos e intenções de poder dos grupos sociais e das instituições. Raffestin (1993) demonstra preocupação com o uso banal de conceitos pela Geografia. Dessa forma, o autor parte da condição de que há uma diferença entre espaço e território, não sendo sinônimos de um mesmo fenômeno. Para ele, o espaço é dado, está em condição primeira de existência em relação ao território, que é produzido a partir de projeções do trabalho, energia ou informação que ocorrem no espaço, pelo homem.

O autor constrói sua teoria a partir do pensamento de Henri Lefebvre (1978), de que o espaço é inerente, é uma “prisão natural”, e os territórios seriam, portanto, as “prisões construídas” pelo próprio homem. O autor suíço apoia-se na condição de que o espaço existe antes da manifestação de um território, e que este é criado após ações de uso e transformações dos sujeitos que estão sobre esse espaço e dentro do limite criado. Tal produção remete à presença de algum tipo de relação de poder nesse espaço, de origem governamental ou consolidada pelas relações sociais, econômicas, culturais ou morais. Para Raffestin (1993, p.144), a produção de algo “se inscreve num campo de poder”.

Becker (1983) também traz interpretações acerca da relação que possa existir entre poder e o espaço. De início, a autora retira o exercício do poder como centralidade na execução por instrumentos vinculados ao Estado, pois para ela o Estado é apenas um aparelho que controla as ações sobre o espaço, sejam elas públicas ou privadas, e se torna um reflexo das estruturas sociais existentes nesses espaços (BECKER, 1983). Entretanto, identifica que, a partir dos anos de 1970, outros elementos surgem como executores e manipuladores do poder sobre o espaço e sobre a população: ampliação da influência e da liberdade de execução dos desejos do capital, e a difusão da tecnologia, aprofundando assim a exploração e as desigualdades, agora em escala global.

A definição de Becker (1983, p.8) sobre o que é território indica para um resultado da coexistência da produção e do consumo realizado pelas práticas sociais dos sujeitos que o habitam no modelo capitalista. Essa produção ocorreria a partir das condições econômicas associadas às premissas políticas, ambas guiadas pela ação do Estado, simultaneamente às intenções dos agentes capitalistas. Becker (1983) também preconiza a noção de limite, sendo ela fruto tanto do poder exercido, como da restrição oriunda deste.

Haesbaert (2014) reflete sobre o não aprofundamento da perspectiva relacional dos territórios por Raffestin, uma vez que este assinala o território como sendo o “fundo” para as ações dos sujeitos sociais, e não como fruto, ou até mesmo consequência dessas relações, ainda que a abordagem relacional já considere a historicidade das relações sociais (HAESBAERT, 2014). Entretanto, apesar de não ser aprofundada, observa-se que Raffestin utiliza tal perspectiva quando discute sobre as tessituras e os nós existentes nas representações dos territórios e de suas relações.

As interpretações relacionais sobre os territórios consideram o poder como seu elemento principal, dentro desses espaços delimitados e entre os territórios. Para Souza (2009, p.94), os poderes se relacionam e, quase sempre, se sobrepõem, existindo então contradições e variações nos limites estabelecidos. Entender os territórios requer a compreensão das relações que

ocorrem neste e as que acontecem em sua consequência. Castro (2009) indica que o termo poder não deva ser utilizado de forma banal, sendo entendido como, por exemplo, algo dado. Ele só existe porque há relações e estas, em sua maioria, ocorrem de maneira assimétrica (CASTRO, 2009). A autora traz a perspectiva de entendimento dos territórios como estes sendo um meio e condição para o exercício do poder.

Essas relações assimétricas são entendidas como a “[...] possibilidade de que uma das partes disponha de mais meios ou de maior capacidade de obter o efeito desejado [...]” (CASTRO, 2009, p.98). Castro (2009) e Raffestin (1993) constroem sua linha de pensamento a partir do que Foucault (1976) elabora em *História da sexualidade: a vontade de saber*. Para os pensadores que buscaram entender as relações de poder em distintas condições (relações sociais, relações espaciais, relações familiares, entre outras), como elencado por Raffestin (1993, p.53), Foucault define as condições para que as relações de poder ocorram: (a) o poder se exerce; (b) é efeito das relações desiguais existentes em outras relações; (c) o poder existe e emana desde as camadas de baixo, das famílias, das relações entre os sujeitos; (d) essas relações são intencionais e (e) se existe poder, existe resistência a ele.

Para Raffestin, o poder é

[...] um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros (caso mais simples) criam um campo: o campo do poder (RAFFESTIN, 1993, p.53).

Tomando como condição para a existência dos territórios as relações de poder entre homens, instituições e meio natural, e que estas relações são fruto da estrutura em que se dão as relações sociais ocorridas sobre os espaços, entende-se que as estruturas capitalistas atuam na modificação dos espaços a seu favor, expressões observáveis nas relações de classe e que, portanto, são desiguais; entendendo os territórios como um reflexo dessa estrutura de classe (OLIVEIRA, 1996).

Sposito (2004, p.21) caracteriza que o tipo de abordagem utilizada por Raffestin, em *Por uma Geografia do Poder*, parte de uma “[...] confrontação dos conceitos de espaço e território [...]”; sendo esse confronto a “[...] categoria essencial para a compreensão do território, que é o poder exercido por pessoas ou grupos sem o qual não se define [...]” (SPOSITO, 2004, p.22), corroborando então com as perspectivas que tomam as relações como ponto de partida para as análises dos territórios. Além disso, o autor reafirma que não se deve analisar, interpretar e entender os territórios sem considerar sua história, seu processo de formação e sua condição de existência.

A título de registro, a especificidade no uso da categoria território pode ser classificada, de acordo com Haesbaert (2014, p.40), em três vertentes:

- Jurídico-política: na maior parte das vezes relacionada a um poder centralizado e exercido pelo Estado;
- Simbólico-cultural: tem como ponto de partida as relações e valorizações simbólicas de um grupo sobre o espaço vivido; e
- Econômica: as análises se voltam para as abordagens de base financeira, de divisão territorial do trabalho e outros elementos que compõem perspectivas voltadas às relações capital-trabalho.

Considera-se, para este trabalho, que os territórios existem simultaneamente às relações de poder: ambos se mantêm justamente pela presença do outro. Assim, entender como as principais relações existem em territórios de assentamento rural permitirão a análise das estruturas sociais que atuam sobre os espaços, configurando esses territórios específicos, sejam configurações que os reafirmem como lutas pela reforma agrária no Brasil, sejam apenas formas mascaradas de contínua exploração e desigualdades.

1.3 AS ANÁLISES RELACIONAIS DE UM ASSENTAMENTO RURAL: SISTEMATIZAÇÃO E ENTENDIMENTO DAS RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO, TERRITÓRIO E ESTADO

Neste trabalho, para entender os vínculos entre território, Estado e assentamentos rurais, faz-se necessária uma sistematização sobre como essas estruturas se relacionam nos espaços agrários, em específico sobre territórios de reforma agrária. Tais elementos são considerados importantes devido às características que configuram o Assentamento Camaquã, objeto de estudo.

Ao pensar o espaço e o território sob a perspectiva da reforma agrária, caminha-se para o embate entre grupo social (trabalhadores rurais sem-terra) e Estado, visando a consolidação de territórios da reforma agrária em um espaço homogeneizado pela monocultura, ou seja, são territórios marcados pela condição relacional (RAFFESTIN, 1993) como outros territórios. Observa-se também que a possibilidade de criação de espaços de reforma agrária se caracteriza pela relação entre grupo social e Estado, que no recorte desta pesquisa é representado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). Portanto, territórios da reforma agrária são relacionais, seja pelo enfrentamento, seja pela resistência, ou ainda pela continuidade de práticas hegemônicas.

Anterior à discussão, ressalva-se que, neste trabalho, as definições de espaço e território utilizadas são as encontradas em Raffestin (1993), para o qual espaço é uma condição material dada, preexistente a qualquer prática dos sujeitos e agentes (RAFFESTIN, 1993). Já território é uma condição construída através do exercício do trabalho e do poder sobre o espaço e sobre grupos sociais (RAFFESTIN, 1993). As definições serão relembradas no decorrer do texto.

Em um primeiro momento, o Estado e a legislação aparecem como apropriadores e reguladores de uma porção do espaço disputado (neste caso, dos antigos hortos florestais da Companhia Paulista de Estradas de Ferro), resistindo à implementação do assentamento. Essa resistência é observada pela demora tanto na regulamentação do Assentamento Camaquã, como na titularização da posse das terras aos assentados até o presente. Tal resistência revela a oposição do próprio Estado em olhar para essa porção do espaço de forma distinta a da produção de mercadoria e de capital. A regulação aparece, ainda, com a atuação da instituição (ITESP) no Assentamento, uma vez que o movimento social é visto como oposição à lógica acumulativa, já que um assentamento rural é oposto à lógica da propriedade privada da terra, prevista na Constituição Federal, e busca a produção pelo modelo campestre.

No segundo momento, o movimento social enfrenta esse Estado, que é fruto e representa uma sociedade – desigual e contraditória –, encontrando rupturas dentro deste mesmo Estado³, que não é monolítico e, a partir de uma pressão social, age para atenuar os enfrentamentos, sem descumprir o papel hegemônico do sistema capitalista. No decorrer deste trabalho, o que se compreende por Estado encontra-se nas ideias sistematizadas por Harvey (2011), de que o Estado, hoje, é um Estado neoliberal – atua em prol da acumulação privada e do compartilhamento dos riscos por toda a sociedade – e que promove as infraestruturas (tanto materiais, como subjetivas – legislação) para o capital se reproduzir e se manter (HARVEY, 2011). Assim, se o Estado atua em prol da acumulação, sua formação, principalmente no Brasil, é caracterizada pela presença da classe burguesa (sejam de capitalistas, sejam de donos de terra). Mesmo com o enfrentamento feito pelo movimento social, não ocorre uma ruptura de modelo, já que a condição de propriedade privada é mantida, ainda que atenuada.

O Estado, ao realizar uma reforma agrária – ou a concessão de acesso a terra, não prezando pela execução de outras lógicas distintas da hegemônica –, não abandona o estatuto da propriedade privada da terra, uma vez que esse território ainda pertence ao Estado e que, nas ações de distribuição e regularização da posse da terra, permitirá que a lógica capitalista de mercadoria seja mantida, colocando, indiretamente, terras no mercado. Mesmo direcionando

³ Como o cumprimento da função social da terra, também prevista em Constituição Federal.

espaços para projetos de reforma agrária, o Estado perpetua a lógica da produção de valor e mercantilização da terra, seja pela não condição comunal de construção dos assentamentos rurais, seja pela extração da renda da terra por atravessadores na comercialização da produção. O Estado atua de duas maneiras, em sua forma política e em sua forma jurídica: mesmo permitindo o acesso a terra, os territórios dos assentamentos rurais continuam pertencentes a ele.

Entretanto, o Estado capitalista permite que um controle social seja realizado sobre si, ainda que pouco reconhecido e exercido pela sociedade. Esse controle está sobre os movimentos sociais para o acesso a terra, bem como todos os outros (quilombolas, indígenas, de trabalhadores urbanos, entre outros), que lutam pelo reconhecimento e exercício igualitário dos direitos previstos em Constituição Federal⁴. Os movimentos sociais também demonstram que os territórios não são estáticos, e sim relacionais; e são a imagem dessas disputas sociais, da existência das relações de poder (ainda que, na maioria das vezes, o lado hegemônico prevaleça).

Concomitantemente, o território também pode ser classificado como relativo, uma vez que, mesmo os assentamentos rurais sendo territórios de resistência, o Estado impõe formas organizacionais características e presentes em espaços de propriedade privada, como o acesso ao crédito, à organização dos lotes, à individualidade das famílias, entre outros, dificultando a autonomia desses sujeitos. No caso deste objeto de estudo, os assentados encontram muitas dificuldades em atuarem coletivamente e encontrarem um posicionamento que seja favorável a todas as famílias, reafirmando a esfera da mercadoria destas terras.

Entende-se que nem todas as consequências sejam ligadas somente às ações do Estado. Os sujeitos que constituem os movimentos sociais também possuem participação nas contradições encontradas nos espaços de reforma agrária, justamente pela perspectiva relacional dos territórios. Assim, é possível encontrar o *ethos* camponês nos assentamentos caracterizados pelas lutas e nas ações no controle social do Estado, ao se organizarem e atuarem predominantemente de forma coletiva, ou de modo mais individual (por famílias), como é o caso do Assentamento Camaquã.

Essas ações compõem o que se chama de práticas socioespaciais dos sujeitos: grupos de atividades e ações que caracterizam territórios de reprodução da lógica capitalista, ou territórios de enfrentamento a este. Os elementos que compõem as práticas socioespaciais se dão em duas dimensões concretas: ou pela dimensão da resistência, ou pela dimensão da luta de classes; e

⁴ Para que as políticas públicas sejam criadas e endereçadas às demandas sociais de uma classe (CORREA, 2007; CORREA, 2008).

caracterizam-se pelo embate tanto sobre o modelo produtivo (monocultura, produção de alimentos; modelo capitalista, modelo camponês), pressionado pelo entorno, por exemplo, que possui uma produção monocultora de cana; ou pela relação com os capitalistas (os atravessadores) e a dependência financeira (a partir das políticas de crédito e financiamento) para que a produção se realize. Assim, revelam-se as contradições que um assentamento rural possui dentro de seu território e as relações com o seu entorno.

Outra forma de demonstrar que existe uma contradição dentro dos assentamentos está no embate sobre os valores. Por um lado, os assentados podem aderir à pressão do entorno (seja pela monocultura da cana ou de outras culturas próprias do agronegócio), arrendando o seu lote para a produção hegemônica, permitindo um assalariamento dentro do território de reforma agrária⁵ (primeira contradição e um descumprimento de sua função social) e a extração da mais valia (pela produção hegemônica); e o acúmulo da renda da terra por parte deste poder hegemônico em um território que não possui esta como sua função principal.

Por outro lado, os assentados podem não aderir à lógica hegemônica de produção, ao se posicionarem contra uma única função produtiva (de extração da renda da terra, apenas), a partir da comercialização de produtos alimentares (distantes do agronegócio) pelos circuitos curtos de comercialização; o que levaria a uma independência do modelo produtivo hegemônico e pela reprodução de formas produtivas alternativas. Sobre produção alternativa (agroecológica) ver os estudos de caso de Balbinotti, Thies (2019), Grisa, Chechi (2016) e Lopes et al (2017).

O pensamento raffestiniano sobre o território também possui essa perspectiva relacional, passível de construção, indicando o Estado como principal agente executor do poder nos territórios, mas não o único. Para Castro (2009), o Estado se configura como o agente legitimado pela sociedade no exercício do poder. As análises sobre território necessitariam, então, de interpretações que privilegiem a multiescalaridade (RAFFESTIN, 1993). Esse ângulo de abordagem é observado na consideração dada por Lacoste (1988) de que as relações acontecem simultaneamente em níveis diferentes, de maneira a não se negarem; o que permitiria a identificação das relações de poder pela observação das dissimetrias encontradas nessas simultaneidades. Os elementos que representam as ações e relações de poder nos espaços e que constituem os territórios permitem o entendimento das práticas socioespaciais dos sujeitos.

São essas territorialidades (HAESBAERT, 2014), as práticas nos espaços dentro de seus limites, que configuram os territórios, permitindo então a observação das ações dos sujeitos e das instituições sobre essas áreas. Entender as configurações que permitem as análises dos

⁵ FERRANTE (2007); FERRANTE, BARONE, DUVAL (2008); FERRANTE, ALMEIDA (2009); FERRANTE, BARONE (2011).

territórios e das relações de poder fizeram Raffestin (1993) retomar as discussões sobre território – inicialmente na Geografia Política e depois na Geografia como um todo –; e, em um segundo momento, talvez não imaginando tal condição, como uma possível metodologia de investigação sobre os territórios, especificamente das relações de poder. No capítulo próximo, indicaremos as questões metodológicas deste trabalho, bem como as reflexões acerca da produção de Raffestin sobre análise dos territórios e suas representações.

CAPÍTULO II – IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE UM ASSENTAMENTO RURAL

A fim de refletir sobre os elementos e os processos constitutivos de um território e das relações de poder que nele se materializam, buscou-se uma sistematização e representação dessas relações, tendo como recorte espacial o espaço agrário brasileiro, em específico as espacialidades que se representam formas de resistência à forma mercadoria. Entende-se que encontrar a essência das relações de poder existentes nesses espaços pode permitir a compreensão sobre seus fenômenos e sua reprodução, sejam eles favoráveis ou não ao exercício das territorialidades dos sujeitos. Objetiva-se analisar em que medida determinadas práticas podem chegar ao nível do constructo ou alienação territorial desses espaços agrários. Trata-se de um exercício teórico que representa aquilo que em Marx (1980) é definido como método de investigação seguido de sua exposição e, nesse caso, propomos um exercício intelectual objetivando identificar (investigar) as determinações essenciais, considerando as relações de poder e seu conteúdo de classe.

A escolha pelo autor suíço se deu pela sua responsabilidade de ter retomado a categoria território nas análises geográficas e por suas reflexões que estão próximas do materialismo histórico, embora seu desenvolvimento ulterior carregue uma multiplicidade de aberturas epistemológicas (FULINO, 2020). Entretanto, duas coisas são centrais em suas reflexões: o território é um processo de apropriação do espaço na forma intelectual (representação) e formal (trabalho), e as relações de poder são centralidade do constructo de um território.

Para o autor, o espaço é entendido como condição prévia para qualquer ação de existência e de trabalho humano, estando ambos inseparáveis tanto das iniciativas quanto das consequências destas ações: ele é [...] “‘dado’ como se fosse uma matéria-prima. [...] é a realidade material preexistente a qualquer conhecimento e a qualquer prática” (RAFFESTIN, 1993, p. 144). A premissa de se entender o espaço a partir de sua materialidade se dá pelo fato deste ser a condição indispensável para a construção dos territórios. E, neste sentido, o autor nomeia de ‘atores’ paradigmáticos e sintagmáticos aqueles que agem sobre os espaços e que constituem os territórios.

O geógrafo suíço afirma que, nessa condição de localidade e materialidade do espaço, haveria uma passagem de espaço para território e que este ocorre durante o movimento prático-analítico. Assim, para ele, “o território [...] é resultado de uma ação conduzida por um “ator” sintagmático em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente, o ator ‘territorializa’ o espaço” (RAFFESTIN, 1993, p. 143). O autor amplia a análise do processo

de produção e constituição dos territórios usando a perspectiva relacional e aponta que o Estado não é a única fonte de poder, e que este também não pode ser tomado como seu sinônimo⁶.

A título de registro, cabe considerar que as contribuições do geógrafo Claude Raffestin, segundo Fulino (2020), não se estabelecem como hegemônicas na Geografia francófona. Seus estudos são, em primeiro lugar, recebidos na Itália, nos Estados Unidos e Inglaterra e refletem uma disputa teórico-política realizada com Ives Lacoste, acerca do Estado como *locus* central de poder e suas dimensões relacionais, defendidas por este autor, e que revelam influências do pensamento filosófico de Michel Foucault.

Considera-se, nesse debate, que as duas posições (Lacoste e Raffestin) passam a construir uma análise crítica à Geografia Clássica francesa e à busca de novas perspectivas teóricas e metodológicas. Por sua vez, o pensamento de Raffestin, como aponta Fulino (2020), reúne um conjunto importante de elementos críticos para a Geografia sem, no entanto, desvencilhar-se das mesmas armadilhas teóricas que o contrapõe. Em que pese, Raffestin busca nesse processo uma caracterização quantitativa para a consolidação das relações de poder, além de uma estrutura nomotética sustentada na linguística como parâmetro epistemológico (FULINO, 2020) para representação destas.

Assim, a dimensão relacional de Raffestin passa a fundamentar várias concepções e reflexões críticas sobre o território, que reconhecem as relações de poder como assimétricas (CASTRO, 2009), ou mesmo reflexões mais centradas no materialismo histórico, expressando sua dimensão de classe. Como afirma Oliveira (1996),

(...) Para nós, o território deve ser apreendido como síntese contraditória, como totalidade concreta do processo / modo de produção / distribuição / circulação consumo e suas articulações e mediações supra estruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) onde o Estado desempenha a função fundamental de regulação. É, pois, produto concreto de luta de classe travada pela sociedade no processo de produção de sua existência. Sociedade capitalista (...). Dessa forma, são as relações sociais de produção e processo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território (OLIVEIRA, 1996, p. 7).

Significa dizer que a terra em si, sua posse ou propriedade, não expressa a dimensão territorial, mas sim uma primeira condição para tais processos. Logo, são as práticas socioespaciais — decorrentes das interações entre sujeitos sociais e terra — que estabelecem o constructo. O ponto de apoio reside na compreensão de que o poder é relacional e que seu

6 Neste aspecto, Raffestin distancia-se das concepções de Ratzel (o qual utiliza o território como categoria analítica e é resgatado pela geografia dos anos 1970 e 1980) para o qual é apenas no e pelo Estado que se exerce e se observa o poder, demonstrando a partir de relações de oposição entre centro e periferia, interior e exterior, superior e inferior (RAFFESTIN, 1993, p. 16).

reflexo sobre o espaço formaria o território, não sendo este constituído *a priori* e não se equivalendo apenas a uma idealização dos sujeitos. O território é então determinado por ações concretas e pelas práticas socioespaciais, que dão sua configuração (SOUZA, 2009). Consubstancia-se, dessa maneira, em uma materialidade a partir das práticas socioespaciais dos sujeitos.

Como atributo central, o território pode ser considerado como categoria empírica ou analítica, pois:

[...] ele sempre surge como resultado de um campo específico de relações, com referência às relações sociais de poder, onde quer que estejam os sujeitos concretos e suas representações e, neste processo, o território deixa de ser um conceito em-si, que explica (se foi possível ser) para se tornar um fenômeno per-si (para o sujeito), que exige uma explicação (SOUZA, 2009, p. 109).

A problemática posta é que o conjunto de práticas socioespaciais dos sujeitos conformaria dinâmicas, ações e reações existentes nos e entre os territórios, particularmente, nos movimentos sociais. A constituição dessa configuração socioespacial é estabelecida no movimento de contradição de luta e ocupação da terra, somado ao de luta pela sua permanência. Assim, considera-se imanente a passagem, a processualidade histórica da terra ao território, como fundamento de constituição desses espaços de luta e, neste sentido, é possível constatar uma intencionalidade (SOBREIRO FILHO, 2015), a qual permite alçarmos ao conceito de teleologia dos sujeitos sociais em sua trajetória histórica.

2.1 PODER COMO SUBSTÂNCIA PARA AS RELAÇÕES E TERRITÓRIOS

Na ação dos homens sobre o espaço imprime-se uma prática de apropriação, com determinações oriundas das relações de poder. Há uma dimensão teleológica que se materializa no enfrentamento de disputa pela terra, por exemplo, e que exige um segundo movimento para a constituição territorial. Trata-se efetivamente do processo metabólico de produção ou degradação de territórios pelos sujeitos sociais na sua relação com a natureza e consigo mesmos. Um processo que situa a conformação territorial enquanto classe e homem genérico. Esse processo determina a dimensão ontogenética do território sem impor *a priori* sua perspectiva classista (SOUZA, 2014), uma vez que as práticas socioespaciais podem estar eivadas de processos de alienação. Como nas palavras de Sartre em *Crítica à Razão Dialética*: “[...] a prática individual, façamos o que fizermos, realiza a cada um o ser de classe” (SARTRE, 2002, p. 113).

Os territórios, como expressões geográficas do poder, indicam o nível de constructo que as práticas socioespaciais dos sujeitos estabelecem e que se coadunam com suas formas de reprodução social. Esses constructos podem ser materiais (se revelam pela condição material de existência) (KOSIK, 1969; MARX, ENGELS, 2007) e imateriais (como representação

social, consciência material) (MOSCOVISK, 2010; KOSIK, 1969). Nessa imbricada relação entre prática e consciência é que emerge o conceito marxista de alienação e, nesse sentido, cumpre-nos compreender que “[...] nos domínios da infraestrutura da alienação, quer dizer, no plano da alienação econômica, para utilizar os resultados aí obtidos num outro plano, isto é, na observação das outras formas e aspectos do fenômeno” (KONDER, 2009, p. 45) é que se materializam condicionantes de alienação territorial (matéria e consciência). Significa dizer que em contraposição ao exposto, no efetivo movimento de tomada da terra emergem os condicionantes de um constructo de caráter *ontogenético* e que podem se realizar em “*povo*”⁷ e ou *classe para si* (SOUZA, 2009; 2014), nesse embate se apresentam os germes de um constructo territorial. Tais germes não estão dados, pois possuem a capacidade de romper os domínios de infraestrutura e da alienação e demarcar outras formas de existência na sociedade.

Essas práticas socioespaciais, portanto, os fazeres humanos, como assinala Sartre (2002), os “resultados obtidos” (econômicos) e as outras formas de realização do ser, que aponta Konder (2009), são passíveis de sistematização e representação, permitindo identificar as dimensões teleológicas dos sujeitos. Nesse processo, há de se considerar e especificar quais práticas socioespaciais seriam de ação comum aos territórios de resistência nos espaços agrários brasileiros, sejam para um constructo territorial ou para uma alienação territorial (QUAINI, 1979).

Sendo assim, a sistematização e representação destas práticas socioespaciais, possibilitam análises sobre tais espaços de conflito e seus núcleos de poder, consolidando em uma representação cartográfica:

Observa-se que nos níveis máximos de identificação das relações e práticas socioespaciais contíguas se revelam os limites e nas não contíguas as tessituras, na medida em que nos distanciamos da centralidade, dos núcleos que emanam o poder, é possível determinar as dimensões zonais/areolares e/ou os limites cartograficamente expressos. Importante assinalar que ao se distanciarem desse núcleo provedor, paulatinamente tendem a perder a “forma”, mesmo assim “exige-se” que as “fronteiras/limites” sejam expressas, no rigor de representação, por uma “linha tracejada”, como “medida” daquilo que já transparece como fluidez das determinações no espaço/território (SOUZA, 2016, p. 59).

7 Nossa reflexão se fundamenta nas experiências dos movimentos de retomada dos povos originários (particularmente do Guaraní Kaiowa) que, embora vivenciam um embate de classe (disputa de terra-território com os latifundiários e capitalistas), sua estratégia de resistência não se caracteriza como classe. Esse processo requer analisar a dimensão teleológica dos povos originários e seu desenvolvimento ulterior em um contexto de não classe (povo) x classe.

De acordo com as práticas socioespaciais, constituem-se determinações territoriais, que configuram uma identidade social ao espaço. A questão central é: em que medida a alienação, a cooptação e a submissão podem ser elementos que se colocam em oposição ao projeto social de um movimento social?

Neste aspecto, em que os sujeitos sociais dão o sentido constitutivo ao território, é que surge a primeira absonância em relação ao pensamento de Claude Raffestin. O autor distingue dois tipos de atores sociais: os sintagmáticos e os paradigmáticos. O ator sintagmático, para o autor francês, é aquele que detém um “programa” e que determina tal projeto teleológico ao ator paradigmático, sendo então aquele que executa tal projeto. Ao buscar referenciais na linguística (sintagmático e paradigmático), o autor se esquece que o determinante de um projeto (sintagmático) executa sobre outrem uma ação comunicativa e que este, por sua vez, apenas replica. Nesse sentido, aquele que o replica não realiza processos mediadores, reflexivos e, nesse caso, só podem ser-estar determinados por um estágio de alienação. A ilustração representa, portanto, que um ser⁸ paradigmático executa o projeto de outrem, o que significa que ele atua em uma espacialidade sobre a qual intencionalmente ele não detém poder. Evidenciando que Raffestin estabelece uma prisão para estes sujeitos sociais, sem refletir em que bases ela está dada e sobre quais circunstâncias estes sujeitos alienam suas vontades (intencionalidades), por conseguinte, sua determinação territorial.

Uma segunda dissonância se refere ao conceito de poder. Sendo o território então o resultado de uma ação⁹ sobre o espaço, sua produção ocorre a partir de um campo de poder, no qual se dão as relações entre homem-homem, homem-sociedade, homem-espço e sociedade-espço. Para o autor, há uma diferença no uso dos termos Poder e poder (o primeiro, diretamente vinculado às ações dos Estados, como legitimação dada pela sociedade; e o segundo como aquilo que sustenta as relações entre os homens e as instituições). Entretanto, compreende-se que o poder existe a partir de mediações distintas dos sujeitos em relação ao mundo, tendo ou não instituições mediadoras (o Estado, por exemplo), e não necessitam de uma separação semântica ou de um sentido conotativo. Para analisar os territórios, é necessário explicitar as relações que nele ocorrem, suas correspondências interterritoriais e suas multiescalaridades¹⁰.

⁸ Cabe reafirmar que não utilizamos o termo “ator” porque compreendemos que se tratam de sujeitos sociais que realizam sua vida cotidiana nas espacialidades, e não uma representação, uma encenação de vida.

⁹ Nesse sentido, compreendemos ser uma tautologia o conceito de “território usado”.

¹⁰ Lacoste (1988) observa o problema epistemológico da escala na Geografia. Multiescalaridade não implica em sobreposição métrica de espacialidades, mas sim no sentido em que as relações sociais de poder extrapolam e se interrelacionam com diferentes níveis espaciais e, simultaneamente, ganham novos sentidos de representação, inclusive cartográfica, diante da força epistêmica e/ou capacidade explicativa que a análise mantém sobre o fenômeno. A escala não é a expressão por si só do fenômeno, mas é também das determinações territoriais e suas transformações. Souza (2016, p. 59) adverte que a “escala posiciona os sujeitos sociais (e o pesquisador) frente à

Preocupada com o rigor das terminologias e dos conceitos, Castro (2009) considera que o termo *poder* não deva ser utilizado de forma banal, sendo entendido como algo dado ou natural. O poder só existe porque há relações, e estas, em sua maioria, ocorrem de maneira assimétrica. Segundo Raffestin (1993, p. 53), o poder é “[...] um processo de troca ou de comunicação quando, na relação que se estabelece, os dois polos fazem face um ao outro ou se confrontam. As forças de que dispõem os dois parceiros criam um campo: o campo do poder”¹¹. Ainda, na perspectiva de centralidade do poder no Estado, Becker (1983, p. 1) enfatiza que o “[...] desenho [do território] é consequência da relação de poder entre Estados”, podendo ser uma referência à interpretação proposta por Ratzel, que parte de uma perspectiva na qual ao Estado restaria apenas a função de consolidação e defesa de seus limites e fronteiras, e teria como composição elementos analíticos (população, área total, existência de recursos e quantidade destes, entre outros).

Entretanto, a autora não evidencia a existência de uma relação direta entre o exercício do poder e os Estados, como o *espaço-vital* proposto pelo autor alemão e sua Teoria dos Espaços Crescentes, relacionando diretamente Estado, solo e território; o que poderia atribuir-lhe uma significação espacial e “teorizá-lo” geograficamente (RAFFESTIN, 1993, p. 15). Becker utiliza outros elementos para a construção do tema, como o poder e suas relações. Para a autora, “[...] o aparelho governamental não é o instrumento único do Poder”, sendo ele apenas um dos elementos de infraestrutura para a ação de outros sujeitos sociais, que também fazem usufruto das relações de poder, como o capital e a tecnologia. Já o território é pensado a partir de uma dialeticidade, ele é “[...] um produto ‘produzido’ pela prática social, e um produto ‘consumido’, vivido e utilizado como meio, sustentando, portanto, a prática social” (BECKER, 1983, p. 6-8). Para essa questão seremos sucintos. O Estado não se caracteriza como uma instância em separado da sociedade, trata-se de uma instituição que gere e vitaliza as formas de realização do valor. A dimensão do Estado como ente de defesa, de configuração imagética de área de poder, cria uma ideação que anula seu caráter de classe.

Para Castro (2009), existem alguns empecilhos às interpretações e trabalhos que relacionam espaço e poder e que têm como consequência um território: ou por tratarem os

questão que está posta e permite a real construção dos recortes espaciais necessários à resposta. Assim, é preciso compreender que a escala é, ao mesmo tempo, um recorte, uma representação e uma análise. Uma expressão espacial que demonstra e revela os níveis de entendimento”.

¹¹ Castro e Raffestin constroem sua linha de pensamento a partir da obra *História da sexualidade: a vontade de saber*, de 1976, de Michel Foucault, que, como elencado por Raffestin (1993, p. 53), definiu as condições para que as relações de poder ocorressem: (a) o poder se exerce; (b) é efeito das relações desiguais existentes em outras relações; (c) o poder existente emana desde as camas de baixo, das famílias, das relações entre os sujeitos; (d) essas relações são intencionais e (e) se existe poder, existe resistência a ele.

espaços sendo eles os atores das relações; ou por acordar que os atores são, de fato, os sujeitos que se territorializam e criam relações de poder em espaços assimétricos; sujeitos esses ligados direta ou indiretamente aos territórios. Salientamos que nosso posicionamento recai sobre a segunda condição, a de que os sujeitos são os responsáveis pela existência das relações de poder e que estas não são abstratas, aleatórias ou naturais; mas mediam as condições internas e externas, e suas práticas e representações sobre os espaços e constituem territórios, revelando suas determinações, que expressam elementos de hegemonia ou de resistência, uma contra hegemonia.

Reforça-se também a condição metodológica que as análises das relações de poder exigem do pesquisador: por estarem presentes em várias esferas da vida, em diferentes intensidades, para que seja possível a identificação da essência dessas relações de poder, o trabalho de campo imersivo do pesquisador junto ao objeto de estudo é imprescindível. Portanto, as relações analisadas aqui compõem algumas escalas das relações de poder que são exercidas e reproduzidas nos assentamentos rurais e campo brasileiros.

Assumimos, portanto, que as práticas socioespaciais dos sujeitos se materializam em determinações territoriais. Para Borges e Souza (2019), as determinações territoriais são “estado”, entendido como situação de um dado fenômeno, e “movimento”, sendo a direção, a intencionalidade, uma “processualidade histórica”, uma teleologia de sujeitos e classes sociais em busca da hegemonia; de seu projeto político-societal, que se imprime no espaço, estabelecendo, então, o constructo territorial. As práticas socioespaciais dos sujeitos produzem processos que permitem distintos constructos territoriais e/ou sua negação, ao que denominamos de alienação territorial.

Considerando então este movimento, a perspectiva relacional rompe com uma possível dimensão estática tanto do território quanto do próprio Estado, trazendo para esse processo as relações sociais e o que há de imanência nelas, o movimento e a existência de contradições; elementos que são essenciais para a análise da trajetória humana no mundo e, por sua vez, de seus modos sociais e de produção.

O território é, então, produto da ação do homem sobre o espaço e, entendendo que a sociedade capitalista se constitui a partir das relações de classe – desiguais e contraditórias – a produção territorial materializar-se-ia pelas relações de poder entre as classes, entre seus projetos hegemônicos e suas formas de resistência. Configuram-se aí os campos do poder (RAFFESTIN, 1993), permitindo, assim, observações, representações e análises dessas relações, que são tanto de poder, como de classes sociais.

Outro elemento a ser considerado na formação e, posteriormente, nas análises sobre os territórios é a hegemonia e seu exercício. Aqui entendemos este conceito a partir das definições dadas em uma perspectiva gramsciana que, segundo Alves (2010, p. 78), “[...] pressupõe que se leve em conta os interesses dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que estabeleça uma relação de compromisso [filosóficos e políticos]”. A ação hegemônica deve ser um elemento central na análise do constructo, na medida em que revela o projeto da classe que está na organização e efetivação das práticas socioespaciais, mas que está sempre mediado pelos condicionantes de um bloco histórico.

Entendendo a indissociabilidade entre o exercício do poder e a criação de territórios, as análises sobre o grau de hegemonia existente nas relações permitirão a representação desses modos de vida e de produção, dos conflitos entre as classes, ou de outros projetos sociais, como dos povos originários. Dessa forma, elencar elementos que podem colaborar com tais análises é considerado o primeiro passo para que as relações no e entre os territórios sejam compreendidas e analisadas.

2.2 DECISÕES METODOLÓGICAS

Partindo, então, de que o método em Marx (1980) é constituído de dois momentos/movimentos – investigação e exposição (MULLER, 1983), faz-se necessária uma breve explicação. O primeiro movimento se refere ao esforço inicial de apropriação, pelo pensamento, das determinações de conteúdo do objeto-processo, sobre o próprio objeto-processo e as condições materiais nas quais reconhecemos seu enfrentamento e processualidade histórica. Trata-se de uma apropriação analítica, reflexiva, antes mesmo de sua exposição metódica.

O segundo movimento, a exposição, não se refere à autoexposição que se autonomiza em abstrato ou acrítico, mas trata-se de uma análise crítico-objetiva do objeto em suas contradições, esclarece Müller (1983). Para Marx (1980), a exposição é uma tradução do movimento efetivo real, espelhando o real no ideal. Trata-se de uma reprodução, no sentido de uma reconstrução crítica do objeto-processo. De acordo com o autor, a construção desse método dialético sempre requer um trabalho prévio de investigação (“escavação” e “garimpo”), de sua captação com detalhes, de suas formas de evolução, de suas conexões, para depois expor adequada, sistemática e criticamente a sua lógica, demonstrando suas dinâmicas internas, seus limites e contradições.

Nesse sentido, o que apresentamos neste capítulo é o movimento de investigação, uma escavação teórico conceitual sobre as práticas socioespaciais e em que medida elas conduzem aos projetos sociais distintivos do capital. Não se trata de uma idealização, mas se fundamenta

na base teórica de reflexões críticas produzidas no campo das Ciências Humanas e Sociais, daí a necessidade de construção coesa e coerente do estado da arte, aproximada de uma perspectiva teórica: o materialismo histórico.

Admite-se o método de investigação a partir de uma reflexão acerca de categorias e conceitos que denotam capacidade explicativa sobre a realidade. Elas são elencadas considerando os aportes teóricos centrais que buscam explicitar as relações sociais de produção, a estrutura econômica e social dos assentamentos e suas interfaces com as formas capitalistas de produção do valor.

Para tanto, a posição tomada nesse processo de escavação tem como condição a exposição dos conflitos de classes existentes no sistema capitalista, em específico as relações que são diretamente ligadas aos espaços agrários; mostrando condições já extensamente debatidas de exploração da terra na lógica da mercadoria (ou como meio para uma tríade de processos de acumulação) **a subsunção formal e real do trabalho** (exploração da mais valia e os processos de controle pela desigualdade e sua extensão ao desenvolvimento das forças produtivas), **a sujeição da renda da terra ao capital** (exploração do trabalho camponês pelo processo mercantil de sua produção) e **da expropriação e espoliação** (acumulação primitiva) da terra como meio de existência de comunidades indígenas, quilombolas ou camponesas e, por último, como essa tríade muda qualitativamente ao ser mediada pela lógica de financeirização, da reprodução do valor e do autovalor.

2.3 O SISTEMA TERRITORIAL DE CLAUDE RAFFESTIN E A PERSPECTIVA DE CONSTRUCTO E ALIENAÇÃO TERRITORIAL

Utilizada inicialmente nas análises de Geografia Física, a ideia de sistema foi adaptada da Teoria Geral dos Sistemas (TGS), criada na década de 1930 por Bertalanffy (1973), e ganhou expressividade nos trabalhos do geomorfólogo Sotchava (1977). Suas pesquisas partiam da compreensão do mundo natural como se este fosse um sistema fechado, embora, para o autor russo, houvesse uma busca incessante de demarcar as condições de reprodução humana como necessárias ao entendimento dos movimentos das dinâmicas geomorfológicas.

No Brasil, os precursores no uso desse conceito foram Christofolletti (1979) e Troppmair (2000). As contribuições oriundas do uso da TGS nas análises geográficas aprofundaram e sistematizaram o conhecimento sobre os compartimentos geomorfológicos. Entretanto, o seu uso exclusivo ou solitário não permitiu que as análises levassem em consideração criticamente outros fatores que compõem um sistema geomorfológico, como as ações antrópicas, as imbricações de suas formas de apropriação do espaço e as dinâmicas da superfície terrestre. A não inclusão de análises mais complexas e que contemplem o corpo social presente sobre as

estruturas geomorfológicas em muito se aproximaram das análises naturalistas do final do século XIX e início do século XX, trabalhos compostos por métodos lineares de descrição (pautados na observação), desconsiderando a não linearidade das relações sociais e de uso e exploração, apropriação da natureza.

Diante do exposto, aponta-se as dificuldades de transposição desse conceito para as práticas socioespaciais dos sujeitos como determinações de afirmação e infirmação (negação) do constructo territorial. Além disso, aponta-se para uma problemática no uso da palavra sistema pelo autor em referência, uma vez que este indica, no início de sua obra, uma aproximação ao método materialista histórico, o qual não corresponde ao uso de conceitos como sistema (em seu sentido organizacional, desconsiderando a essência das relações). Assim, a indicação em referência ao TGS se faz por contextualização, apenas. Nesse sentido, cabe estender nossas considerações críticas à proposta de sistema territorial de Raffestin em *Por uma Geografia do Poder*.

O sistema territorial se relaciona diretamente às territorialidades vividas, percebidas e concebidas nos espaços, revelando escalas e dimensões das relações de poder existentes (RAFFESTIN, 1993). Para o autor, as representações dos espaços são sua imagem e vão além dos pontos considerados de exercício de poder: a própria imagem ou representação produzida sobre o espaço expressa¹² as relações de poder. Considerando que as relações sociais são assimétricas – resultam das relações de poder e se alteram a cada mudança de sua direção – os territórios construídos, concomitantemente, não são necessariamente fixos. Sua “tradução”, sistematizada ou não, também é instável; logo, pode atuar sobre a afirmação ou negação desses poderes representados. Para o autor,

O sistema é tanto meio como um fim. Como meio, denota um território, uma organização territorial, mas como fim conota uma ideologia da organização. [...] Como objetivo, o sistema territorial pode ser decifrado a partir das combinações estratégicas feitas pelos atores e, como meio, pode ser decifrado por meio dos ganhos e dos custos que acarreta para os atores. O sistema territorial é, portanto, produto e meio de produção (RAFFESTIN, 1993, p. 158).

O sistema territorial é apresentado como produto, porque seu desenvolvimento é resultado de ações e relações de poder entre os sujeitos (atores) sobre o espaço, constituindo os territórios; e como meio por ser condição prévia e necessária para manter ou alterar as relações de poder – mudando ou não a lógica capitalista de produção e transformação de todas as coisas em mercadorias – que ocorrem sobre os espaços e, assim, se constroem novos territórios.

¹² Como exposto por Yves Lacoste em “A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra”, publicado em 1976.

Esses fenômenos necessitam de novas representações a cada movimento, reorientando as formas possíveis de exposição dos elementos – tessituras, nós e redes; bem como as distâncias econômicas, temporais, psicológicas e físicas – que foram elencadas por Raffestin (1993) como componentes do sistema territorial. Segundo o autor, “[...] não se trata de uma geometrização da ação, mas antes de uma ação que se procura representar geometricamente” (RAFFESTIN, 1993, p. 149). Assim, a dimensão objetiva do território, como projeto ou fim, expressa a intencionalidade dos sujeitos sociais no seu processo de consolidação territorial, que se materializa em territorialidades, território imaterial (FERNANDES, 2005), dimensão de consciência e/ou representação do território.

No entanto, para Raffestin (1993), essa representação não pode ser concebida apenas como da territorialidade. Ela é também território, uma vez que a territorialidade é uma dimensão do vivido relacional; e busca um modelo axiomático para sua demonstração, como:

(...) a soma das relações mantidas por um sujeito com o seu meio. Isso dito não se trata de uma soma matemática... [sic]... mas de uma totalidade de relações bio-sociais em interação”, que se expressa na fórmula $T \rightarrow \sum H r E$, H sendo o indivíduo, o sujeito, desde que pertença a uma coletividade; r sendo uma relação particular definida por uma forma e um conteúdo e que necessita de mediatos; e "E" sendo a exterioridade, isto é, uma “topia”, um lugar, mas também um espaço abstrato, como um sistema institucional, político ou cultural por exemplo (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

Complementa o autor que

a vida é feita de relações, e daí a territorialidade pode ser definida como um conjunto de relações que se originam num sistema tridimensional sociedade – espaço – tempo em via de atingir a maior autonomia possível, compatível com os recursos do sistema. Então a territorialidade pode ser assim expressa: $T \rightarrow \sum H r E$ (RAFFESTIN, 1993, p. 160).

A dimensão axiomática de Raffestin parte de uma problemática que é concebida de forma abstrata, não estão dadas as relações concretas relacionais. Tal problemática é uma narrativa de pesquisa, e não a condição material de existência dos sujeitos (atores), como observamos sobre a determinação semântica dos “atores sintagmáticos e paradigmáticos”. De forma que as relações são dadas por indivíduos e há uma passagem posterior, no âmbito da territorialidade, como expressão espacial de uma dada sociedade. Seria possível essa transição se o autor estivesse partindo de um ser social (LUKACS, 1979), e não de indivíduos. Assim, tanto quanto os atores e suas relações, a sociedade (abstrata) em suas relações satisfaz suas necessidades num determinado momento – em um local, exercendo uma carga demográfica e um conjunto de instrumentos também determinados – de energia e informação. Ou seja, a

transposição de relações de indivíduos para grupos sociais se estabelece em um abstracionismo, mas sem deixar clara como se estabelece.

Nesse modelo, a territorialidade passa a ser um recurso, considerando que energia e informação (poderes), para Raffestin, são os elementos básicos de constituição e relação entre territórios. O trabalho sintetiza energia e formação, configura o poder sobre um espaço (representação e ação), mas ao final passa a se configurar como um recurso, e não um processo metabólico de hominização e humanização, um recurso que depois se constituirá em força (de Estado, inclusive), como população.

Este conjunto de elementos demonstra a dimensão “discursiva”, de “retórica”, abstrata, que o autor assume ao projetar-se em um encadeamento de logicismos que se inscrevem em um sistema idealizado de relações e processos, tais como:

Toda produção do sistema territorial determina ou condiciona uma consumação deste. Tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir. Cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem (RAFFESTIN, 1983, p. 161).

Tais reflexões se vinculam a um “lugar comum”, de “considerações óbvias” que não refletem de maneira concreta e material as condições sociais de reprodução e, portanto, cabem a qualquer condição explicativa porque derivam de idealizações sobre a vida humana.

Dessa forma, ao representar territorialidades (em suas esferas sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais, por exemplo), estas revelariam como as relações de poder se manifestam nesses espaços, permitindo assim uma observação dessas relações. Mas, sobre quais relações? Qual a capacidade de determinação histórica e em quais condições concretas de relações estabelecidas? Observa-se que, após estabelecer considerações à concepção de territorialidade de Edward Soja (1971), afirma que “o inconveniente do método de Soja é que ele mistura o subjetivo e o não-subjetivo e apaga as situações de classe” (RAFFESTIN, 1993, p. 162). Entretanto, esse mesmo processo se realiza em seus modelos ideais axiomáticos relacionais.

Seus modelos se apresentam em vários momentos no texto de Raffestin. Verifica-se que, ao estabelecer críticas à perspectiva morfofuncional da Geografia Política de Estado e apresentar alguns pressupostos de uma Geografia relacional de poder (particularmente nos capítulos I e II), tinha-se como expectativa que o autor desenvolvesse a proposta em termos de sistematizar práticas socioespaciais que concorreriam na demarcação de relações sociais de poder e configuração territorial. No entanto, seu movimento teórico, contraditoriamente, debruça-se sobre as mesmas categorias que dão suporte à Geografia Política de Estado:

população, recursos naturais, língua, entre outros. Nesse conjunto, passa a demonstrar modelos axiomáticos relacionais idealistas, particularmente, no capítulo III (O poder, no subitem III, o Campo do Poder). Seus enunciados, ou axiomas, são precedidos de figuras (gráficos) com os pontos e suas interconexões seguidas de algumas explicações:

A troca ou a comunicação que tem lugar entre a "A" e "B", se a relação atinge seus objetivos, pode se traduzir por ganhos e/ou custos para os dois ou para um deles. A relação pode ser simétrica ou dissimétrica, com ganhos e/ou custos tendo bem entendido, consequências sobre o quadro de referência respectiva dos atores, na medida que os elementos que contêm são afetados. Temos aí quatro atores A, B, C, D, em situação relacional. Admitamos por convenção que a flecha indica um custo para um ator em que ela se origina e um ganho para aquele no qual termina. A primeira observação que deve ser feita é que o gráfico não indica todas as relações possíveis. O número de relações possíveis é $m(m-1)$, isto é $4(4-1) = 12$. Nesse gráfico só há a representação de quatro relações. Quando as analisamos...[sic]..., constatamos que há, em todo caso, três relações dissimétricas absolutas – C-A., A.D e D.C. – uma relação simétrica ou dissimétrica relativa – A.B. – e uma outra – B.A. Para determiná-la precisaríamos atribuir um valor aos arcos (RAFFESTIN, 1993, p. 61-62).

Esses exemplos axiomáticos (que podem ser idealistas, a depender do método utilizado para estudo da proposta) relacionais em nada apresentam elementos constitutivos analíticos, nem mesmo às problemáticas estabelecidas sobre população, recursos, entre outros elementos sobre os quais o autor se debruça nos capítulos posteriores. No âmbito de um sistema territorial, Raffestin (1993) parte então da representação daquilo que define como sendo os elementos desse sistema (tessitura, nós e redes). A representação se realiza antes mesmo do problema, como elementos dados e, para nós, este é o problema:

A partir de uma representação, os atores vão proceder à repartição das superfícies (tessituras), à implantação de nós e à construção de redes. É o que se poderia chamar de 'essencial visível' das práticas espaciais, ainda que malhas, nós e redes não sejam sempre diretamente observáveis, pois podem pura e simplesmente estar ligados a decisões. Mesmo que não sejam discerníveis, têm uma existência com a qual é preciso contar, pois intervêm nas estratégias (RAFFESTIN, 1993, p.150).

Observa-se que o modelo analítico que sustenta as proposições de Claude Raffestin é a Cartografia. O que o autor espelha em sua análise são os processos de implantação areolar, pontual e linear. A cartografia como método de representação é assumida como modelo analítico e há, nesse caso, uma inversão entre exposição e investigação. A representação cartográfica configura-se em um produto do mapeamento das práticas socioespaciais, mas ela não as explicita no conjunto das contradições sociais. A cartografia é um texto e não um método¹³. Como texto é um elemento explicativo do autor sobre dada realidade, ele expressa uma realidade, cuja técnica evidentemente precisa ser metodologicamente apreendida e

¹³ Como aponta Lacoste em *A Geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. de 1976.

explicitada pelo pesquisador A cartografia expressa a característica espacial do fenômeno segundo uma escala e uma distinção categorial e conceitual do pesquisador (SOUZA; KATUTA, 2001).

A questão é que Raffestin passa a discorrer explicações sobre as estruturas cartográficas (ponto, linha e área) como informações, mas, configuram-se apenas uma linguagem (uma narrativa) (cartográfica), uma representação constitutiva de uma imagem, e que não está dada, porque não há uma pergunta que anteceda de forma explicativa o que antecede as implantações cartográficas: “A imagem sendo a forma assumida pela estrutura manipulada por um sistema de objetivos intencionais e de ações” (RAFFESTIN, 1993, p. 152). A linha explicativa vai assumindo, portanto, categorias da representação cartográfica (“Os indivíduos ocupam pontos nos espaço e se distribuem com modelos que podem ser aleatórios, regulares ou concentrados” [RAFFESTIN, 1993, p. 150], ou “[...] toda tessitura implica a noção de limite” [RAFFESTIN, 1993, p. 153]), sem a efetiva clareza sobre o que de fato se representa em um campo relacional de poder.

O que se observa é o modelo analítico-discursivo ganhando corpo em si mesmo, definindo um sistema a partir de um modelo de representação, distanciando-se dos modelos mais complexos que a TGS procurou produzir a partir dos trabalhos de Sotchava. Os modelos, embora busquem uma perspectiva relacional – esta última que deveria debruçar-se sobre materialidades concretas, consolidando o reconhecimento dos elementos ontognosiológicos (FULINO, 2020) –, na verdade, estão presas ao mesmo modelo morfofuncional que o autor buscará distanciar-se:

De fato uma tessitura em vários níveis pode ter por objetivo assegurar para a população o funcionamento no nível ótimo de um conjunto de atividades, ou pode ter por objetivo assegurar o controle da população em nível ótimo (RAFFESTIN, 1993, p. 155).

No excerto acima, por exemplo, está clara sua vinculação com o Estado e o tratamento de antinomias logicistas. Os modelos a que Raffestin está preso, por seus axiomas, nos remetem a compreensão das postulações de Cougo (1997), ao definir que o processo de obtenção de um modelo lógico, a partir de um modelo conceitual, segue os seguintes passos:

- 1) Obter o modelo conceitual (no caso o Cartográfico);
- 2) Definir o tipo de implementação relacional (0-0) (seriam os atores paradigmáticos e sintagmáticos);
- 3) Aplicar as regras de derivação específicas (sobre os elementos de energia e informação que atuam nas tessituras, nós e redes);

4) Adaptar o modelo às realidades. (“Nesses conjuntos de pontos, que também são localizações e que reagrupam indivíduos ou grupos, se elabora toda existência, quer se trate de aldeias, cidades, capitais ou metrópoles gigantes [RAFFESTIN, 1993, p. 156]).

Para Cougo (1997, p. 7), o “modelo é a representação abstrata e simplificada de um sistema real, com a qual se pode explicar ou testar o seu comportamento, em seu todo ou em partes”.

Frente ao que entendemos como limitações epistêmicas e ontológicas de Raffestin, partimos da compreensão de que é necessário estabelecer elementos analíticos, que estejam pautados na realidade concreta, ainda que se coloquem de forma investigativa e, em segundo momento expositivas, e que não sejam compreendidos como modelos lógicos e/ou generalizáveis para toda realidade social. Há a necessidade de se considerar a escala e as direções em que os sujeitos (indivíduos, grupos ou instituições públicas e privadas) se organizam e se movimentam sobre o espaço, constituindo seus próprios territórios¹⁴.

Imperativo reafirmar, então, que sempre há poder (trabalho e imediatamente valor) nas práticas socioespaciais e estas sempre colocarão suas ações na direção de projetos societais que poderão se consubstanciar em hegemonia e ou contra hegemonia. A questão central é: qual projeto societal elas constituem (intencionalmente ou não) em sua realização e quais determinações territoriais se materializam nesse processo? O núcleo provedor de poder são as *práticas socioespaciais* dos sujeitos, o trabalho e as relações sociais estabelecidas, que expressam determinações territoriais na forma de reprodução social, deste núcleo emerge o constructo e ou a alienação territorial. O trabalho agrícola, como síntese concreta da ação metabólica do homem com o meio e que constitui sua geograficidade (MOREIRA, 2004), é, portanto, definidor da reprodução material da existência humana e seus processos produtivos, são o ponto de partida e simultaneamente de chegada para entender as práticas que negam ou afirmam as territorialidades dos sujeitos sociais.

Nesse exercício, as práticas socioespaciais foram elencadas considerando nossas vivências de pesquisas com movimentos sociais camponeses, quilombolas e mesmo relativos aos povos originários, por sua vez, estão também lastreados na literatura e compreendemos que, ao estabelecermos gradientes, elas se configuram em indicativos da direção que tais práticas assumem, de constructos e ou alienação territorial.

Os espaços agrários, em específico no Brasil, estabelecem-se como espaços de disputa entre classes sociais pelo acesso e permanência na terra, como processualidade histórica, na

¹⁴ “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’ (RAFFESTIN, 1993, p. 152).

materialização de uma “teleologia”¹⁵: da terra ao território, um processo que pode ser orientado à produção de mercadorias e/ou à negação desse modelo de produção.

2.4 ELENCO DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS

A primeira prática socioespacial sugerida e analisada refere-se à constituição de uma matriz produtiva, uma vez que revela o sentido do trabalho na produção. A dinâmica de produção estabelecida em uma matriz orienta a produção de alimentos ou de mercadorias, definindo a produção em espécie e diversificando sua *commoditização*. A ordem de grandeza não está, em um primeiro momento, na quantidade, mas na “qualidade” do que se produz. A decisão de produção de soja ou de arroz ou de mandioca define e reverbera, de imediato, nas condições de autoconsumo em uma unidade de produção e a isso nos referimos em seu caráter ontológico. Configura-se características de produção de alimento (comida) para si, ou a totalidade de sua produção vinculada aos processos basilares da lógica do valor extraído da terra – que se realiza a partir da produção de *commodities* – ou produtos agroindustriais do mercado doméstico – produção em si. Polanyi (1980) aponta como de uma posição secundária na vida econômica, os mercados, na economia liberal, passaram a assumir a primazia sobre as relações sociais.

A definição de uma matriz produtiva é condição para a determinação do *autoconsumo* e/ou efetiva vinculação à lógica de mercados. Em conformidade com Grisa (2007) e Gazolla (2004), o autoconsumo é a parcela produzida pelos agricultores que tenham por destino o consumo próprio de sua família ou do seu grupo social, gerando autonomia na produção, consolidando a soberania alimentar e diminuição no consumo de produtos industrializados. Além dessas consequências imediatas, o autoconsumo pode reconstruir laços sociais, no abastecimento de núcleos rurais e urbanos próximos e adequação de um padrão alimentar e nutricional aos produtos de época (safra) e locais (principalmente sobre as frutas da estação).

Há, nesse sentido, um encadeamento que se remete a um terceiro elemento que compõe o núcleo central: o *trabalho familiar*. Considerado desde Chayanov (1974), o trabalho familiar é aquele desempenhado pelos membros da família, com divisões sociais de trabalho por idade e gênero e que resultam não apenas na dimensão produtiva, mas nos processos de ocupação familiar, vivência e construção de sociabilidade e aprendizado (PAULILO, 2004).

Esse conceito permite identificar relações características de organização camponesa, demonstrando resistência e oposição ao modelo capitalista moderno de organização, divisão e

¹⁵ Teleologia compreendida como um processo de consciência de mediação metabólica do sujeito social no mundo.

exploração do trabalho. Entretanto, percebe-se também condições que legitimam uma maior exploração desses agricultores, não apenas pelo mercado, mas pela própria sociedade, como as propostas de pluriatividade (SCHNEIDER, 2003) ou de multifuncionalidade da agricultura familiar, que quer fazer crer, equivocadamente, que a ausência de um real estruturado passa a ser explicativo de mecanismos de ampliação de atividades produtivas para obtenção de renda mínima (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009; BACCARIN e SOUZA, 2012)¹⁶. O fato é que a dimensão do trabalho é reveladora de processos de sucessão familiar na unidade de produção e de processos de produção e de conhecimento técnico produtivo; o que significa a manutenção de conhecimentos de produção, manejo, armazenamento, conservação e processamento alimentar.

O terceiro elemento a ser analisado é o *consumo intermediário*. Como afirmamos anteriormente, a dinâmica de produção estabelecida em uma matriz orienta a produção de alimentos ou de mercadorias, mas também do nível dessas mercadorias e/ou de inserção de insumo autoproduzidos, produzidos na unidade rural. Em relação direta ao autoconsumo e ao trabalho familiar, o consumo intermediário está tanto nos produtos alimentícios e de uso pessoal (roupas, remédios, calçados, estéticos, culturais) como em produtos para a produção agrícola em si (como o uso de modelos de produção dependentes de uma escala de produtos técnicos para que a produção ocorra, ou de técnicas de separação de sementes, produção de enxertos, compostagens, entre outros). Como um elemento qualitativo e quantitativo, uma medida que estabelece relação direta entre quantidade de produtos adquiridos nos mercados para consumo em relação ao que teve origem na unidade agrícola de produção. Como exemplo, a diminuição da autoprodução de insumos indica um grau de dependência mercantil da agricultura camponesa, já que quanto maior o consumo intermediário, menor é a autonomia produtiva (GAZOLLA, 2006).

O consumo intermediário também é a medida da alienação econômica do trabalho e expressa, ainda, relação de poder, pois identifica a capacidade de extração da renda da terra e perda de autonomia e domínio técnico-produtivo, o que resulta ainda na subsunção formal do trabalho camponês ao capital (MARX, 1985), em específico de extorsão de sobre-trabalho, que se estabelece nas duas pontas: na compra de insumos e, portanto, transfere renda; e no limite, na circulação, com os atravessadores, quando também transfere renda pela forma de remuneração de seu produto-trabalho e se insere na dimensão de financeirização se esse

¹⁶ Para Bonnal e Maluf (2007), a discussão sobre a multifuncionalidade da agricultura foi inserida de forma oportunista nas negociações internacionais da Organização Mundial do Comércio (OMC), distanciando-se das demandas centrais de equilíbrio e manutenção das comunidades agrícolas.

processo é mediado pelo crédito (os fundos públicos). Desse modo, o consumo intermediário pode representar em uma lógica produtiva intensiva, mesmo em assentamentos rurais, não apenas à produção em si de mercadorias, mas uma dimensão mais concreta de uso extenuado de elementos produtivos (terra e água, por exemplo) reduzindo os níveis de preservação e de relação direta com natureza, o que implica em qualidade de vida e de manutenção da vida e de “bens comuns” (SOUZA, 2018).

Esta lógica de produção como prática socioespacial resulta em considerar uma ruptura metabólica do homem com a natureza, consigo mesmo e na relação com os outros homens. Essa fratura metabólica destacada por Foster (2010), com base em Marx (1985), ao tratar da desconexão ou o desequilíbrio da interação *metabólica* entre a *humanidade* e o resto da *natureza*, decorre, nesse sentido, da centralidade da mercadoria, da mercantilização da natureza, como forma unilateral de relação metabólica societal. Assim, as práticas de uma agricultura de morte, centrada nos agrotóxicos, revela mais do que uma dimensão produtiva, mas também um grau de alienação do trabalho, da terra e da vida e, então, uma alienação territorial.

Outros dois elementos a considerar são: *circuito curto* e *circuito longo de comercialização*. Aos circuitos curtos, observam-se propostas comerciais de aproximação entre consumidor e produtos (VEIGAS, 2016); quanto mais fortalecido for o circuito curto, maiores serão os laços e relações entre esses dois sujeitos, além da resistência ao padrão industrial de produção e venda (RETIÈRE, 2014). Estas resistências são ancoradas no autoconsumo, considerando ainda que na cadeia de valor há uma redução de extração de renda da terra e (tendencialmente) uma direção de preços mais acessíveis aos consumidores. Já os circuitos longos caracterizam-se pela homogeneidade dos produtos – tendência à *commoditização* da agricultura, conforme Souza e Cabero Diegues (2012) –, interferência econômica nos preços e distanciamento entre consumidor e produtor, aumento de transferência da renda da terra e consolidação de uma cadeia de valor que tende a aumentar fortemente os preços e o padrão de acumulação.

A *conservação ambiental* é o sexto elemento a ser considerado no núcleo central. Acredita-se que não exista uma separação, em nenhum momento, entre os sujeitos e o meio natural. Indicar a forma como essa relação existe pode demonstrar o nível de exploração dos sujeitos sobre os bens comuns, o nível de mercantilização da natureza e de seu esgotamento produtivo, sem considerar os processos de contaminação da água, do solo e dos produtos. Assim, a reconversão produtiva agroecológica amplia as relações de um ambiente social e rompe com o dualismo campo cidade, além de estabelecer formas de relação produção consumo

que não se sintetizam na troca, mas em outras dimensões que se incorporam elementos sociais e culturais mais amplos. A agroecologia, ou agricultura agroecológica, passa a contemplar a reordenação das formas de produção com base na diversidade, construindo referências à fertilidade do solo, à preservação de outros recursos naturais e ao respeito aos valores culturais locais, passando pelo uso de sistemas não convencionais de produção e pela diversificação de atividades agrícolas na propriedade (CARNEIRO, MALUF, 2003).

Os dois últimos elementos considerados para a construção do núcleo de poder são: *qualidade de vida e patrimônios históricos e culturais*. Ao primeiro, consideramos a capacidade explicativa que os índices possuem tanto nas análises populacionais, como em aspectos econômicos, ambientais, sociais e de saúde (CARNEIRO e MALUF, 2003; KLUTHCOVSKY e TAKAYANAGUI, 2007). Já o elemento patrimônio histórico e cultural recai sobre as práticas culturais, religiosas, técnicas de trabalho e de alimentação (COSTA, 2017) que, ao seu reconhecimento, é possível observar o nível de homogeneização de técnicas e de modo de vida, por exemplo, indicando a dependência de uma cultura imposta pelo modelo capitalista urbano ou de resistência a ele.

Para Costa (2017),

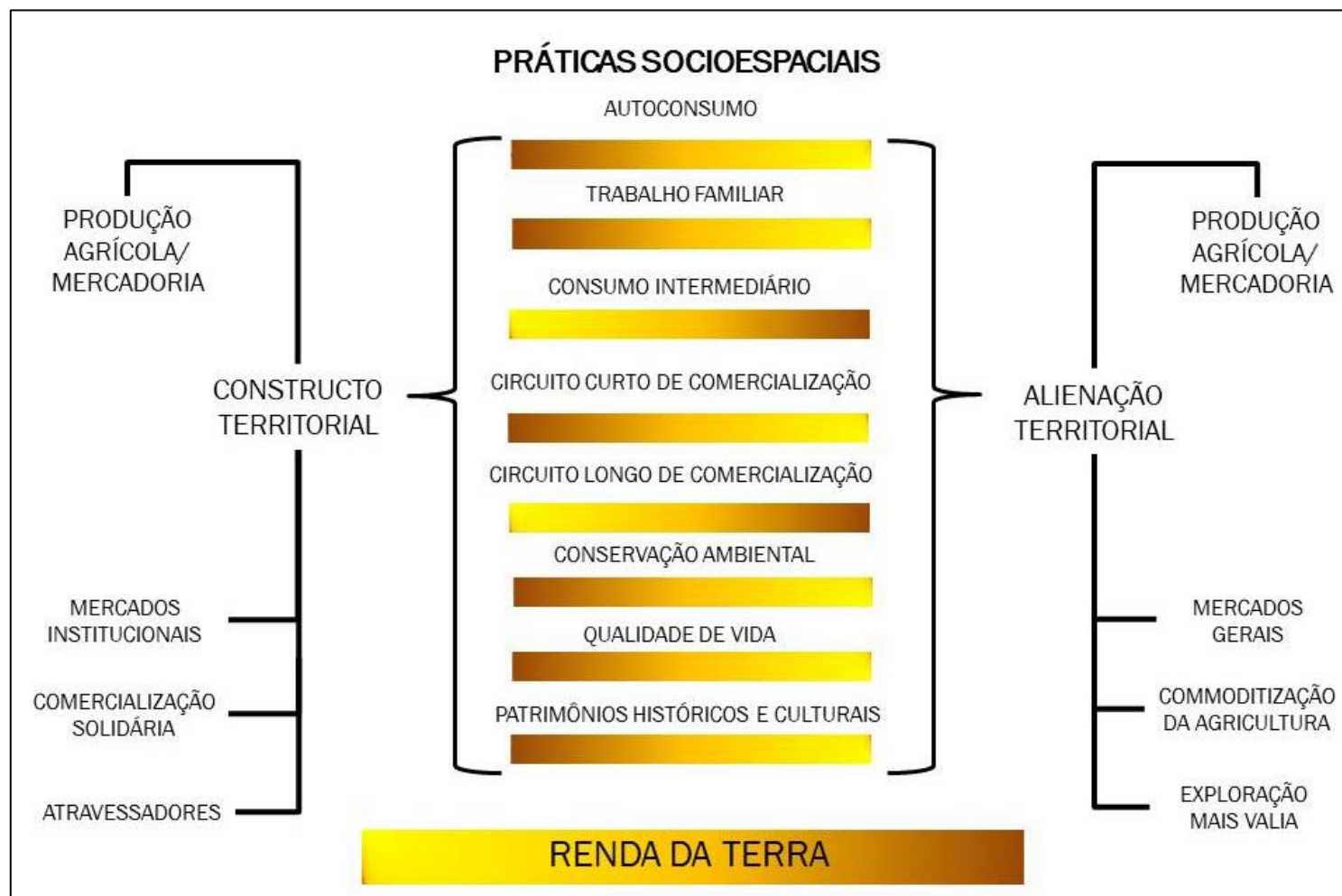
Os vínculos sociais identitários com o território envolvem a realização da vida em diferentes escalas e específicos grupos, ou seja, a experiência espacial do sujeito. A geografia histórica da América Latina revela tais vínculos, em períodos longos ou curtos e no cerne de regiões e de territórios definidos pela instituição discursiva de direitos e de deveres, que são concretizados, distintivamente, com o atendimento irrestrito às demandas do trabalho. Logo, o que se define por patrimônio-territorial latinoamericano tem, na sua essência, a lógica histórica da interação sociedade-natureza, com o enaltecimento de problemáticas existenciais indígenas e negras (na violência de gênero, de etnias, de cultura, de identidade, de religião, de localização etc.); realizou-se na produção de ‘territórios de exceção’, dadas as especificidades continentais da divisão social e espacial do trabalho (COSTA, 2017, p56.).

A natureza desses elementos não se inscreve de forma binária, sobre a dualidade de existência e não existência, presença e não presença, porque a realidade não se inscreve como todo, mas como totalidade e, neste sentido, a impossibilidade de apreendê-la exige considerar suas determinações mais profundas e concretas, bem como seus movimentos histórico-dialéticos que resultam em uma análise e compreensão da realidade. Como adverte Konder (2009, p. 39), “o real, na infinita riqueza de seu movimento, é irreduzível à consciência como um todo, de modo que a identidade sujeito-objeto nunca poderá ser total e definitiva”. O elenco de tais práticas foi aleatório e podem ser excluídas ou receber mais elementos, a fim de especificação em busca da compreensão da realidade. Para tanto, o que se propõe neste trabalho

é a utilização dos dados de campo do ano de 2017 e interpretações sobre estes, uma vez que a criação de índices para todos os elementos fugiria da proposta desta pesquisa.

A análise do desenvolvimento de tais práticas tende a revelar se há, nos territórios observados, um constructo ou uma alienação territorial que se inscreve a partir das práticas socioespaciais exercidas, tais perspectivas existem a partir de uma condição primeva nas análises sobre o espaço rural brasileiro: a renda da terra. Por ela, entende-se que é “[...]o lucro extraordinário, permanente...que ocorre tanto no campo como na cidade. O lucro extraordinário é a fração apropriada pelo capitalista acima do lucro médio. [...] na agricultura ele é permanente, pois, por exemplo, existem diferenças entre fertilidade natural dos vários tipos de solos” (OLIVEIRA, 2007, p. 43). É por meio desta condição de acumulação, por parte daqueles que habitam e atuam sobre o espaço agrário, que será possível entender como as relações de poder se mantêm.

Figura 1 - Representação das práticas socioespaciais



Fonte: elaborado pela autora

Esses elementos teóricos que resultam no movimento-momento metodológico de investigação são explicativos de práticas socioespaciais que concorrem com determinações territoriais que podem estabelecer o assentamento como um núcleo provedor de poder relacional de transformação de seu recorte territorial e de outros territórios e territorialidades (SILVA, 2013). As determinações territoriais partem, portanto, das esferas sociais (a), econômicas (b), culturais (c) e ambientais (d) e não se estabelecem de forma monolítica, apresentam variabilidades, nuances, em uma mesma unidade produtiva. É nesse sentido que chamamos a atenção para o nível de força e de potência, que gradativamente manifesta o nível de autonomia e dependência dos sujeitos sociais e como interferem tais dinâmicas territoriais no nível de força e potência das outras práticas socioespaciais, considerando a imbricação que elas apresentam, o que determina o constructo e ou a alienação territorial.

Todas essas determinações podem e devem sofrer alterações (seja pelo aprofundamento ou pela sua ausência), uma vez que se busca a compreensão dos elementos que se configuram por existirem em decorrência das relações assimétricas de poder. Portanto, a depender de cada recorte espacial definido (sua localização, tamanho, configuração, grupos e expressão), novas determinações se apresentam e devem ser agregadas e outras, suprimidas. Ressalva-se que esse é apenas um momento do método dialético explicitado por Marx, em que a realidade dá forma e sistematização (exposição) na análise dos espaços agrários. Justamente por terem o conflito entre classes como característica principal, não podem ser contemplados em análises que não considere tais negações e dialeticidade.

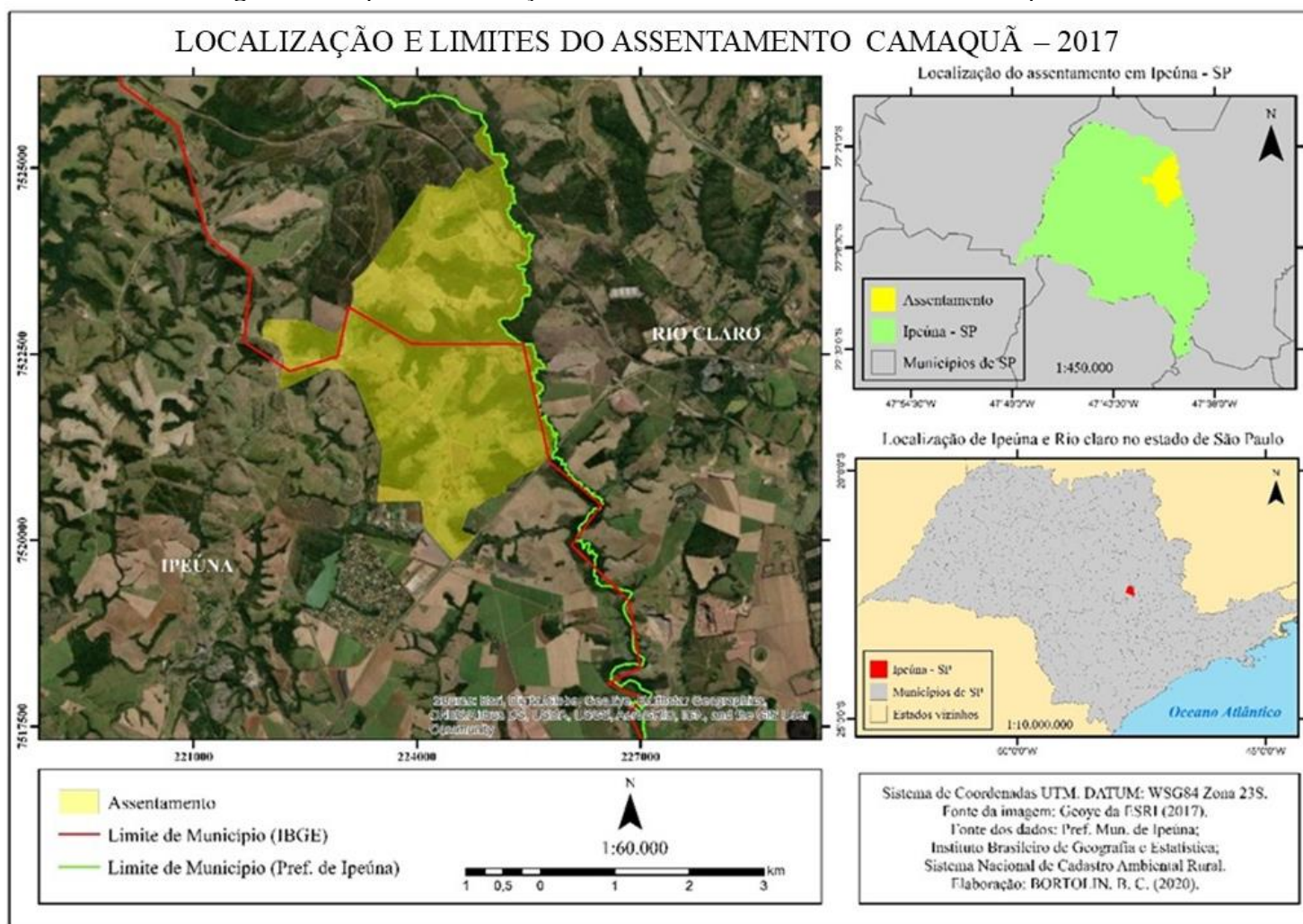
Debruçar-se sobre a realidade dos assentamentos rurais, especificando cada lote com sua respectiva gradação, permitirá observar a complexidade das relações conflituosas de classe nas quais as famílias estão inseridas, tendo que a sobreposição dessas relações constitui o assentamento rural, resultando na identificação das relações de poder, no grau de alienação ou de constructo desses territórios, respectivamente.

CAPÍTULO III – HISTÓRICO DE FORMAÇÃO DO ASSENTAMENTO CAMAQUÃ

Para entender o espaço e as relações sociais atuais presentes nos limites do Assentamento Camaquã, necessita-se anteriormente a compreensão das condições históricas que o constituíram. Dessa forma, a partir de uma apreensão da processualidade do uso do espaço, faz-se um resgate histórico sobre o que, posteriormente, tornar-se-ia a área correspondente ao Assentamento. Assim, caminharemos rapidamente pelo início dos trilhos ferroviários no estado de São Paulo, o crescimento da produção silvicultora para combustível e estrutura ao complexo ferroviário crescente, e a tímida preocupação com a conservação ambiental.

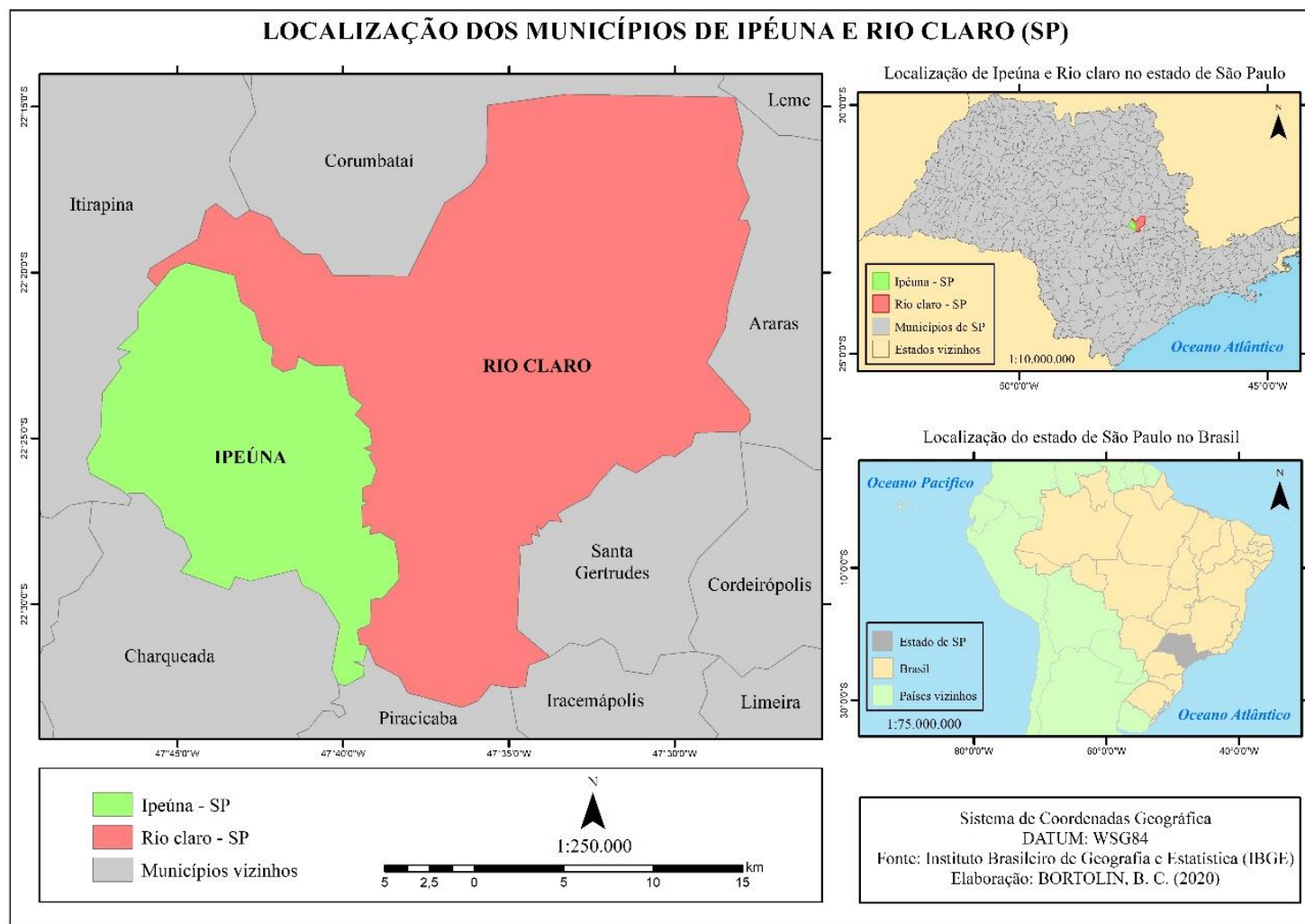
O Assentamento Camaquã localiza-se entre os municípios de Ipeúna e Rio Claro (SP) (figuras 2 e 3). Para tanto, uma curta contextualização histórica sobre a região se faz necessária, focando no ciclo produtivo e nas ações territoriais realizadas pela ferrovia no estado de São Paulo; posteriormente sobre os movimentos sociais de luta pelo acesso a terra, também em escala estadual. Por fim, as formas representativas do Assentamento pela imprensa local, concomitante às entrevistas realizadas junto aos dois assentados mais antigos e dois funcionários do ITESP.

Figura 2 Mapa de localização e limites do Assentamento Rural Camaquã, 2017



Fonte: elaborado pela autora

Figura 3 - Mapa de localização dos municípios de Ipeúna e Rio Claro - SP



Fonte: elaborado pela autora

3.1 AS ESTRADAS DE FERRO E OS HORTOS FLORESTAIS

O crescimento da linha férrea, consequente à expansão da produção cafeeira no estado de São Paulo, ocorre a partir dos trilhos que ligavam o município de São Paulo ao porto de Santos (a leste) e, posteriormente, ao interior paulista, alcançando o município de Jundiaí, na década de 1860. Na passagem de Matos (1990) compreende-se que a ferrovia avançou a partir das necessidades, condições e desejos dos produtores de café locais, os quais se beneficiaram de forma imediata da presença da linha férrea; sendo então possível identificar ações conjuntas entre os latifundiários e os fazendeiros em direção à ampliação de tais linhas. Diante disso, ressalta-se que a construção desse primeiro trecho da ferrovia que interligava o porto de Santos ao interior do estado teve origem em uma parceria entre fazendeiros (não apenas cafeicultores) interessados na construção da ferrovia e uma companhia de origem inglesa, a *São Paulo Railway*, que monopolizava os trilhos recém-construídos entre a capital do estado e o litoral (MONBEIG, 1984).

Tendo então o monopólio do trecho Jundiaí-Santos, a *São Paulo Railway* não se interessava em estender suas linhas para o interior do estado. Sendo assim, capitalistas e fazendeiros de café decidiram construir, conjuntamente, ramais necessários para o escoamento da produção do grão, surgindo a então Companhia Paulista de Estradas de Ferro (CPEF), em 1870 (STEFANI, 2007). Delas, derivam outras grandes companhias, como a Estrada de Ferro Sorocabana e a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro (STEFANI, 2007).

No seu período de expansão, a malha ferroviária paulista obedeceu ao modelo baseado na necessidade de expansão do capital cafeeiro à época, planejando e organizando-se de maneira distinta ao que se poderia esperar do corpo responsável — a administração pública. De acordo com Monbeig (1984, p. 175), o plano de expansão “[...] foi conduzido pelos interesses dos administradores, dos produtores e dos comerciantes de café”. Para que tal estrutura fosse possível de funcionamento, a existência de mão de obra e matéria prima adequada exigiram transformações sociais e, claro, na forma de exploração de ambos.

A ferrovia surge também como condição para a movimentação do capital excedente da aristocracia cafeeira paulista, somada ao de outros poucos capitalistas existentes no Brasil que, em ambos os casos, tinham como rendimento econômico expressivo pelo comércio da população negra escravizada (MARTINI, 2004). A partir da lei Eusébio de Queiroz de extinção do tráfico negreiro, de 1850, esse capital ficara ocioso (MARTINI, 2004).

3.1.1 Matéria-prima para a ferrovia: os Hortos Florestais

Sendo material básico para sua extensão, a madeira era utilizada nos dormentes dos trilhos e na queima necessária ao funcionamento dos trens, tendo sua origem no desmatamento da vegetação nativa¹⁷ presente no estado de São Paulo. Ao final do século XX, algumas pessoas ligadas à CPEF, como o engenheiro Adolfo A. Pinto, demonstraram certa preocupação com a exploração intensiva das florestas desmatadas sem qualquer tipo de planejamento ou movimento de recuperação. Assim, de acordo com Martini (2004), Adolfo defendia a conservação da mata original e propunha movimentos e ações da CPEF para proteção da vegetação nativa, alegando que estas não comprometeriam a expansão dos trilhos e não prejudicariam as disposições nas quais o espaço rural paulista estava organizado. Para Martini (2004), a CPEF, então, começa a pensar uma maneira de promover o crescimento da produção de madeira necessária (em quantidade e qualidade) para o abastecimento da ferrovia em expansão.

Esse cenário de exploração ambiental realizada pelo modal ferroviário nos permite dois comentários. O primeiro recai sobre a observação e preocupação do engenheiro Adolfo A. Pinto aos problemas decorrentes do fim da biodiversidade pelo desmatamento, bem como a alternativa de valorização paisagística que os passageiros dos trens usufruiriam durante a viagem. Essas indicações não definem uma visão ou propósitos ambientalistas de conservação dos recursos naturais comuns em nossos dias, mas sim o começo do receio pelo esgotamento de um bem comum transformado em mercadoria.

O segundo comentário incide na proposta de continuidade do modelo tradicional de exploração da terra. A CPEF buscou agregar ao espaço agrário a produção de madeira (silvicultura) através de uma espécie exótica, de fácil e rápido crescimento. Essas ações resultaram na continuidade das formas violentas de exploração dos espaços agrários, incentivados pelo próprio Estado brasileiro – em específico o estado de São Paulo – que pode ser caracterizado pela extração da renda da terra por parte do Estado, sendo este um acumulador em si, do próprio valor da produção agrícola, e do acúmulo de papéis: regulador das ações do capital sobre seu território e explorador da renda da terra e da comercialização da mercadoria.

Vale lembrar que as discussões sobre o valor de um recurso natural e bem comum são passíveis de discussão no recorte deste trabalho (referentes ao desmatamento, ao espaço e à silvicultura, posteriormente também sobre a própria produção agrícola, no sentido de geração de valor desses produtos, sejam eles de origem vegetal ou animal). Entretanto, não serão aprofundadas pois este, também, não faz parte dos objetivos da pesquisa. Assim, ressalva-se as

¹⁷ Florestas biodiversas: matas atlânticas, manchas de cerrado e matas em regiões de terra roxa – decomposição de basalto (AB'SABER, 2003).

produções de Marx (1980; 2004) e autores que o analisam, como Andrioli¹⁸ (2008) e Löwy (2013). Por questão de tempo e de certa fuga ao tema, não abordaremos a expansão da monocultura pelo estado de São Paulo e suas consequências. A historiografia deste período pode ser encontrada na obra de Monbeig (1984).

As atividades ligadas à produção silvicultora iniciam-se em 1903, com a criação do primeiro horto florestal, localizado no município de Jundiaí (SP), pelo agrônomo Edmundo Navarro de Andrade (MARTINI, 2004). Em seu trabalho, Martini (2004) aprofunda a história da atuação de Edmundo no desenvolvimento de pesquisas para o aumento da produção de eucaliptos, principalmente na identificação das espécies adequadas às necessidades da ferrovia. Essa ação teve como consequência a construção do Horto Florestal de Rio Claro, local onde Edmundo realizou suas pesquisas, experimentos e produção acadêmica.

O então Horto Florestal de Rio Claro foi instituído pelo decreto nº 46.819, de 11/06/2002¹⁹, como Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, possuindo o único museu no mundo sobre e com acervo florestal da espécie arbórea, tornando-se um local de proteção natural, que reúne conhecimentos sobre eucaliptos, além de ser área de lazer para a população local. Infelizmente, os arquivos do Serviço Florestal do estado de São Paulo sobre os hortos florestais foram perdidos, dificultando a identificação e análise aprofundadas dos processos ocorridos nesses espaços de produção silvicultora voltada ao abastecimento das linhas férreas, como a quantidade produzida por colheita, as espécies cultivadas, o número de funcionários, quantas colheitas foram possíveis, entre outros dados. Em Martini (2004) encontram-se informações sobre o consumo de madeira pela CPEF e das áreas de cada horto. Assim, de acordo com o autor, a área correspondente ao Horto de Camaquã²⁰ tinha o tamanho de 1.397,33 hectares, sendo criado em 1917.

A data de criação do Horto Florestal Camaquã indica uma condição histórica da região em que se localizava: na época a área correspondia por um distrito do município de Rio Claro, o distrito de Ipeúna, que veio a se emancipar em 1964. Salienta-se que Rio Claro possuía dois hortos florestais: um como local de pesquisa, experimentos e moradia para Edmundo Navarro de Andrade, e outro com propósito de cultivo, propriamente. Até o momento, há divergências no que os municípios tratam como sendo pertencentes aos respectivos territórios, sobre um

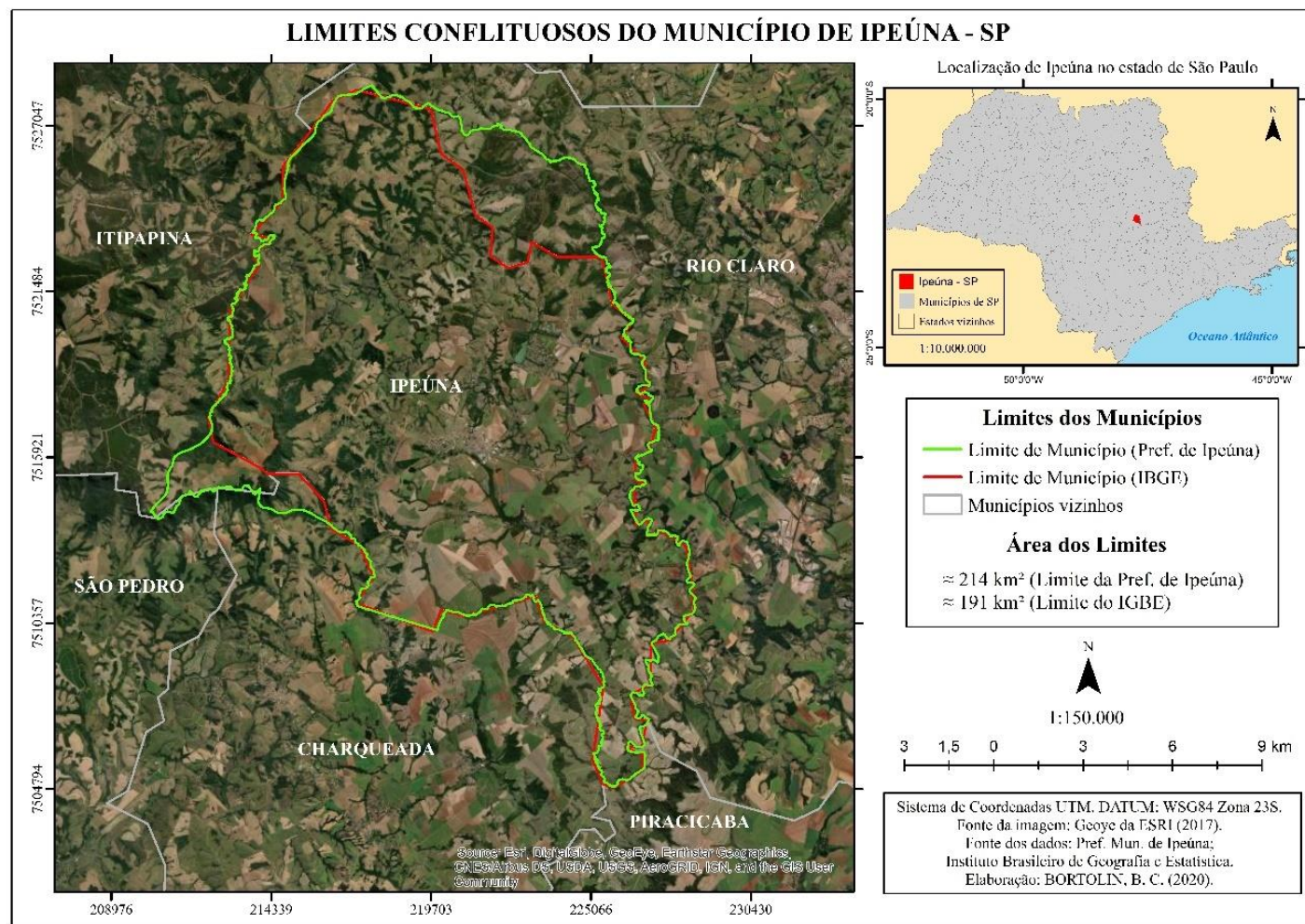
¹⁸ “Na economia de mercado capitalista a interação entre ser humano e natureza tende a ser eliminada e reduzida à relação de dinheiro, isto é, à pressão do mercado por um constante aumento da produção de mercadorias, que domina a ordem social em prejuízo do ser humano e da natureza” (ANDRIOLI, 2008, p. 2).

¹⁹ Publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo de 12/06/2002, Transforma o Horto Florestal Edmundo Navarro de Andrade e todo seu acervo histórico, científico e cultural, localizado nos Municípios de Rio Claro e Santa Gertrudes, na Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade.

²⁰ Escrita utilizada na época.

trecho da divisa entre os dois municípios. Encontra-se dentro dos limites do Assentamento Camaquã, causando divergências entre dados indicados por cada município, como por exemplo o número de lotes do assentamento que pertencem a cada administração pública. Esse assunto não será discutido, no entanto, indica-se o mapa das áreas com conflito de divisa (Figura 4).

Figura 4 - Mapa de limites conflituosos do município de Ipeúna



Fonte: Elaborado pela autora

O Horto de Camaquã se torna terra pública sob tutela do estado de São Paulo a partir do ano de 2000, pelo Decreto Estadual nº 45.083/00 – dois anos depois da ocupação e formação do Assentamento Camaquã –, fazendo valer a legislação estadual nº 4.957/85 (CANTELI, 2016), na qual indica a utilização de terras públicas estaduais aos projetos de valorização agrária.

Dadas as condições de criação dos hortos florestais no estado de São Paulo, compreende-se que o capitalismo, na agricultura brasileira, aprofundou as condições de exploração do trabalho dos colonos nas fazendas de café; e que o capital oriundo de tal ciclo econômico passou a ser empregado em outras esferas (uma vez que não existia mais o mercado de escravos), como na construção de estradas de ferro, influenciado pelo movimento de Revolução Industrial Europeia, aumentando a escala de ação e de poder da elite agrária.

Concomitante à expansão das ferrovias e de rodovias secundárias e paralelas àquelas; ao aumento da produção de café e, posteriormente, de cana de açúcar, algodão e gado no estado de São Paulo; as ocupações irregulares feitas por grileiros crescem, numa espécie de corrida ao oeste do estado paulista, visando a exploração florestal, genocídio de indígenas e especulação e venda dessas terras (MONBEIG, 1984), o que favorece a consolidação da cultura do latifúndio no estado de São Paulo, desde as capitânicas hereditárias, passando pelas sesmarias e, posteriormente, a Lei de Terras (OLIVEIRA, 1989).

A decadência e fim das ferrovias nos planos estaduais e nacionais de planejamento de transporte ocorrem a partir dos projetos de integração e crescimento do modal rodoviário pelo Brasil nas décadas de 1930 e 1940 (STEFANI, 2007). Esses planos, no início, contavam com projetos voltados às ferrovias e às rodovias, entretanto, com o crescimento da indústria automotiva no mundo e sua vinda ao Brasil, o modal rodoviário foi favorecido por projetos e ações concretas (STEFANI, 2007). Posteriormente, há um processo de privatização das ferrovias em, consequência, seu fim como principal meio de transporte de cargas e de pessoas.

A troca por modelos ferroviários elétricos, seguida da diminuição na implementação do modelo ferroviário no Brasil, torna desnecessária a continuidade dos hortos florestais como espaços de produção e fornecimento de matéria prima à ferrovia paulista. Os hortos florestais pertencentes ao estado de São Paulo receberam distintos usos, atribuindo-se outras finalidades a esses espaços. Uma delas foi a realização de projetos de valorização fundiária.

Os movimentos sociais de luta pelo acesso a terra são a contradição das condições violentas que o Estado e a economia lhe impuseram, e foram formados por brasileiros de outras regiões ou pelos imigrantes; resistiram ao período em que a modernização atropelou toda e qualquer maneira não industrial de produção agrícola, excluindo e explorando esses sujeitos

conjunturalmente. Faz-se necessária a compreensão da origem desses grupos e dos contextos e condições que germinaram sua criação.

Compreende-se que a contextualização da ferrovia e da produção silvicultora voltada ao abastecimento dos trens se fazem necessárias devido à localização do Assentamento Camaquã ser em uma área que pertenceu a este ciclo econômico. Elementos que caracterizam hortos florestais de eucaliptos ainda são encontrados nos lotes, como os tocos das árvores que não foram arrancadas por completo; o que causa transtornos até o presente em quase todos os lotes, impedindo a ocupação e o uso, por completo, das áreas destinadas aos assentados. Entender o passado de um espaço para entender seu presente.

3.2 EXECUÇÃO DA REFORMA AGRÁRIA NO ESTADO DE SÃO PAULO

A caracterização dos espaços agrários no Brasil está presente nos relatos históricos desde o período colonial. Para tanto, com bibliografia já extensa sobre o assunto, passaremos concisamente sobre os conflitos no estado de São Paulo a partir da década de 1950, na qual se inicia, formalmente, o movimento social de luta ao acesso à terra no estado.

3.2.1 O que motiva o surgimento de lutas no espaço agrário do Brasil

As origens de ocupação do estado de São Paulo advêm da organização das capitânias hereditárias e da expansão econômica e comercial europeia (FURTADO, 2007), passando pela constituição do estado, participação dos ciclos econômicos nacionais, produção e escoamento da produção agrícola, principalmente pelo porto de Santos. A promoção da produção agrícola no estado paulista e o ciclo econômico cafeeiro iniciam-se através da mão de obra negra escravizada, sendo ela substituída pela mão de obra imigrante europeia (MARIGHELLA, 1980) a partir de meados do século XIX.

Neste trabalho, entende-se que a justificativa para a troca de mão de obra escrava para a assalariada (mal remunerada, em verdade) foi a de evitar possíveis problemas com a nova estrutura produtiva que se arranjava no mundo (compondo a renda capitalista, não “permitindo” mais o modelo escravagista), e evitar crises de falta de mão de obra durante os períodos decadentes ou de esgotamento de um ciclo econômico (BELLUZZO, 2007). Mesmo assim, o estado de São Paulo encontrava-se economicamente forte pela produção agrícola cafeeira, desenvolvendo um capitalismo distinto do que se encontrava em outras regiões brasileiras, também sustentadas pela produção agrícola, mas que ainda atuavam com relações pré-capitalistas e capitalistas, concomitantemente.

Esse “novo modelo paulista” buscava incluir relações assalariadas em um país recém independente de sua colônia. Entretanto, tal modernidade não conduziu para o fim das relações servis ou de caráter exploratório mais violento que as anteriores. Em oposição, para Marighella

(1980), o que houve foi a união de condições de acumulação e exploração caracterizadas como pré-capitalistas e capitalistas, favorecendo e aumentando as formas de acumulação do fazendeiro, latifundiário e, agora, também capitalista; e não uma modernização e troca nas relações.

Marighella (1980, p.20) interpreta por condições pré-capitalistas a divisão social em duas classes, apenas: os proprietários de terra e os produtores individuais (que detinham os meios de produção). Já a condição para uma acumulação capitalista, caracteriza-se pela presença de três classes: os proprietários de terra, os donos dos meios de produção e os assalariados, desprovidos dos meios de produção. Entretanto, não há o fim das classes que não se enquadravam nessas três categorias, pelo contrário, para Oliveira (2013) o que ocorre é a contradição do próprio capitalismo: ele necessita de relações não capitalistas, para se reproduzir e aumentar a acumulação, como já indicado anteriormente.

Ressalta-se a interferência da Lei de Terras, de 1850, na qual o acesso a terra só seria possível mediante compra e venda, restringindo-a àqueles que já as possuíam (como os herdeiros das capitanias hereditárias e das sesmarias) ou aos que detinham poder aquisitivo para a compra. Ao transformar a terra em mercadoria, as relações baseadas no valor de troca se estendem ao bem comum e necessário à reprodução humana, configurando então uma restrição, acumulação, especulação, exploração e disputa de espaços. As relações subjetivas com os lugares e as relações a partir da cultura local passam a ser desconsideradas, possibilitando então o ataque aos camponeses e aos povos que mantinham relações com a terra por uma lógica distinta à capitalista.

É pelo aprofundamento e complexificação de como as relações capitalistas modernas aconteceram no Brasil durante o século XIX e XX que é possível relacionar tais estruturas com as condições desiguais encontradas hoje e que ainda são pauta de luta pelo movimento social. As relações de trabalho mal remuneradas e até mesmo situações análogas à escravidão são passíveis de identificação nas áreas agrícolas interioranas, e relacionadas à produção monocultora, que agora são *commoditizadas* e especuladas no mercado financeiro (OLIVEIRA, 2015). Um exemplo das más condições de trabalho são os grupos de homens e mulheres cortadoras de cana de açúcar durante os anos 1990 no interior do estado de São Paulo; ou os colhedores nas lavouras de café e na produção do fumo, ainda hoje.

A modernização mecanizou a maior parte da produção monocultora, alterando o tempo de produção, colheita e distribuição dos produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, amplificou a ocupação do espaço pela produção agrícola homogênea e alterou o modo de vida dos sujeitos que ocupavam e trabalhavam nesses espaços. As análises desse autor antecedem o período

conhecido como modernização da agricultura brasileira, responsável pelos processos de industrialização da produção agrícola, expulsão de agricultores não inseridos na nova lógica de organização do espaço agrário fomentado pelo próprio Estado durante o período de Ditadura Militar. Ainda assim, é possível encontrar grupos e momentos históricos de luta pelo acesso à terra que antecedem o Regime Militar, como na Guerra de Canudos, as Ligas Camponesas e, posterior ao seu fim, nos anos 1980 e 1990, a criação do MST.

Em Bombardi (2005) é possível encontrar uma abordagem histórica sobre a formação dos movimentos e lutas pelo acesso à terra no estado de São Paulo, que se fortalecem e ganham escala nacional a partir da década de 1950. Esse recorte temporal é escolhido pela autora, diante de sua argumentação teórico-metodológica, para a qual o capitalismo moderno atuou de maneira a aumentar o controle e domínio das áreas rurais, principalmente a partir de uma polarização ideológica mundial. Nas palavras da autora “[...] tanto o posicionamento do Brasil no quadro da Guerra Fria, quanto os movimentos sociais no campo, são partes de um processo único que diz respeito à constituição do território a partir da mundialização do capital” (BOMBARDI, 2005 p. 28). Assim, compreender como o capital cafeeiro aprofundou as relações desiguais no campo permite entender a justificativa, formação e consolidação dos movimentos sociais que buscam acesso a terra e sua emancipação enquanto sujeitos e camponeses; até os dias atuais.

Foi durante o pós Segunda Guerra Mundial que as ações e discursos políticos ordenam-se por uma polarização político-ideológica no mundo, como explanado por Ferreira (2017) e Neves (2015); e com a busca pelo fortalecimento do sistema capitalista a partir de acordos entre países alinhados, ou forçados à, aos preceitos estadunidenses. O que justificou o aumento da produção agrícola para exportação no Brasil foi, para Oliveira (2013), o crescimento da dívida externa nacional, contraída em administrações anteriores para o crescimento da produção interna; e que em seu planejamento de pagamento teve a exportação de produtos agrícolas como prioridade. Dessa forma, a produção agrícola foi fomentada e elevada como caminho único para a quitação dos dividendos, oriundos principalmente do Fundo Monetário Internacional (FMI).

A relação da produção agrícola brasileira com a política imperialista estadunidense ocorre através das relações econômicas de dependência do primeiro sobre o segundo. A economia mundializada necessita de relações desiguais entre os países para existir; e, por tanto, organiza o globo em redes e fluxos de influência, favoráveis à acumulação (CHESNAIS, 2001). A relação brasileira com a economia mundializada inicia-se com as dívidas externas nacionais (OLIVEIRA, 2013). Para sanar tal endividamento, houve - e ainda há - a promoção da expansão da produção agrícola exportadora, exigindo uma produção elevada, direcionada ao mercado

externo; espoliando o solo nacional e, conseqüentemente, a modernização forçada e dolorosa do campo brasileiro (GRAZIANO DA SILVA, 1982).

3.2.2 A lei de Revisão Agrária e as políticas de reforma agrária no estado de São Paulo

Durante o período de modernização, para Bombardi (2005), ocorrem simultâneos conflitos pela terra e em escala nacional; todos influenciados por políticas internacionais da época. Para a autora, a Lei de Revisão Agrária no estado de São Paulo é resultado de uma das “[...] diretrizes dadas pelo governo norte-americano através da Aliança para o progresso” (BOMBARDI, 2005, p. 158), resultando em conflitos entre os mecanismos de expansão do capitalismo e as resistências camponesas ao movimento de expulsão do campo (BOMBARDI, 2005).

Claus Germer (2013) indica que a movimentação favorável à reforma agrária no Brasil foi, do período pós-guerra até o final dos anos de 1980, um projeto concomitante da burguesia nacional e dos trabalhadores. Para ele, o primeiro grupo buscava implantar, gradativamente, as relações capitalistas nos espaços agrários, dando importância às relações assalariadas de trabalho, propondo o fim das relações pré-capitalistas, como a parceria ou o colonato. Na visão de Bombardi (2005), a função da reforma agrária seria, nesse período, assim como indicada por Germer (2013), uma maneira de limitar as ações de busca pelo acesso à terra por parte dos trabalhadores e camponeses, além de ser vista como uma solução de caráter econômico, apenas.

Simultânea à movimentação social nos espaços agrários brasileiros, ocorria a tecnificação dos modelos para a grande produção no campo. Oliveira (2013) indicou — já na década de 1980 — para uma mundialização da agricultura brasileira, reunindo o que foi separado inicialmente: integrar, de maneira nunca antes observada, a produção agrícola e a industrial (OLIVEIRA, 2013), como a produção de açúcar e etanol, nas usinas de cana de açúcar, por exemplo. Essa vinculação só foi possível porque o proprietário das terras era (e ainda é) também o capitalista (OLIVEIRA, 2013); obtendo então renda pela produção agrícola, pelo beneficiamento desta, além da mais valia extraída do trabalhador assalariado. Essa passagem demonstra que, apesar das relações capitalistas agora serem modernas, as estruturas observadas por Marighella (1980) nos anos 1900 persistiam e são as responsáveis pela característica agrícola e agrária do país.

Graziano da Silva (2013, p. 165) denominará o processo de complexificação da modernização, a construção e estabelecimento dos *complexos agroindustriais*, os quais aproximariam e uniriam, legalmente, os dois tipos de capitais (agrícola e industrial), nas pequenas e médias produções e propriedades. A opção teórica de Graziano da Silva nesse momento indicava para uma visão de fim do modo de vida camponês — baseado no

autoconsumo e comercialização apenas do excedente — e de que, ao campo, restariam apenas as relações capitalistas, como condição de sobrevivência e nas análises acadêmico-científicas; perspectiva essa descrita por Abramovay (2013).

Os movimentos sociais de luta pelo acesso a terra no Brasil têm seu início nas organizações ligadas a grupos religiosos ou regionalistas, como a Guerra dos Canudos, e a partidos políticos de orientação progressista. Somente na década de 1940 que a formação das Ligas Camponesas, na região Nordeste, materializará o conflito de classes existentes, agora, entre os três sujeitos que compõem as relações capitalistas: donos dos meios de produção, donos de terras, trabalhador assalariado (OLIVEIRA, 2007). As Ligas Camponesas atuaram na região Nordeste, especificamente, e tiveram seu fim durante a Ditadura Civil-Militar brasileira, sendo duramente perseguidas (MORISSAWA, 2001; STEDILE; FERNANDES, 2012).

Para João Pedro Stedile, em entrevista realizada por Bernardo Mançano Fernandes, aos camponeses – expulsos do campo pela não inserção no modelo moderno agrícola, pela não adaptação aos locais de colonização promovidas pelo próprio Estado brasileiro, e pela não assimilação desses trabalhadores no processo de industrialização brasileira (e exclusão, daqueles que foram agregados, durante o período de crise econômica da década de 1980, sobre a indústria nacional) – restou a luta pela solução do problema de acesso: “[...] tentar resistir no campo e buscar outras formas de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam” (STEDILE; FERNANDES, 2012, p. 19). Essa movimentação resultou na organização e formação do movimento social, que buscava, sobretudo, permanecer no local de origem.

Foi ao final da década de 1950 que ocorreram os conflitos entre os camponeses e trabalhadores com os posseiros e, posteriormente, com o próprio governo paulista, à questão da reforma agrária. Os conflitos no estado aconteceram principalmente na região do Pontal do Paranapanema (oeste do estado) e na região de Campinas (área central do estado). Em ambos, os agricultores reivindicavam permanência e até mesmo dívidas trabalhistas dos fazendeiros, além de receberem, nesse período, apoio de movimentos sindicais e partidários (MORISSAWA, 2001). Como contextualização, para Morissawa (2001) e Stedile; Fernandes (2012), o marco histórico de surgimento do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra ocorre no Rio Grande do Sul nos anos de 1980, resultado de um trabalho realizado conjuntamente entre grupos religiosos e a própria história de luta pelo acesso. Os grupos religiosos eram de orientação católica (configurando a Comissão Pastoral da Terra) e pertencentes à Igreja Luterana (STEDILE; FERNANDES, 2012).

Entretanto, reconhece-se que a ação do estado paulista para a realização da reforma agrária em seu território (a partir da criação de uma legislação específica) não necessariamente

teve como finalidade o acesso a terra pelos trabalhadores e camponeses, mas pela forma de contenção das manifestações e reivindicações populares – prática recomendada pelo imperialismo estadunidense visando o controle do avanço do denominado “perigo comunista” (BOMBARDI, 2005).

As ações paulistas para promoção da reforma agrária no estado levaram, na década de 1980, à criação de um órgão responsável pela realização, administração e acompanhamento desses espaços rurais reconfigurados. Para tanto, abordaremos então as condições e contexto histórico acerca da criação da denominada Fundação Instituto de Terras de São Paulo (ITESP).

3.2.3 Criação de instituições de execução das políticas públicas de reforma agrária: origem e formação do ITESP

A fim de efetivar as propostas de reforma agrária e controlar os movimentos sociais do campo, o Estado brasileiro planeja e executa um modelo que permitiu, até o momento, acesso de famílias a terra. Como indicado anteriormente, essas ações ocorrem pontualmente e têm como orientação o desejo da própria burguesia nacional (latifundiária e industrial) em possibilitar as distribuições de lotes aos trabalhadores. Condição oposta da real função de uma redistribuição de terras.

As instituições hoje responsáveis pela realização de políticas de uso dos recursos fundiários são o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrários (INCRA) e a Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP). A diferença entre eles é, principalmente, escalar: o primeiro atua particularmente na desapropriação de terras que estão improdutivas e as destina para as políticas de reforma agrária. Já o órgão estadual é responsável pela execução das políticas fundiárias no estado, principalmente com a destinação de terras públicas para ações de reforma agrária. Não há, portanto, conflitualidade (ALMEIDA; FERRANTE, 2011).

Sendo o Assentamento analisado, objeto desta pesquisa, de administração do ITESP, tomaremos para a pesquisa o histórico de formação da Instituição. De acordo com o site da Instituição, as funções atribuídas ao ITESP são as de “[...] colaborar com o INCRA na reforma agrária, destinando terras públicas para assentamentos; prestar assistência técnica aos assentados e realizar vistorias em terras particulares” (ITESP, s/d). A criação da Fundação se deu na década de 1980, período de redemocratização brasileira, no qual as propostas políticas estavam próximas às reivindicações populares. De acordo com Sobrinho (2008), o ITESP nasce da tentativa de resolução institucional dos conflitos agrários no estado de São Paulo.

Anteriormente à sua existência, o estado de São Paulo atuava nos espaços agrários e na resolução de conflitos a partir da Secretaria de Agricultura, pela Assessoria de Revisão Agrária (ARA), na qual aplicava a Lei de Revisão Agrária (ITESP, s/d). No ano de 1985, o governador

Franco Montoro (PMDB) sancionou as leis nº 4.925 e nº 4.957, as quais direcionaram e permitiram a realização de projetos de valorização fundiária no estado, antes mesmo da sua proposta na Nova Constituição Federal de 1988. Passada pela criação e desativação de algumas secretarias e assessorias, o ITESP é fundado em 1991, respondendo agora pelos Departamentos de Assentamento e de Regularização Fundiária (DAF e DRF) (ITESP, s/d). Hoje a Instituição atua na prestação de assistência técnica aos assentados, administrando e colaborando com a implantação de políticas públicas voltadas à produção de alimentos; além de iniciar os processos de regularização de posses de alguns assentamentos rurais. Esse tema, em específico, será retomado à frente.

Entende-se que a citação de conteúdo referente ao ITESP, neste trabalho, faz-se necessária por este ser a instituição que administra o assentamento Camaquã e que, portanto, exerce algum tipo de poder sobre essa área e sobre os assentados, o que ficará mais evidente nas análises das entrevistas realizadas junto aos agricultores.

3.2.4 Papel do ITESP nas ações de Reforma Agrária

Compreendendo as motivações para a formação do ITESP, bem como sua função, ocorre a elaboração de leis estaduais que visavam o exercício das ações sociais no campo, fazendo valer as propostas até então pensadas. Dessa forma, a lei nº 4.957, de 30 de dezembro de 1985, descreve como o estado de São Paulo deveria agir diante dos conflitos no espaço rural pertencente a seu território. Nominada como “planos públicos de valorização e aproveitamento dos recursos fundiários” discorria sobre quais motivações, condições e ações o estado paulista deveria tomar para cumprir o aproveitamento do espaço rural. Ressalta-se que essa ação paulista é anterior à promulgação do próprio Estado brasileiro em promover a reforma agrária (Constituição de 1988); não significando, entretanto, sucesso na realização destas. .

Visando o cumprimento de sua premissa — valorizar e aproveitar os recursos fundiários do estado —, São Paulo lançaria um trabalho conjunto, na época, entre o Instituto de Assuntos Fundiários, da Coordenadoria Socioeconômica da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo e a Procuradoria do Patrimônio Imobiliário da Procuradoria Geral do Estado. A descrição do que entendiam sobre quais recursos fundiários seriam destinados ao uso por “trabalhadores sem terras ou com terras insuficientes para a garantia de sua subsistência” (São Paulo, 1985) apontava para espaços que se encaixariam nas condições de ociosidade, subaproveitamento ou aproveitamento inadequado.

Para que os planos fossem implantados e consolidados, os espaços passariam por dois momentos, nos quais a administração pública realizaria uma avaliação. No primeiro,

denominada etapa experimental, avaliar-se-ia as condições físicas do local a ser valorizado e aproveitado, ponderando diretrizes básicas para que houvesse “o aumento da produção agrícola, ocupação estável, renda adequada e meios de desenvolvimento cultural e social aos beneficiários” (SÃO PAULO, 1985). Posteriormente, após um período de cinco anos da permissão do uso do imóvel rural, a administração pública analisaria o cumprimento do projeto inicial, seus resultados, possíveis novas propostas dos beneficiários; bem como o cumprimento das premissas iniciais, como a “exploração racional, direta, pessoal ou familiar da terra” (São Paulo, 1985) pelo agricultor usufruidor, sendo essa denominada de etapa definitiva.

Tal legislação vigorou até o ano de 2015. Em 14 de janeiro de 2016, a lei nº 16.115 realizou alterações no regimento utilizado anteriormente. As principais mudanças foram o incremento de questões socioeconômicas, que estariam presentes como condições ou consequências dos projetos de valorização fundiária, e o acréscimo da perspectiva ambientalista sobre a função dos espaços rurais e desenvolvimento de técnicas que possam ser aplicadas nesses projetos. As alterações envolveram um caráter explicativo, pretendendo se aproximar da legislação federal e da realidade do campo brasileiro no século XXI.

Na legislação de 2016 há uma pequena explanação sobre o que se compreende pelos novos termos adicionados à deliberação: uso sustentável e trabalhador rural. O primeiro aponta para o impedimento do “esgotamento do solo e a erosão, entre outros fatores que possam comprometer os recursos naturais e a continuidade do processo produtivo” (São Paulo, 2016). Já o segundo termo refere-se diretamente à legislação federal, caracterizando o trabalhador rural como aquele que “explora a atividade agropecuária, pesqueira e congêneres” (São Paulo, 2016), em qualquer condição, por no mínimo 3 anos de experiência, ou que estejam em conformes com a Lei Federal nº 11.326 de 24/07/2006, na qual dispõe sobre o que se considera agricultura familiar, e visa a promoção de políticas públicas de distribuição de renda e de crédito para o desenvolvimento socioeconômico dessa parcela da população.

Outra alteração também é observada no reforço às ações do ITESP sobre a administração dessas políticas públicas no estado de São Paulo, sendo a fundação responsável, agora, pelas atividades de: elaboração dos anteprojetos técnicos sobre as áreas que receberão os planos públicos de valorização; participação (na presidência) das comissões que designaram a seleção dos agricultores que receberão acesso a terra; e acompanhamento e avaliação das fases experimentais dos projetos de assentamentos rurais a partir da elaboração de um laudo técnico. Dessa forma, observa-se a presença do ITESP em todas as etapas no cumprimento dos planos de valorização de terras no estado de São Paulo; o que é frisado pelo artigo 14 da lei

16.115/2016: “A elaboração e o desenvolvimento dos planos públicos de que trata esta lei serão atribuições do ITESP” (São Paulo, 2016).

Acredita-se ser de importância ao trabalho entender a motivação do estado de São Paulo na execução de políticas de reforma agrária, a partir de legislação própria; uma vez que o Assentamento Camaquã corresponde a uma área ainda pertencente ao estado e que está sob administração do ITESP. Esta, apesar de receber plausíveis e importantes críticas junto à forma como administra os assentamentos e lida com os assentados, passou por momentos de dificuldade nos últimos meses da redação deste trabalho. O ITESP atua com verbas repassadas pelo governo do estado de São Paulo, junto com outras instituições de pesquisa vinculadas à administração pública paulista. Esta, justificando a necessidade de corte de gastos, propôs o fim dessas instituições e o encerramento dos trabalhos em conjunto, por exemplo, aos assentados, como a atuação dos extensionistas rurais, dos técnicos agrícolas e do acompanhamento social e da produção feito pelo ITESP. Felizmente, a fundação saiu da lista de instituições que seriam fechadas, após intenso trabalho de mobilização dos próprios funcionários do ITESP e de algumas partes da Academia.

3.3 CARACTERÍSTICAS DO ASSENTAMENTO CAMAQUÃ

3.3.1 Elementos da estrutura física da região do Assentamento Camaquã

A título de localização, a área do Assentamento Camaquã encontra-se na região administrativa dos municípios de Rio Claro e Ipeúna, estando, em nível de hierarquia urbana (IBGE, 2008), subordinada às regiões de Piracicaba, Campinas e São Paulo, respectivamente. Para Sampaio (2009), a região caracteriza-se pelo alto grau de urbanização e de industrialização, sendo ela pertencente ao que a autora denomina de Multicomplexo Territorial e Industrial Paulista (MTIP).

Suas características morfoclimatobotânicas são, para Ab’Sáber (2003), compostas por elementos atribuídos ao domínio da mata atlântica. Brevemente descritas pelo aspecto zonal de sua distribuição pelo território brasileiro (de norte a sul, com entradas à oeste em algumas regiões), nesse domínio predominam florestas tropicais úmidas (AB’SÁBER, 2003) e peculiaridades em sua formação:

“[...] subáreas topográficas muito diferenciadas entre si, desde os tabuleiros da Zona da Mata nordestina — Costa do Descobrimento — até as escarpas tropicais das Serras do Mar e Mantiqueira, e ‘mares de morros’ outrora florestados do Brasil de Sudeste” (AB’SÁBER, 2003, p. 43).

Um aspecto geomorfológico da região do Assentamento Camaquã é sua localização na Depressão Periférica Paulista, compartimentação observada entre as zonas de *cuesta*, que antecedem o Planalto Ocidental (a oeste) e o Planalto Cristalino Atlântico (a leste). Pertencente

à Bacia Hidrográfica do Corumbataí, os municípios de Rio Claro e Ipeúna estão sobre uma densa rede de drenagem, com rios pertencentes à Bacia do Paraná, em todos os níveis de hierarquia fluvial (PENTEADO, 1976).

Outra importante consideração sobre a região é seu pertencimento às duas áreas de proteção ambiental, sendo elas: a APA Corumbataí – Perímetro Corumbataí, e a APA Piracicaba/Juqueri Mirim – Área I; ambas classificadas como áreas de uso sustentável (ISA, 2020). Apesar dessas condições, na região ocorrem atividades agrícolas de alto nível de exploração dos recursos naturais, a partir da monocultura canavieira e mineração, principalmente. Esta, sobre a extração de calcário, areia industrial e de construção civil, diabásio e argila (ZAINE, PERINOTTO, 1996).

De acordo com os dados do IBGE divulgados no último censo agropecuário (2017), o estado de São Paulo colheu 343.772.572 toneladas de cana de açúcar no ano de 2017, correspondendo à 54,3% da produção total no Brasil no respectivo ano (IBGE, 2017). Na publicação referente à produção agrícola por municípios, indica-se que em 2019 Rio Claro e Ipeúna produziram, respectivamente, 1125000 e 385000 toneladas de cana (IBGE, 2019). Esses números demonstram o uso ocupação da área rural pela produção agrícola monocultora da cana. Simultaneamente ainda se encontra, em menor escala, a citricultura e pastagem (IBGE, 2017).

No ano de 2017, o Assentamento contava com uma população de 140 pessoas (dados do trabalho de campo). Na tabela 1 encontram-se os números e as divisões por faixa etária e gênero. Os lotes possuem um valor médio de 3,6 pessoas, número esse composto tanto por lotes em que pessoas moram sozinhas, como por lotes que possuem mais de 7 membros familiares. A população feminina adulta é próxima em quantidade da população masculina adulta. Na composição por faixa etária, os idosos somam mais que as crianças e adolescentes juntos.

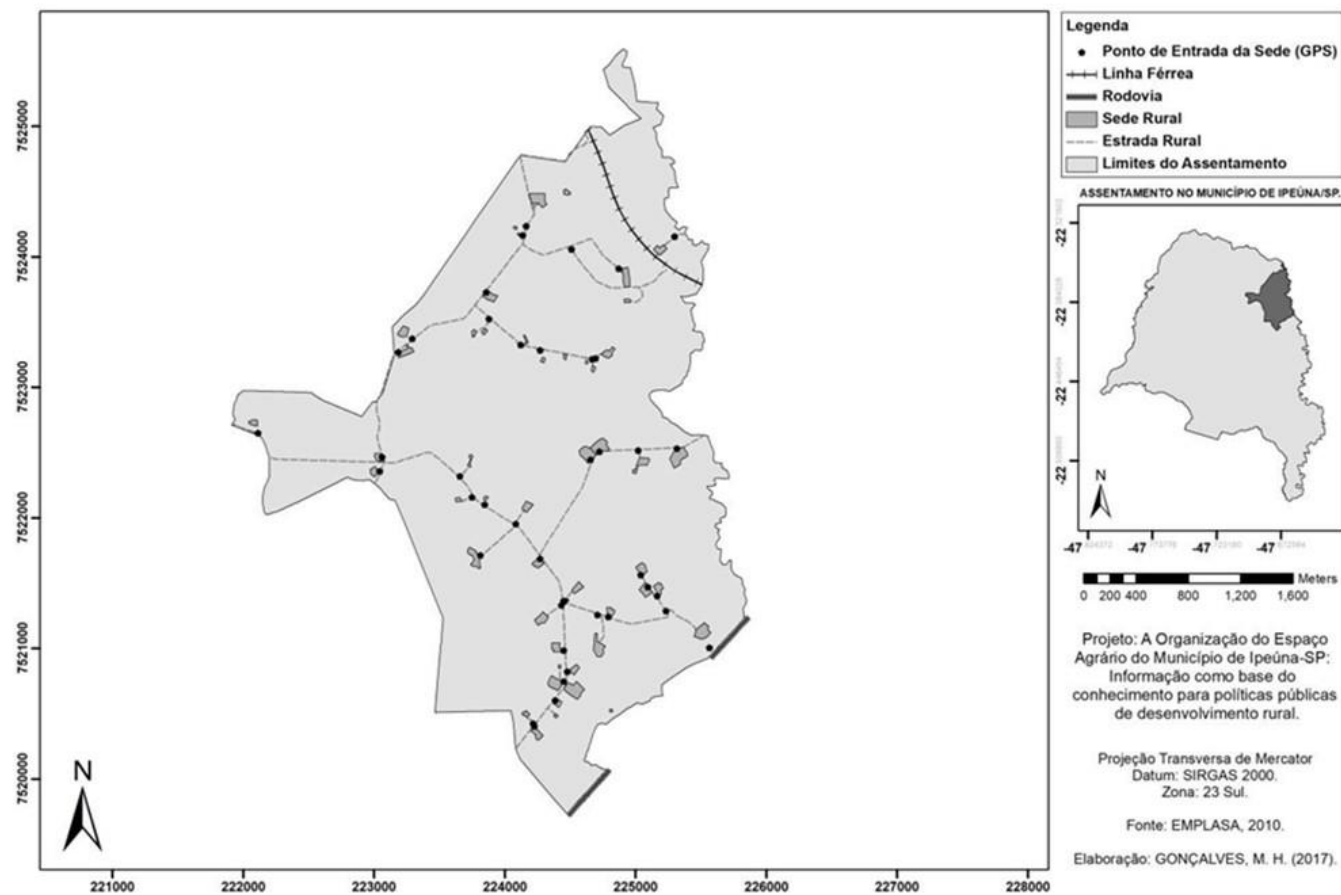
Tabela 1 - População no Assentamento Camaquã, 2017

População (faixa etária e gênero)	Número de pessoas
População total	140
Média por lote	3,6
Feminina	65
Masculina	75
Criança (0 – 10 anos) feminina	8
Criança (0 – 10 anos) masculina	10
Adolescentes (11 – 15 anos) feminina	2
Adolescentes (11 – 15 anos) masculina	3
População (faixa etária e gênero)	Número de pessoas
Idosos (60 +) feminina	12
Idosos (60 +) masculina	16

Fonte: trabalho de campo

Na figura 5, observa-se o mapa de localização dos lotes do Assentamento Camaquã e como sua distribuição foi feita, estradas de ligação e algumas áreas observadas como sendo a sede dos lotes.

Figura 5 - Mapa de localização dos lotes do Assentamento Camaquã
Localização dos lotes do Assentamento Camaquã em Ipeúna/SP



Fonte: FERNANDES; BORTOLIN; GONÇALVES, 2018

Em referência aos dados econômicos e sociais, têm-se a renda mensal de cada lote (por faixa de classe) (tabela 2) e qual o grau de escolaridade (tabela 3) das famílias nos lotes (somado). Em relação ao recebimento de benefícios sociais, as respostas obtidas eram referentes às aposentadorias, recebendo 20 respostas afirmativas e 18 negativas.

Tabela 2 - Renda mensal nos lotes, 2017

Classe (salário mínimo - 01/01/2017)	Número de lotes
Até 1	13
De 2 a 3	19
De 3 a 5	2
Não quis informar	4

Fonte: trabalho de campo

Tabela 3 - Grau escolaridade no Assentamento, 2017

Nível escolar	Número total
Analfabeto	10
Fundamental incompleto	46
Fundamental completo	23
Ensino Médio incompleto	16
Ensino médio completo	26
Ensino superior incompleto	10
Ensino superior completo	3
Não Sabe	10

Fonte: elaborado pela autora

3.3.2 Interpretações acerca do Assentamento Camaquã

O interesse pela situação territorial do Assentamento Camaquã se deu pela via empírica, necessária a todo geógrafo, e pela qual se busca compreender a totalidade da materialidade daquilo que se pretende analisar e pesquisar. Foi durante o ano de 2017 que ocorreu a aproximação aos assentados, durante participação no grupo Núcleo de Estudos Agrários (NEA/DG/UNESP Rio Claro) na realização da pesquisa intitulada "*Organização do Espaço Agrário do Município de Ipeúna-SP: informação como base do conhecimento para políticas públicas de desenvolvimento rural*"²¹, na qual eram articulados o Núcleo, o Centro de Análise e Planejamento Ambiental (CEAPLA/IGCE/UNESP Rio Claro), a Prefeitura Municipal de

21 Sob coordenação da Prof.^a Dr^a Darlene Aparecida de Oliveira Ferreira, DG-UNESP Rio Claro.

Ipeúna, o Conselho de Segurança de Ipeúna (CONSEG) e o Conselho Municipal de Turismo (COMTUR); durante os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Essa pesquisa tinha como objetivo conhecer a zona rural de Ipeúna, identificando suas características, peculiaridades e potencialidades turísticas, que, à época, respondiam aos objetivos da administração municipal em transformar Ipeúna em um – considerando as potencialidades das atividades econômicas voltadas para o turismo em zona rural e na exploração dos recursos naturais e paisagísticos – município de interesse turístico. Para o levantamento, partiu-se da aplicação de formulários junto à população rural, coleta de pontos de localização das propriedades visitadas e elaboração de mapa de localização dessas propriedades e mapa das estradas rurais.

Tal pesquisa gerou produtos acadêmicos que buscaram analisar o espaço rural de Ipeúna, bem como alguns mais específicos, sobre o próprio Assentamento. O trabalho contava com a participação de estudantes de Graduação em Geografia, bolsistas de Iniciação Científica, e da Pós Graduação em Geografia. O primeiro artigo publicado foi de Fernandes; Bortolin; Gonçalves (2018). Nele, a partir de uma metodologia descritiva, houve a exposição e avaliação de alguns dados iniciais²² sobre o Assentamento. Esses dados não foram comparados com dados de Instituições Públicas (como o IBGE, LUPA ou qualquer outra instituição); mas sim analisados e interpretados a partir de sua coleta direta (dado primário) junto aos Assentados, no ano de 2017.

É importante ressaltar que a bibliografia acadêmica sobre o Assentamento era, até o momento, inexistente, e sobre o município de Ipeúna, pequena. Os trabalhos consultados para leituras sobre o município foram Klafke (2015), o qual aborda as dinâmicas de comércio e consumo em pequenas cidades, tendo como objeto de estudo Ipeúna; Machado (2004), sobre a história do município de Ipeúna a partir da história oral contada por antigos moradores; Rodrigues (2009) tratando de um diagnóstico ambiental para a promoção do turismo no município. Além desses, demais trabalhos de conclusão de curso, dissertações, teses e artigos analisam aspectos geomorfológicos, geológicos, biogeográficos, análises sobre a paisagem e pedológicos²³ da Bacia Hidrográfica do Rio Corumbataí. Para nosso estudo, os principais

22 Dados que normalmente são utilizados para a caracterização de áreas pela Geografia: dados demográficos, educacionais, econômicos, sociais e de produção.

23 Valente, 2001; Mendes, 2004; Nobre, 2008; Sakaguti Júnior, 2010; Projeto Corumbataí, 2001.

afluentes do rio Corumbataí que atravessam os limites territoriais dos municípios de Ipeúna e Rio Claro são o rio Cabeça e o rio Passa Cinco.

O texto inicial sobre o Assentamento buscou identificar padrões de organização do local. A partir do domínio de uma lógica urbano-industrial de arranjo da economia dos municípios paulistas, pertencentes a uma regionalização que Sampaio (2009) denomina de Multicomplexo Territorial Industrial Paulista, observa-se a predominância de atividades ligadas direta ou indiretamente à industrialização do estado de São Paulo; bem como ao modelo agrícola de monoculturas adotado pelo Brasil desde a *plantation* de cana-de-açúcar do período colonial (MARIGHELLA, 1958), e que hoje é mundializada, ainda ligada à classe economicamente abastada (OLIVEIRA, 2015) e voltada às commodities, como por exemplo, a produção de etanol através da cana de açúcar. Apesar dessa situação ser considerada moderna e urbana, é possível encontrar resquícios de outros modelos de ocupação na zona rural, que não correspondem às características do período moderno apenas, mas sim de décadas passadas, como a organização das pequenas propriedades e do trabalho familiar.

Os Assentamentos rurais são uma dessas formas de modelo de ocupação do espaço agrário que visa não apenas a produção agrícola, mas de valorização das formas de vida, formas de exploração e relações estreitas entre as famílias (BOMBARDI, 2005). No Assentamento analisado, o padrão de ocupação dos terrenos segue uma disposição comum: casas de alvenaria e próximas às entradas (porteiros). Por serem de alvenaria, é possível observar a busca por fixação no espaço; além de representarem certo valor monetário caso deixem os lotes e comercializem as benfeitorias ali construídas. De acordo com os autores, alguns assentados apontam o Assentamento como, primeiramente, um local de moradia (FERNANDES; BORTOLIN; GONÇALVES; 2018, p. 142). A perspectiva de que o Assentamento Camaquã cumpre a necessidade, primeiramente, de moradia, também é encontrada em Oliveira e Ferreira (2018).

Vale ressaltar que há uma ambiguidade com a indicação sobre o real pertencimento, tanto do Horto Camaquã como posteriormente o Assentamento Camaquã, aos municípios de Rio Claro e de Ipeúna. Para a pesquisa realizada durante os anos de 2016-2019, foram considerados os limites municipais fornecidos pela Prefeitura Municipal de Ipeúna, a qual se distingue da utilizada pelo município de Rio Claro e pelo IBGE. Há um conflito de fronteira justamente em uma área do território do Assentamento, a qual, legalmente, pertence à Rio Claro (no qual Rio Claro perderia uma área de seu território e Ipeúna, ganharia), diminuindo o número de lotes que pertenceria à Ipeúna. Entretanto, tanto o município de Ipeúna como os próprios Assentados tratam os problemas, questões, benefícios e administração como se quase todos os

lotes estivessem localizados no limite territorial de Ipeúna. O Assentamento possui 47 lotes (ITESP), dos quais 38 foram interpretados como pertencendo à Ipeúna. Além disso, seus moradores utilizam os órgãos públicos (postos de saúde, escolas, secretaria de agricultura, cadastramento, transporte e afins) do município de Ipeúna; o que corrobora com a ambiguidade no entendimento do que pertence a cada município. Todos os 38 lotes foram visitados. Os outros 9 lotes não o foram, justamente por estarem apoiados no que a administração pública de Ipeúna indicou como sendo seu limite territorial. Análises a partir do que se considera legal em termos de fronteiras e de quantidade de lotes pertencentes a cada município foi indicado por Cantelli (2016), no qual propõe a utilização de Sistemas de Informação Geográfica como auxílio na Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), pelo ITESP; o que, portanto, exigiria uma aproximação à legislação sobre os limites dos territórios.

Para Fernandes, Bortolin e Gonçalves (2018), números e porcentagens sobre o Assentamento foram destacados e, de acordo com o artigo, o que mais gera renda aos agricultores é a comercialização de carnes (gado, aves, porcos e caprinos), produtos de origem animal (leite e ovos), comercialização de produtos colhidos (hortifruti) e produtos manufaturados (queijos), nesta ordem. Dessa forma, os agricultores acreditam que sua função na sociedade seja, primeiramente, a de produzir alimentos, seguida da preservação do meio ambiente. Essas funções indicam que os assentados possuem uma perspectiva distinta da dos grandes produtores rurais (que se diferenciam pela grande produção de produtos que não atendem ao mercado de alimentos, e sim ao mercado de beneficiamento no exterior, alimentação animal e energético). Entretanto, essa perspectiva se distancia do que percebemos sobre a fixação dessas famílias nos lotes.

Uma questão levantada pelos autores foi a rotatividade das famílias no assentamento. Dos 38 lotes analisados no artigo, apenas 8 deles continuam com as mesmas famílias, desde sua fundação em 1998 (FERNANDES; BORTOLIN; GONÇALVES, 2018). A grande parte dos assentados que hoje estão lá possuíam cadastro como possíveis recebedores de terras pelo ITESP, e as conseguiram a partir de indenizações das benfeitorias que foram construídas nos lotes. Esse dado aponta para um forte movimento de migração dos agricultores nas áreas, e entender sua motivação será essencial para a compreensão do Assentamento e de suas dinâmicas. Ainda sobre a dinâmica populacional que ocorre no Assentamento, Fernandes (2018) aponta outro dado: baixo número de crianças no Assentamento e grande parte dos jovens trabalham fora deste : “[...]para muitos dos beneficiários dos lotes não há uma preocupação com a sua continuidade entre os membros do grupo familiar, sendo que muitos filhos, apesar de morarem nos lotes, exercem atividades na cidade” (FERNANDES, 2018, p. 110).

A partir destas duas abordagens, é possível notar que Fernandes (2018) acerta na denominação de que, pelo que se espera de um assentamento rural (produção para autoconsumo, venda do excedente, relações de comunidade e fortalecimento dos vínculos com a terra), o Assentamento Camaquã é visto como um “arquipélago” dentro do município de Ipeúna: apesar do potencial pluriativo dos agricultores e da multifunção dos espaços rurais, o Assentamento continua com uma “lógica tradicional de uso do espaço”, o que dificulta a inserção dos pequenos produtores ao mercado. Outra observação feita pela autora recai sobre um possível abandono dos assentados pelo ITESP, como a não resolução do problema de falta d’água em alguns lotes e a contínua presença de tocos de eucalipto (do antigo horto) nos terrenos.

Outra análise sobre o Assentamento foi realizada por Oliveira e Ferreira (2018), utilizando-se da abordagem multifuncional dos espaços rurais. Nessa perspectiva, os autores investigaram se a noção de multifuncionalidade está presente no Assentamento e entre os assentados, se ela é real ou é uma possibilidade que permitiria um melhor desenvolvimento dele. O trabalho foi realizado a partir da leitura do projeto de potencial da área, realizado pelo ITESP antes da criação oficial do Assentamento (sem data indicada da elaboração do Relatório Técnico de Avaliação do Potencial da Área). Este documento tem como função identificar potencialidades e dificuldades/deficiências que as áreas destinadas podem oferecer aos assentados. Neste, encontram-se caracterizações do solo, relevo, cobertura vegetal e indicação de recursos hídricos (que não foram confirmados em campo).

Entretanto, antes de indicar as interpretações de Oliveira e Ferreira (2018) sobre o Assentamento, apontaremos brevemente a visão pela qual os autores se basearam para as análises. A multifuncionalidade, amplamente divulgada e explicada por Cazella, Bonnal e Maluf (2009) e outros autores, parte de uma perspectiva na qual os espaços rurais exercem funções que não apenas a de produção agrícola. Os autores elencam quais são essas outras funções dos espaços rurais na realidade brasileira: “reprodução socioeconômica das famílias rurais; promoção da segurança alimentar das próprias famílias rurais e da sociedade; manutenção do tecido social e cultural; preservação dos recursos naturais e da paisagem rural” (CAZELLA; BONNAL E MALUF, 2009, p. 49-50). Para esses autores, a abordagem multifuncional é possível de ser realizada nas análises sobre os espaços rurais brasileiros justamente por permitir a visão de dinâmicas que ocorrem paralela e simultaneamente aos processos econômicos, privilegiados nas análises (CAZELLA; BONNAL; MALUF, 2009, p. 48).

Essas análises foram feitas apenas em relação às condições internas dos lotes (em si e para si). Por essa perspectiva é possível observar os lotes isoladamente e, dessa forma, entender o que se passa em cada um. Porém, a generalização nas avaliações e indicações nos resultados encontrados exigem a consideração dos elementos que estão e que ocorrem em escalas distintas das internas e além dos limites territoriais.

Tais interpretações priorizaram o conhecimento generalizado sobre o espaço do Assentamento Camaquã e configuram, como nos próprios títulos dados, a organização espacial dos lotes, apenas. As relações de poder, as territorialidades e a própria condição social dos assentados foram desconsideradas em todas as análises feitas.

3.3.3 Ocupação de um espaço agrário e a mídia local

Dadas as condições de como se encontravam os espaços que comportavam os Hortos Florestais da antiga Companhia Paulista de Estradas de ferro, o Horto de Camaquã foi, a partir do mês de agosto de 1998, sendo ocupado por um grupo de trabalhadores rurais e urbanos.

O primeiro registro encontrado em jornal, no qual relaciona o espaço do Horto de Camaquã e Assentados data de 12 de agosto de 1998 (Figuras 6 e 7). De acordo com a matéria, o grupo de agricultores estava no município de São Carlos. Dos números divulgados pela imprensa local, o grupo que iniciou o reconhecimento da área era formado por 60 pessoas. Na mesma entrevista, indica-se que, em alguns dias, o grupo receberia mais 200 famílias (que chegariam à ocupação cinco dias depois, 17/08) e, em sua proposta inicial, o espaço acomodaria 600 pessoas.

Figura 6 – Matéria de capa sobre as ocupações, em 12 de agosto de 1998



Fonte: Jornal Cidade, 1998

Figura 7 - Matéria referente às ocupações, em 12 de agosto de 1998

Famílias de lavradores do MST caminham para a região de Rio Claro após serem despejados do Horto da Fepasa em São Carlos.

Sem-terra preparam ocupação para 2ª

Desde de ontem, membros do movimento fazem reconhecimento da área para acomodar cerca de 600 trabalhadores rurais.

Aproximadamente 60 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) da região estão acampados desde ontem, no Horto Florestal de Camacú, em Ipeúna, provenientes de várias cidades da região. A intenção dos Sem-terra é visitar a área e preparar a terra para cerca de 200 famílias que estão previstas para chegar na segunda-feira (17).

O deslocamento dos militantes do MST para a região de Rio Claro foi ocasionada por um pedido de reintegração de posse, expedido pela Justiça, em um outro acampamento no Horto Florestal da Fepasa em São Carlos. "Agora estamos aguardando a chegada de cerca de 200 famílias que estão espalhadas pelas cidades da região", disse um sem-terra.

Segundo os membros do MST que estão acampados em Camacú, eles não pretendem entrar em confronto, mas sim negociar a permanência no local. "Pretendemos trabalhar a terra já que, comprovadamente, é uma área improdutiva", explicou um integrante do movimento, sobre os planos do MST depois que a ocupação tiver efetivada.

Por enquanto, 60 integrantes estão ocupando o Horto Florestal de Camacú e aguardando a chegada de 200 famílias.

Membros do MST demonstram bom nível de organização na ocupação em Ipeúna

Os membros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) que estão acampados no Horto Florestal de Camacú, em Ipeúna, estão demonstrando um bom nível de organização nesta fase inicial de ocupação. O grupo de 60 integrantes, formado por homens e mulheres, visitaram a área e preparam o local para a chegada dos outros membros.

Durante a chegada, que ocorreu na madrugada de segunda-feira (16), não houve nenhum conflito e o acampamento foi armado tranquilamente. Como a intenção dos trabalhadores era apenas conhecer a área, não foram trazidas barracas, a maioria instalou-se em casas abandonadas dentro do Horto Florestal de Camacú.

Porém, os coordenadores do acampamento reconhecem que a qualquer momento podem receber uma liminar de despejo. "Caso isso ocorra, pretendemos negociar nossa permanência no local. Estamos aqui realmente para trabalhar pelo nosso sustento", afirmaram. Desde que a ocupação foi iniciada, muitos trabalhadores começaram a preparar a terra.

Por enquanto, os membros do MST estão vivendo dos denários recebidos em outras cidades que passaram. "Mas os alimentos devem acabar em três dias", previu um militante do MST, encarregado da cozinha do acampamento. Os trabalhadores pretendem cultivar a terra, o suficiente para garantir a subsistência do movimento e justificar a ocupação.

Segundo os militantes do MST, os alimentos devem durar apenas três dias.

PROCURA-SE KIKA!

Os sem-terra estavam acampados no Horto Florestal da Fepasa em São Carlos, mas foram despejados.

Fonte: Jornal Cidade, 1998.

As reportagens foram redigidas com poucas informações sobre a situação das famílias e sobre a situação jurídica do próprio terreno, a motivação do grupo em se deslocar até aquele espaço, entre outros contextos que, ao não estarem presentes nas narrativas, demonstram a visão política e ideológica da redação do jornal. Como é possível observar, a redação chama os agricultores de “invasores”, veiculando, então, uma interpretação negativa sobre o Movimento Social (Figura 6). Na mesma reportagem, encontra-se uma tentativa de demonstrar que os trabalhadores planejaram a ação e, portanto, acabaram “demonstrando organização” do

acampamento, como divisão de tarefas (aquele que cozinha, aqueles que iniciam o trabalho com a terra, entre outras atividades) (Figura 7).

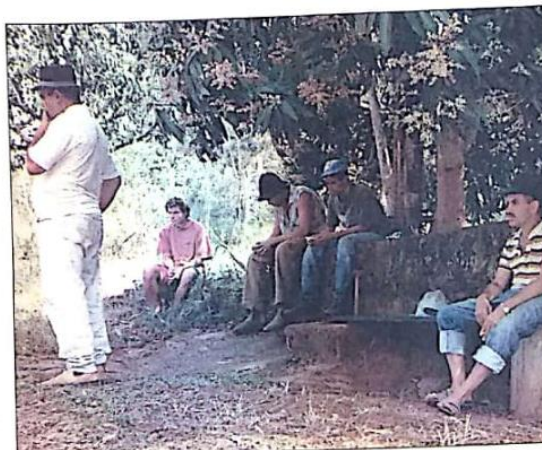
Essa visão de juízo e conservadora sobre os Assentamentos e Movimentos Sociais resultam de uma visão fragmentada (SILVA, 2013) sobre os processos que configuram as relações sociais no capitalismo e na sociedade burguesa. O que se compreende por essas representações que os sujeitos dão às formas de ser na sociedade originam-se, de acordo com Silva (2013), do universo consensual do qual fazem parte, e da consciência coletiva desses sujeitos. Se ocorre uma compartimentação das análises sobre as realidades dos sujeitos, sobre as características da sociedade e sobre as formas de resistência às normas e condições impostas; há, então, uma visão pejorativa sobre os Movimentos Sociais, que caminham na contramão da lógica exercida. Logo, o uso de expressões negativas relacionadas a esses Movimentos são presentes nos discursos, que estão distantes da realidade dessas famílias e buscam reforçar as relações de exploração capitalista; e que não compreendem as lógicas camponesas de uso e relação com o trabalho e a família (BOMBARDI, 2005).

No dia 15 de agosto de 1998, o jornal retoma as informações sobre o acampamento (Figura 8). Na matéria, apontam para a continuidade das ações e as dificuldades que os agricultores enfrentam para manter o acampamento, como a escassez de alimentos e a tentativa de aproximação com o poder público local (Ipeúna) para ajuda com mantimentos e maquinário, derrubada dos eucaliptos e limpeza dos terrenos, para, assim, iniciarem as hortas e os cultivos.

Figura 8 - Matéria referente ao abastecimento dos agricultores, em 15 de agosto de 1998.

A escassez de mantimentos começa a atingir o acampamento do MST no Horto de Camacua que já chega hoje no seu sexto dia.

Sem-terra estão ficando sem alimentos



Com as provisões iniciais para o acampamento terminando, os sem-terra pretendem pedir ajuda às autoridades locais.

Na segunda-feira (17) está prevista a chegada de 200 famílias; área vem sendo visitada, mas o plantio ainda não foi iniciado.

Acampados desde a madrugada de segunda-feira (10), no Horto Florestal de Camacua, em Ipeúna, os 60 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) provenientes de várias cidades da região, e que estavam ocupando uma área da Fepasa em São Carlos quando foram despejados por uma liminar da Justiça, começam a passar por escassez de alimentos.

Os mantimentos trazidos para o Horto em Ipeúna, foram doados pela população de cidades em que o movimento atravessou durante a marcha para Camacua. Os sem-terra que formam o movimento na região, que abrange as cidades de Rio Claro, Araras, Leme, São Carlos e Mogi Guaçu, segundo os coordenadores do acampamento em Camacua, somam atualmente cerca de 200 famílias.

No entanto, como a previsão de duração dos alimentos era incerta, os primeiros sem-terra que iniciaram o acampamento chegaram em um número reduzido para justamente visitar a área e começar, se possível, o cultivo de uma horta. Mas, apesar da ocupação já estar chegando ao seu sexto dia, nenhuma atividade agrícola foi iniciada.

APOIO

As dificuldades para iniciar uma horta são inúmeras, avaliam os sem-terra, que fazem o levantamento nas terras do Horto de Camacua. Como o local é tomado por eucaliptos, é necessário o trabalho de máquinas para limpar uma área a ser destinada ao cultivo de alimentos. "Esperamos contar com o apoio das autoridades locais", disseram os sem-terra.

Durante esta semana, os sem-terra aguardaram a visita do prefeito de Ipeúna, Ildebrando Prata (PTB), para conhecer as condições do acampamento e segundo os membros do MST, negociar a permanência no local e ajuda alimentar. "Estava marcado para ele vir na quinta-feira (13), mas não sabemos por que ele não apareceu ainda", informaram.

Enquanto as autoridades não se pronunciarem, os sem-terra esperam receber alguma contribuição em alimentos da população. "Pois, na segunda-feira (17) chegaram mais famílias acompanhadas de crianças", disse o sem-terra que se identifica apenas por Carl. Ontem, chegaram duas famílias ao acampamento, ampliando para 70, o número de integrantes do MST no Horto.

FÉ

Pagador de promessa vai a Aparecida de bicicleta

O mato-grossense Oliveira Santos Martins, de 46 anos, passou ontem por Rio Claro em direção a Aparecida do Norte com o intuito de pagar uma promessa. Ele saiu no dia 18 de julho da cidade de Alto Araguaia, no Mato Grosso, dirigindo uma bicicleta e rebocando um carrinho, no qual carregava apenas suas roupas e alimentos para a viagem.

Esta é a segunda viagem que Martins faz a Aparecida do Norte com uma bicicleta. "Na primeira também fui para pagar uma promessa", lembrou. Segundo ele, sua devoção a Nossa Senhora Aparecida é muito forte e, toda a graça pedida foi alcançada. "Tenho muita fé, e agora pago a promessa que prometi cumprir", afirmou.

Sobre a graça, Martins conta que pediu para a Santa ajudá-lo a encontrar um familiar que estava desaparecido há 30 anos. "Logo que fiz o pedido, comecei a procurar em cidades próximas a Alto Araguaia", explicou. Passado alguns meses, Martins diz que encontrou seu parente na cidade paulista de



O mato-grossense pretende chegar a Aparecida entre o final de agosto e início de setembro.

Pereira Barreto. "Foi a Santa que ajudou-me", disse, com fé.

No decorrer da viagem, que ao chegar em Rio Claro estava completando o seu décimo dia, Martins vem repousando em postos rodoviários e recebendo o auxílio de caminhoneiros. "Quero agradecer muito aos policiais e aos caminhoneiros pela ajuda", falou, emocionado. Martins prevê que a sua chegada a Aparecida do Norte aconteça entre o final de agosto e o início de setembro.

Santa Gertrudes

Mais uma cidade com Lincoln
Estadual **14157**

Litholdo
Federal **1481**



Lincoln Magalhães e Sérgio Litholdo debatem a importância da participação do jovem no processo político

Representantes da Fundação Mokiti Okada defendem o trabalho dos candidatos do PTB que busca garantir um futuro melhor

Fonte: Jornal cidade, 1998.

Em 28 de agosto de 1998 sai outra matéria sobre a ocupação (Figuras 9 e 10). Em seu título encontra-se mudanças na escolha das palavras em referência aos assentados e ao movimento social: "*Sem-Terra mantém ocupação em Camacua – área finalmente começou a ser cultivada para plantio.*" É importante atentar que, do dia da ocupação (11/08) até a publicação desta matéria (28/08), passaram-se 18 dias; e na titulação dada, a utilização da palavra "finalmente", expressão indicativa de finalização, término de alguma ação que, no caso se refere ao trabalho dos agricultores; mas também permite a interpretação de uma possível

expectativa - “após longo tempo” – dando sentido de que os cultivos deveriam ser realizados logo de início, na chegada dos agricultores na área ocupada, o que demonstra total desconhecimento da redação do jornal sobre as dinâmicas e organizações do trabalho nos espaços agrários.

Figura 9 - Matéria de capa referente ao início dos trabalhos agrícolas no acampamento, em 28 de agosto de 1998

Jornal CIDADÉ
RIO CLARO (SP) SEXTA-FEIRA, 28 de Agosto de 1998 Ano LXII - Nº 20011

PREÇO POR EXEMPLAR R\$ 0,50

Moradores reclamam que não foram consultados e avisados sobre alterações feitas pelo Departamento Municipal. Página 3

Mudança no trânsito provoca confusão no Bairro do Estádio

Lagorecebe peixes para 1ª RC Feast

A 1ª Rio Claro Feast Pesca acontece dias 3, 4, 5, 6 e 7 de setembro no Lago Azul com torneio de pesca, feira de usados, exposições, comida típica e baile. Na tarde de ontem foram depositados aproximadamente 800 kg de peixes pela Piscicultura Yonamine de Juquiá (SP).

Página 12

SENAC traz curso de turismo

Famílias começam esta semana a cultivar a terra no Horto de Camacua

CAMACUÃ

Sem-terra iniciam plantação

Há dez dias ocupando o Horto Florestal de Camacua, os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra começam o cultivo da terra esta semana. Cerca de 70 famílias participam do trabalho.

Página 6

Iasmin: morte de criança é investigada

Inquérito policial será instaurado para apurar a morte de Iasmin Taissi Wadner, 5 meses, ocorrida terça-feira. A informação é do delegado Luís Fernando Gonçalves Fraga. A criança aspirou leite acidentalmente na noite da última segunda-feira.

Página 5

Uma revolução urbana em Rio Claro

Fonte: jornal Cidade, 1998

Figura 10 - Matéria referente aos trabalhos na ocupação, em 28 de agosto de 1998

Desde o dia 11 de agosto, integrantes do MST regional fixaram acampamento no Horto Florestal, pertencente à Fepasa em Ipeúna.

Sem-terra mantém ocupação em Camacua

Área finalmente começou a ser cultivada para o plantio; cerca de 30 famílias estão sendo esperadas para chegar entre hoje e amanhã.

Chegando ao décimo oitavo dia de ocupação do Horto Florestal de Camacua, em Ipeúna, os integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-terra (MST) ainda mantêm a ocupação e começaram a partir desta semana, após o recolhimento da área, o cultivo da terra. O trabalho é intenso, e exige a participação de todos os militantes que estão no acampamento.

Atualmente encontram-se em Camacua cerca de 70 famílias provenientes de várias cidades da região e segundo os coordenadores do acampamento, está sendo aguardada a chegada de mais 30 famílias entre hoje e amanhã. Com a instalação dos outros integrantes, as frentes de trabalho serão ampliadas e intensificadas para acelerar a produção de alimentos.

Quanto a divisão de trabalho no acampamento, ela está sendo extremamente rigorosa e demonstrando um alto nível de organização. Isto pode ser comprovado observando-se a rotina diária dos Sem-Terra. Enquanto os homens finalizam os últimos preparativos para semear a terra, as mulheres se encarregam das refeições e da limpeza das casas do horto.

"Esse ritmo frenético de trabalho será constante", disse o coordenador Severino Franco de Paula, que espera colher produtos agrícolas ainda este mês. "Vamos cultivar todo o tipo de legumes e cereais para garantir a nossa alimentação", afirmou o Sem-Terra, que prevê até o processo final do assentimento contar com 200 famílias de Sem-Terra.

AÇÕES COORDENADAS

As ações coordenadas dos Sem-Terra no Horto Florestal de Camacua estão garantindo uma ocupação pacífica. Desde que chegaram não houve registro de conflitos, e até esta semana, nenhuma família exigindo a desocupação foi expedida pela Justiça. "Ja que a nossa intenção é somente tornar a terra produtiva não há motivo para sermos retirados daqui", disseram.

Porém, os Sem-Terra estão atentos a qualquer tentativa de incriminação que possa acarretar a expulsão do horto. "Estamos sempre vigiando a área para evitar a extração de madeira e queimadas, pois caso isto aconteça, com certeza a culpa vai recair no MST", justificam os coordenadores do acampamento.

Os integrantes do MST trabalham em ritmo acelerado para preparar a terra e iniciar as plantações.

Burocracia aumenta para o cliente que sustar cheque

O pedido de sustação de cheques desde ontem, ficou mais burocrático. Visando reduzir o volume de cheques sem fundos, o Conselho Monetário Nacional (CMN) determinou três medidas para diminuir o número de inadimplentes. A primeira, impõe um prazo de dois dias para pedidos de sustação feitos por telefone. A segunda exige que o motivo do impedimento para o pagamento do cheque seja apresentado por escrito ao banco e a terceira medida cria o Cadastro Nacional de Ocorrências (CNO), onde serão registradas informações sobre os correntistas inadimplentes.

INSUFICIENTES

A Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecsp) considera insuficientes as medidas do CMN para resolver o problema dos cheques sem fundos. O presidente da entidade, Antônio Carlos Borges, pede maior seriedade por parte dos bancos. "Os bancos deveriam garantir o cheque até um determinado valor e serem mais rigorosos na abertura de contas correntes", afirma Borges.

O presidente da Fecsp aponta seu argumento analisando o número de cheques devolvidos no primeiro semestre de 1998: aproximadamente 42.028 milhões. Em comparação 1994, o percentual de cheques que não foram compensados era de 0,08%, no primeiro mês deste ano, o percentual é de 0,35%.

Na hora de comprar, vender, ou alugar procure no lugar certo...

Fone (019) 526-1040
De Seg. à Sex.
das 08.00 às 20.00 hs
Sábado das 08.00 às 12.00 hs

Classificados do Jornal Cidade

Grande Baile Show Sertanejo com Renis & Reinaldo e Banda

Neste Sábado dia 29/08 a partir das 23 horas. Grêmio da Multibrás. Convidados: Dayana Rios e Gildinho da Rádio Tropical.

COM APRESENTAÇÃO DE PAGODE, AXÉ E MUITO MAIS! NÃO PERCA!!!

Fonte: jornal cidade, 1998

No jornal de 01 de setembro de 1998 (Figura 11) encontra-se uma nota sobre as ações do MST sobre o estado de São Paulo (regiões de Rio Claro e interioranas). Nela, é possível observar ainda a assimilação entre os agricultores em luta e invasores. A redação fala sobre a continuação do acampamento no Horto de Camaquã (passados agora 21 dias).

Figura 11 - Matéria referente às ações do movimento social no estado de São Paulo, em 01 de setembro de 1998

Os moradores da vila Nova estão insistindo há um ano para que o Departamento de Serviços Municipais conserte a falha no asfalto.

Descaso transforma buraco em cratera

Trecho do bairro ficou extremamente perigoso para o trânsito de veículos e pedestres; acidentes podem acontecer a qualquer momento.

Apesar de insistentes pedidos dos moradores da vila Nova, durante aproximadamente um ano à prefeitura, para o conserto de uma falha no asfalto que fica na esquina da Rua 13-A com a Avenida 38-A, nada ainda foi feito. Em consequência, o cruzamento tornou-se extremamente perigoso para o trânsito de veículos e pedestres, pois, o que era apenas um buraco acabou transformando-se em uma cratera.

Segundo os moradores, os riscos de acidentes são constantes, já que os motoristas ao dobrarem a esquina, geralmente não percebem o buraco que sempre está encoberto por água e, em alta velocidade, podem perder com facilidade o controle do veículo e vir a chocar-se com as casas que ficam bem defronte à esquina, como aconteceu meses atrás.

Neste último acidente, a frente da residência da dona de casa Edna Ratky, ficou completamente destruída. "Se tivessem fechado o buraco quando avisamos, o acidente não teria acontecido", reclama Edna, sobre o descaso da prefeitura em providenciar o fechamento do buraco, situação que vem provocando muita revolta entre os moradores da vila Nova.

INDICAÇÃO
Com o buraco avançando pelo asfalto e acumulando água e sujeira, os moradores da vila Nova buscando todos os meios para solucionar o problema, conseguiram enviar em agosto do ano passado uma indicação à Câmara de Vereadores pedindo o conserto da esquina. Porém, um ano depois, a indicação continua esperando por uma resposta.

Isso levou, na avaliação da dona de casa Ana Maria da Cruz, ao agravamento dos problemas. "Eu não me conformo com isto. Se eles tivessem nos atendido logo no começo a situação hoje seria diferente", lamentou Ana Maria. Sua vizinha, a também dona de casa Aparecida

Locatelli Chersoni tem opinião semelhante. "A negligência tornou o problema bem maior", disse.

Consultado sobre a possibilidade de realizar o reparo, o diretor do Departamento de Serviços Municipais, Vitor Simonetti Júnior, promete que em dez dias fecha o buraco na vila Nova. "Assim que verificar a indicação novamente e vistoriar o local, deslocarei uma equipe tapa-buracos para realizar o serviço", afirmou Simonetti Júnior.

Morador exibe cópia da indicação que não foi atendida. Ao fundo, o buraco na esquina da Rua 13-A que já dura um ano.

CONFLITO NO CAMPO

MST reinicia invasões no interior do Estado de SP

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) voltou a invadir neste final de semana sete fazendas no interior do Estado de São Paulo. O episódio marca o final de uma trégua de um ano entre o MST e o governo, que se comprometeu a acelerar o processo de reforma agrária no Estado, mas, segundo os sem terra, não realizou.

Foram invadidas fazendas nas cidades de Itapeva (200 famílias), Taubaté (200 famílias), Promissão (400 famílias), Presidente Alves (120 famílias), Colina (250 famílias) e Mirante do Paranapanema (350 famílias). Ainda esta semana, o MST pretende ocupar propriedades em Barretos e no Pontal de Paranapanema e durante o mês de setembro intensificar as ocupações em todo o Estado.

CAMACUÃ
Os sem terra que estão acampados no Horto Florestal de Camacua, em Ipêuna, completam hoje, o vigésimo primeiro dia de ocupação. As 70 famílias que estão no local são provenientes de várias cidades da região, como Araras, Leme, Mococa e Rio Claro e compõem uma espécie de MST regional.

Desde que chegaram em Camacua, os sem terra começaram a vistoriar a área a fim de iniciar o cultivo da terra. Recentemente, após constatarem que grande parte das terras do Horto são improdutivas, os sem terra iniciaram a plantação. Segundo os coordenadores do acampamento, a ocupação completa contará com 200 famílias.

Os sem terra estão acampados há 21 dias no Horto de Camacua.

Fonte: Jornal Cidade, 1998

As matérias analisadas indicam que, apesar das tentativas de deslegitimar o movimento social, aqueles trabalhadores conseguiram concluir sua luta, a partir da consolidação do Horto Camaquã em um assentamento rural; ainda que nem todas aquelas pessoas tivessem histórico de trabalho rural, como veremos no próximo item. Entende-se que a supressão das conquistas sociais desse grupo pelos novos moradores dos lotes (pela portaria 50/2004 do ITESP²⁴) é a condição que justifica a não união desses assentados como um coletivo com interesses comuns.

3.3.4 A formação do Assentamento Camaquã contada pelas lideranças e pelos funcionários do ITESP

²⁴ Estabelece procedimentos para desistência e compra de benfeitorias dos lotes em assentamentos estaduais. (ITESP, 2020). Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/legislacao.aspx> Acesso em: 13/04/2021.

Devido à pandemia, o trabalho de campo ficou prejudicado, afetando o contato com os agricultores. Este seria realizado a partir de março de 2020. Entende-se que os recursos tecnológicos que permitem a comunicação mesmo em tempos de isolamento social são positivos e, em algum grau, foram eles os responsáveis pela continuidade, na medida do possível, do cotidiano social, ainda que o acesso à tecnologia seja uma das expressões materiais e históricas de desigualdade social no Brasil. Condição presente no Assentamento Camaquã, e em outros inúmeros assentamentos.

Portanto, o que foi possível de realização será apresentado no seguir deste trabalho. O contato com os assentados foi feito através de ligações e mensagens de texto via celulares com duas lideranças do Assentamento Camaquã, J²⁵ e M, e uma família de assentados que está lá a menos de 10 anos, família de K. O contato teve como objetivo conhecer, por parte dos sujeitos envolvidos na luta pela terra, a história do desenvolvimento do Assentamento Camaquã e de entender melhor como essas lideranças atuam no Assentamento hoje.

As duas lideranças, J. e M., foram conhecidas durante a realização dos trabalhos de campo no ano de 2017. Estas, em idade já avançada, são as que representam o Assentamento perante o ITESP, participando das tomadas de decisões junto à Instituição que o administra e regula. Nas entrevistas abertas e semiestruturadas os assuntos ficaram em torno dos temas: o que foi e como foi o início do Assentamento, como ele está hoje, e perspectivas futuras em relação àquele território.

J conta que, se realizarmos uma comparação entre o passado e o presente do Assentamento Camaquã, existem apenas 6 famílias que estão no território do Camaquã, desde sua formação. Essa informação demonstra a alta rotatividade de famílias nos lotes devido a alguns fatores como: venda das bem-feitorias construídas nos lotes, ida a outros sítios ou mudança para os núcleos urbanos; envelhecimento dos chefes de família e fuga ao urbano pelos jovens; além da perda da licença de uso e ocupação do lote por questões judiciais e sociais.

M e J reconhecem que a construção e sistematização do histórico do Assentamento são importantes para a história da região; e que a não volta à campo por parte das pesquisadora é prejudicial à pesquisa, mas entendem que o isolamento social é necessário. J faz essa indicação para, por exemplo, mostrar a primeira casa que utilizaram como acampamento, hoje sede o Assentamento.

²⁵ Siglas utilizadas para não nominar diretamente os entrevistados, a fim de evitar exposições distantes da função deste trabalho.

M e J relatam que ainda acontecem reuniões entre os assentados, mas que elas, hoje, não ocorram como o mesmo empenho que no início da ocupação. A justificativa dada por J. sobre essa quebra da participação coletiva no Assentamento está na presença de um assentado como presidente do Assentamento Camaquã que não se posiciona favorável à luta pela terra, sendo ele um dos agricultores que chegaram depois da consolidação do assentamento, a partir da compra das benfeitorias (pela portaria 50). Comentam também que o presidente não realiza as reuniões mensais junto à associação, dificultando a tomada de decisões de forma coletiva, centralizando-as. Esse posicionamento demonstra que a vivência junto a um movimento social modifica o comportamento político e coletivo dos sujeitos e que, mesmo habitando um espaço de reforma agrária, possuem territorializações distintas dos que lutaram para ter o acesso.

J. e M. indicam preocupação com o futuro do assentamento, baseada, entre outras coisas, na má administração do Assentamento e da associação pelo presidente em exercício na época, como centralizador do poder e de exercer um mandato distante da participação coletiva. J. comenta que a própria instituição que administra o Assentamento não procura a presidência, mas sim os agricultores que estão a mais tempo nos lotes, como ele e M; o que pode causar conflitos entre os assentados. J. comenta que não é apenas a instituição que administra o Assentamento quem busca os assentados mais antigos para as tomadas de decisões e participação, mas que outros órgãos públicos da região, como os poderes executivos dos municípios de Rio Claro e Ipeúna.

Em relação à presença dos jovens, J. conta que eles querem permanecer nos lotes, mas que a gestão interna do Assentamento (a legislação construída e seguida pelos próprios assentados nas reuniões coletivas) prejudica a participação destes, e os afasta das ações coletivas. Um exemplo é que, nos momentos de votação em atividades coletivas, apenas os titulares dos lotes podem votar, excluindo todos os familiares, em maioridade, que também habitam o Assentamento. J. explica que os assentados perceberam a problemática da não participação dos filhos dos titulares dos lotes nas votações, mas que não se organizaram para alterar a legislação da associação, e ainda consta a definição anterior (de participação apenas dos titulares).

Quando perguntado sobre o período de ocupação do Horto, J. conta como foi tanto a aproximação dele ao movimento social, como alguns determinantes da época. O grupo – de origem no município de Araras (SP) – que já possuía estrutura consolidada de organização não podia assumir as questões jurídicas da ocupação – por carregarem processos de ocupações anteriores e em outros lugares. J., como caminhoneiro, ajudou no transporte de pessoas e objetos durante o período de acampamento e, assim, foi se aproximando dos assentados ainda em luta.

Conta que morava em um bairro urbano periférico do município de Rio Claro e que já tinha sido presidente da associação desse bairro, e que então tinha experiência com trabalho coletivo; o que levou os coordenadores do acampamento a nomeá-lo como liderança e, assim, participar também na luta pela consolidação do Assentamento. Tudo isso ocorreu no mês de agosto de 1998. Comenta também que pessoas que não eram do grupo de agricultores que veio de Araras começaram a invadir o espaço, na tentativa de deslegitimar o movimento social. Com seu caminhão, J. e outros membros do grupo de ocupação faziam rotas e guardas noturnas para “*conter a invasão*”, nas palavras de J.

Devido aos problemas de processo que as lideranças do grupo de ocupação possuíam, J. conta que era um empecilho para, junto à justiça do estado de São Paulo, ganhar a disputa pelo direito de acesso a terra; o que foi imperativo para que se tornasse uma das lideranças e, dessa forma, pudessem lutar pelo acesso a uma terra pública em desuso. Até a publicação do decreto que institucionaliza os assentamentos rurais em São Paulo no ano de 2000, o grupo de agricultores se revezavam na segurança do território do Horto, a fim de impedir que pessoas externas ao grupo causassem problemas para a consolidação do assentamento.

Tanto J. como M. contam que o ITESP entrou na administração do assentamento (no ano de 1999) por este localizar-se dentro de uma área de Horto, o que favoreceu a comercialização da madeira ali presente pela própria instituição; levando a disputas judiciais sobre o acesso e controle da comercialização por parte da Instituição sobre os próprios assentados; punindo os assentados que vendessem a madeira com boletins de ocorrência. J. conta que havia uma madeireira da região; posteriormente houve uma política junto ao estado de São Paulo para o maquinário de destocar. A atividade atuou em alguns lotes, mas não retirou todos os tocos. Para J., esse problema ainda persiste porque a associação dos assentados não trabalha em prol de melhorias coletivas, devido às novas lideranças, diferente de quando ocorreu a primeira ação de destocagem. Em entrevista realizada junto a dois funcionários do ITESP, P. e J. explicam como ocorreu a comercialização dessas madeiras e o problema surgido. Segundo J. do ITESP, a Fundação iria retirar e comercializar a madeira e usar o valor arrecadado para a destocagem nos lotes. Entretanto, segundo os assentados, isso não ocorreu, e ainda hoje eles alegam que a comercialização da madeira por eles proporcionaria uma renda para o início dos trabalhos e construções nos lotes.

Para J., a sobrevivência da família pela produção passível no assentamento Camaquã não pode ser alcançada, forçando a busca, por algum membro, de fonte de renda ou de trabalho que seja fora do assentamento. Comenta que, se houvesse aumento na porcentagem da área dos lotes para a produção monocultora (no caso o exemplo dado foi a de eucalipto), os assentados

poderiam viver melhor e ter melhores condições financeiras; preocupação também revelada por M. Para ele, os assentados ficam “presos” pelo ITESP, mesmo que as lideranças atuais sejam fracas, J. demonstra preocupação das relações entre novas lideranças e ITESP não serem favoráveis ao coletivo, o que para ele é resultado do desconhecimento, por parte dos novos assentados, da história de luta e da ocupação do Horto Camaquã desde o início da construção do assentamento. Nas entrevistas com os funcionários do ITESP e no trabalho de campo em 2017, percebe-se um certo posicionamento dos assentados perante o ITESP como se a instituição possuísse a condição de tutela sobre os assentados. Esse posicionamento soma-se à condição individual que os assentados possuem em relação uns aos outros, levando ao pensamento de que o ITESP seja responsável tanto pela terra, como pelo assentado – o que não é verdade.

M. e J. contam que, no começo, houve auxílio de instituições que ajudaram na época do acampamento (as prefeituras, igrejas, faculdades e até mesmo comerciantes da cidade de Rio Claro). Ambos comentam que há um problema de relação do ITESP junto aos assentados, no sentido da cobrança e dos relatórios de produção que os assentados devem disponibilizar sempre; além da própria titularização da terra ir para os responsáveis dos lotes está estagnada (ainda em processo interno, de acordo com o funcionário J.).

J. conta que, devido à pandemia, não consegue entregar mais para o projeto PNAE, mas que as entregas do PAA ainda funcionavam e que, para garantir a renda, comercializa em um bairro da periferia do município de Rio Claro aos finais de semana. M., por questões de saúde de seu companheiro, chegou a colocar as benfeitorias à venda, para se mudar à cidade e seguir com o tratamento de seu esposo. Entretanto, em conversa com ela, posteriormente, contou que desistiram de vender.

Através do contato com o material jornalístico e com as entrevistas juntos aos assentados, observa-se que, no momento inicial de ocupação do Horto, os assentados possuíam uma ação coletiva mais forte, ainda que não se conhecessem. Observa-se também que as matérias vinculadas não tratam os assentados que estão em disputa pelo acesso a terra como trabalhadores ou como agricultores. Em um dos textos das matérias, observa-se a presença da palavra “lavrador”, condição mais próxima à realidade desses agricultores. O posicionamento contrário aos movimentos sociais é melhor debatido em Silva (2013).

CAPÍTULO IV — PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DE UM ASSENTAMENTO RURAL

Como já indicado em capítulo anterior, os dados utilizados para a elaboração deste trabalho foram construídos no ano de 2017, pelo Núcleo de Estudos Agrários (NEA/DG/UNESP Rio Claro). Sua utilização seria imprescindível, já que o contato com o Assentamento Camaquã foi feito a partir desta pesquisa. O formulário contém 90 questões, divididas em temáticas referentes a dados gerais, sociais, econômicos, culturais, produtivos e políticos.

Importante destacar que essa base de dados foi construída a partir dos trabalhos de campo realizados durante os meses de abril, maio e junho de 2017, com o apoio da prefeitura municipal de Ipeúna e do Centro de estudos ambientais e planejamento (CEAPLA/UNESP Rio Claro). Os dados totais levantados foram sistematizados e os documentos de análise elaborados se constituíram em suporte para a consolidação do Plano Diretor de Turismo, desejo esse do governo em exercício na época, para obtenção da marca de Município de Interesse Turístico (MIT) no estado de São Paulo, em 2019²⁶. Com a intencionalidade de conhecer a área rural de seu município, a administração buscava informações econômicas, sociais e ambientais detalhadas sobre os sítios e, somado a eles, o Assentamento Camaquã.

Optou-se por esgotar os dados obtidos no campo de 2017, a fim de conhecer o Assentamento e entender suas particularidades, como também de produzir um material que seja possível de ser usado pelos próprios assentados, como convencimento, por exemplo, da necessidade de um retorno à Unidade de Assentamento, buscando melhorias. Além disso, se tornou uma atividade essencial, uma vez que a pandemia da Covid-19 impediu o retorno ao campo para nova coleta de dados e posterior comparação dos valores. Assim, o exercício metodológico e de análise proposto utiliza dados primários, e os dados secundários aqueles obtidos junto às instituições (IBGE e ITESP).

Fundamental comentário deve ser feito em relação à tal pesquisa. A construção do formulário aplicado considerou condições e pontos de partida referentes a condição brasileira de propriedade privada da terra. Em sua formulação, por exemplo, não houve o cuidado com questões voltadas às áreas que fazem oposição à lógica de mercadoria da terra. O Assentamento foi tomado como um conjunto de propriedades presentes na área rural do município de Ipeúna, e não como particularidade deste. Assim, questões importantes que poderiam fornecer

²⁶ Lei nº 16.938, de 26/02/2019, divulgado no D.O. do estado de São Paulo, volume 129, número 40, São Paulo, quarta-feira, 27 de fevereiro de 2019.

informações valiosas sobre as relações dentro do Assentamento Camaquã não foram realizadas por esse primeiro levantamento de dados de campo. Tais questões faltosas seriam realizadas com o retorno ao campo no ano de 2020, que foi impedido.

A Pesquisadora deste trabalho, que participou do grupo de pesquisadora, ajudou na elaboração do instrumento de coleta de dados, fez os trabalhos de campo; naquele momento possuía uma leitura sobre a Geografia no âmbito da espacialidade rural, distante da dimensão do agrário, o qual não se constituía como um elemento analítico; não reconheceram a condição particular de existência histórica dos assentados.

Encontrando e se apropriando de uma nova perspectiva, poderia abandonar tal conjunto de dados e retornar a campo, reaplicando um novo formulário, construído a partir da experiência prévia de conhecer o Assentamento Camaquã, somada às novas perspectivas epistêmicas adquiridas durante a elaboração deste trabalho e em minha formação durante o mestrado. No entanto, a pandemia de 2020 e em respeito aos próprios assentados, que não entenderiam o retorno para, novamente, coletar dados de suas famílias e sobre seu trabalho; poderia parecer que as informações cedidas em 2017 foram/eram inapropriadas ou irrelevantes e necessitariam de um novo contato, prévio à aplicação do formulário – trabalho a ser realizado no ano de 2020.

Assim, simultaneamente, decidimos que ao mesmo tempo em que se analisasse os dados, buscaríamos pautar os limites de uma perspectiva de pesquisa que se dirigiu por uma visão de planejamento de cima para baixo, de uma leitura homogeneizadora do campo, e de uma perspectiva que – sobretudo para os assentados – abandonou ou não tratou com o devido rigor, o agrário como um elemento fundante da formação desta comunidade rural.

Durante a interpretação dos dados obtidos serão feitas considerações não apenas sobre os valores em si, mas também sobre a ausência de algumas informações e de um rigor metodológico na aplicação e tabulação, necessários para o exercício deste trabalho.

4.1 ANÁLISE DAS PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DO ASSENTAMENTO CAMAQUÃ

Como demonstrado no capítulo II, as práticas socioespaciais são as responsáveis pela configuração, representação e interpretação dos territórios. A partir dos dados levantados em campo, foi feita a tabulação e interpretação deles, seguindo a ordem indicada na figura 1. Ao final do processo, uma nova figura será confeccionada, para representar (por gradientes) os níveis de cada prática socioespacial do Assentamento Camaquã.

4.1.1 Autoconsumo

Partindo do que entendemos, então, por autoconsumo – parcela da produção que tenha como destino único a reprodução da família ou grupo social, sem comercialização – os dados que materializam o conceito incluem diversos elementos e condições. Essa medida não possui como função a crítica ao consumo por parte desses assentados, mas sim à realidade que favorece ou impõe o tipo e a quantidade consumida. Assim, a parcela de terra cultivada em cada lote representa o quanto os assentados fazem uso da área disposta.

Os lotes possuem 17 hectares e, na média simples, os assentados utilizam 9,6 hectares para cultivos (consumo e produção). Há uma dificuldade na mensuração e diferenciação dos espaços de produção agrícola, independente do destino, por parte dos assentados. Segundo os dados do Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agrícola do estado de São Paulo (LUPA) dos anos 2016/2017, indicam que o tamanho médio das propriedades seja de 49,3 hectares (SÃO PAULO, 2019), uma porcentagem de 290% a mais de espaço disponível para uso em atividades agrícolas.

Há lotes em que ocorre o uso completo ou quase completo do espaço disponibilizado (17 hectares), mas estes são poucos. Uma das justificativas dadas pelos assentados é a presença dos tocos do antigo horto (Figura 12), tema tratado no capítulo III. Além disso, existem lotes com concentração da produção em uma área apenas. Em outros, são espalhados e intercalados com área de pastagem; o que demonstra o não aproveitamento total do lote. Mesmo assim, para 30 assentados, o tamanho da propriedade é suficiente para a reprodução das famílias. Para 7 assentados, os lotes não são suficientes devido ao tamanho (pequenos), às condições de solo e declividade, à falta de conhecimento para a produção, e a não possibilidade de plantio total por uma monocultura (como a cana, por exemplo). Um assentado não soube responder.

Figura 12 – Áreas que não foram realizadas a destoca pelo ITESP no antigo Horto Florestal



Fonte: Trabalho de campo, 2017

O recorte espacial para este trabalho localiza-se na zona rural do município de Ipeúna, e é consequência de políticas públicas estaduais de acesso a terra. Partindo dessa condição, no formulário há uma questão voltada a quais atividades são desenvolvidas nos lotes (tabela 4). Essa é uma das perguntas que representam a uniformidade da construção do formulário aplicado, o qual tinha como interesse conhecer a zona rural de Ipeúna, e não em especificidade do Assentamento Camaquã. Essa consideração importa-se com a função social que um assentamento e um lote cumprem, entendendo que ser um lugar para especulação de terras não está entre as tais – em oposição ao que ocorre nas propriedades privadas. Entretanto, ser um lugar de moradia, apenas, também não está entre suas funções. Dos três lotes sem produção, dois caracterizam-se pela presença de um membro familiar apenas (mulheres) que vivem de aposentadoria e benefício social e que, em algum momento no futuro, caso não consigam vender as benfeitorias, perderão o acesso a ele. Esta é uma discussão importante, mas que não será realizada neste trabalho, referente aos idosos que moram em assentamentos rurais e que, por questões de saúde, não conseguem mais exercer sua força de trabalho; mas que precisam encontrar outras funções para seu espaço e, dele, retirar renda – o que acaba permitindo a entrada do capital monocultor nos assentamentos. A outra família estava a menos de um mês no lote, e ainda não tinham começado a produção.

Entende-se que os assentamentos não são exclusivos para a produção agrícola, pelo contrário, devem favorecer a permanência das famílias no campo e, assim, ser um local de moradia. Entretanto, quando não ocorre mais produção, a sua função agrícola se perde, corroborando com o aparecimento de outras formas de geração de renda, como o arrendamento – que pela portaria 77/2004 do ITESP, recebe o nome de parceria, permitindo a produção monocultora de até 30% do espalho dos lotes maiores que 15 hectares (condição do Assentamento Camaquã), deixando a outra metade disponível para a produção agrícola familiar); ou ainda a presença de auxílios (aposentadorias e programas sociais), que permitem a reprodução dos sujeitos, mas o distanciam das práticas agrícolas. As discussões sobre arrendamento em áreas de reforma agrária são encontradas em Ferrante, Barone, Durval (2008), Ferrante (2007), Ferrante, Barone (2011), Ferrante, Almeida (2009), entre outros.

Tabela 4 - Atividades produzidas no Assentamento Horto Camaquã, 2017

Tipo de Atividade	Número de Lotes
Agricultura e pecuária	35
Turismo/lazer/esporte	0
Beneficiamento/agroindústria familiar	7
Sem Produção	3

Fonte: Trabalho de campo, 2017.

As respostas indicam que muitos lotes são voltados à produção agrícola (92%) e de beneficiamento (produção de queijos e doces, 18%, com os dados detalhados na tabela 5), concomitantes ou não. Essa questão permitia mais de uma resposta por lote.

Tabela 5 - Tipo de processamento artesanal feito no Assentamento Camaquã, 2017

Tipo de Processamento	Número de lotes
Queijo	14
Linguiça	4
Cachaça	0
Doces	3
Outros	3
Não	21

Fonte: Trabalho de campo, 2017

O número alto de lotes que não praticam beneficiamento de produtos (21 lotes, de 38) indica algumas possíveis condições: desinteresse em produzir produtos de maior complexidade produtiva e possível de comercialização com um valor agregado maior, falta de conhecimento para tal produção e baixa condição de investimento em infraestrutura. Mesmo assim, algumas produções em pequena escala, como a de queijo (Figura 13) e doces, podem ser feitas de maneira artesanal e com baixo custo de produção, levando à variação na alimentação da família.

Figura 13 - Indicação de comercialização de processados em um dos lotes do Assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Outra esfera importante na avaliação do grau de presença do autoconsumo em um lote e em um assentamento é a produção agrícola e pecuária. Na tabela 6 encontra-se uma listagem aleatória de produtos que poderiam ser cultivados nos lotes (considerando a região em que se localiza) e, em exemplo, a figura 14 demonstra o cultivo pequeno de hortaliças para consumo próprio. Encontra-se como valores médios de variedade de produtos agrícolas destinados ao consumo seja de 5,39 culturas, e de 2,34 tipos de culturas para venda.

Tabela 6 - Produção agrícola nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017

Produto	Número de lotes
Banana	33
Manga	31
Limão	29
Mandioca	27
Hortaliças	25
Milho	22
Cana-de-açúcar	21
Abacate	20
Produto	Número de lotes
Abóbora/ abobrinha	18
Laranja	18
Feijão	11
Berinjela	8
Amendoim	5
Pimentão	4
Café	3
Chuchu	3
Arroz	0
Mudas	0
Outros	15

Fonte: trabalho de campo, 2017

Figura 14 - Produção de hortaliças para consumo em um dos lotes do Assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

No anexo 1 encontra-se o modelo de formulário completo que foi aplicado. Nele, é possível observar que a questão de número 9 possui mais elementos a serem respondidos, como valores da produção e área plantada. Entretanto, as respostas não foram obtidas de forma precisa, por uma questão cultural: os assentados não têm o costume de anotar e acompanhar sua produção, não possuem um caderno de registros de produção, marcado mês a mês, semana a semana; soma-se também a relação que os agricultores estabelecem com os animais: se eles os chamam de “criação” (visão relacional entre trabalhador e animais, individualizada) ou de “produção” (uma visão industrial, numerosa).

Outro empecilho é que àqueles que possuem um controle financeiro e de produção não quiseram compartilhar os valores com os aplicadores do formulário, por questões pessoais. Estas não respostas atrapalham as análises referentes às práticas socioespaciais caracterizadas pelos valores econômicos, como o trabalho familiar, o consumo intermediário e os circuitos curtos e longos de comercialização. Outra justificativa para as não respostas está na relação estabelecida entre pesquisadores e pesquisados, sendo uma relação de direção objeto – pesquisador, sem que houvesse uma preocupação com os sujeitos analisados; resultando em uma relação de não confiança dos agricultores com os pesquisadores.

Observa-se que os cultivos agrícolas de maior presença no assentamento são a banana, manga, limão, mandioca e hortaliças (figura 15). O formulário não possuía especificações sobre quais hortaliças eram cultivadas. Se o assentado quisesse, ele poderia especificar as espécies cultivadas. Já o milho, a cana-de-açúcar, o abacate, as abóboras e abobrinhas e a laranja aparecem como grupo de segundo maior cultivo no assentamento, produção ligada à alimentação de animais e à revenda ao Programa de Aquisição Alimentar (PAA) e em feiras e quitandas (do município de Ipeúna e, em menor frequência, do município de Rio Claro). Os demais produtos identificados em menores frequências nos lotes, como feijão, amendoim e outras leguminosas, são produtos diretamente ligados à alimentação da família.

Figura 15- produção de hortaliças para comercialização em um lote no Assentamento Camaquã



Fonte: trabalho de campo, 2017.

Já a tabela 7 demonstra os valores referentes à produção de animais. Esta tabela foi confeccionada a partir de grupos de valores que correspondem a quantidade de cabeças por lote. Essa divisão em classe se fez necessária devido a grande variação entre os lotes: alguns possuem mais de 100 cabeças de animais (aves, bovinos e suínos, em sua maioria), e outros lotes possuem menos de 10, quando não, nenhum animal. Nessas condições, a média simples mascararia um valor de 100 animais por lote, o que fugiria da realidade. Encontra-se como

valores médios da produção de animais para consumo 2,26 espécies (figura 16) e 1,94 espécies para comercialização.

Classe	Número de lotes
De 0 a 20	8
De 21 a 40	4
De 41 a 60	8
De 61 a 80	3
De 81 a 100	4
De 100 +	11

* Animais considerados: Abelhas (caixas) / Bovinos p/corte / Bovinos p/leite / Equinos / Frangos p/corte / Frangos p/ovos / Carneiros / Peixes (tanques) / Suínos).

Fonte: trabalho de campo, 2017.

Figura 16 - Mosaico de fotografias dos animais criados para consumo



Fonte: trabalho de campo, 2017

Tanto a tabela 6 como a tabela 7 possuem empecilhos para a compreensão total da realidade. Os assentados não sabiam dizer se os animais eram apenas para consumo ou apenas para venda. Por exemplo, se o assentado X possuísse 50 frangos, ele dizia que havia 50 frangos para consumo e 50 frangos para venda. Essa indicação duplicada levou a uma não identificação correta dos números referentes à quantidade de animais no lote. O assentado poderia dizer,

também, que em um mês sua família consome Y frangos e, assim, seria possível identificar um valor aproximado de produção para consumo e para venda; ou ainda, dizer que em um mês comercializa Z frangos na porteira de seu lote.

Percebendo então que a produção agrícola nos lotes voltada para o autoconsumo é baixa, observa-se que as questões relacionadas à ida ao mercado e à aquisição de alimentos processados e fora do espaço do assentamento se fazem necessárias junto ao elemento autoconsumo das práticas socioespaciais, mas também com o elemento consumo intermediário – uma vez que a alimentação da família está ligada à sua força e exercício do trabalho, seja no lote para produção, seja fora do lote através do salário. Para tanto, as tabelas 8 e 9 apresentam quais itens são adquiridos em mercados e com qual frequência a família vai ao mercado.

Tabela 8 - Produtos de consumo alimentar adquiridos nos mercados pelas famílias do Assentamento Camaquã, 2017

Produto	Número de lotes
Frango	17
Porco	16
Boi	30
Peixes	29
Leites e Laticínios	18
Arroz	35
Feijão	35
Grãos e farinhas	34
Pães e bolachas	32
Sucos	26
Refrigerantes	26
Bebidas alcoólicas	13
Frutas, verduras e legumes	28

Fonte: trabalho de campo, 2017

Tabela 9 - Frequência com que as famílias do Assentamento Camaquã vão ao mercado, 2017

Frequência	Número total
Uma vez na semana	8
Mais de uma vez na semana	9
A cada 15 dias	7
1 vez no mês	11
Não conta	3

Fonte: trabalho de campo, 2017

Os dados obtidos indicam que metade dos assentados (18 lotes) vão ao mercado a cada quinze dias ou uma vez ao mês, enquanto a outra metade (17 lotes), vão de uma a mais vezes na mesma semana ao mercado. Esses valores mostram que há uma dependência de produtos processados; demonstrando o posicionamento de que a produção para sustento não valeria a pena. Referente aos produtos adquiridos, quase todos os lotes (= / + de 30) compram arroz, feijão, grãos e carne bovina, ratificando que a base alimentar é obtida através da compra, do consumo intermediário. Isso pode ser justificado pela condição de não histórico de produção desses produtos agrícolas (arroz e feijão), pelas questões sanitárias de abatimento de animais de grande porte (bovinos), ou ainda por uma não cultura de produção alimentar própria, entendendo que a produção agrícola deve ser apenas para comercialização.

Observa-se que os componentes do elemento autoconsumo estão diretamente relacionados à segurança alimentar e nutricional, em específico dos lotes do Assentamento Camaquã (neste exercício); e que essa seja uma questão que extrapola a escala familiar, alcançando a população em si. Para tanto, a garantia de que os alimentos disponíveis e acessados pela população devam ser de procedência saudável (oposto às ações do atual governo federal), e que sejam feitos próximos aos núcleos urbanos, diminuindo os problemas oriundos do transporte, armazenamento e conservação dos alimentos. Para isso, ações públicas precisam garantir que a produção desses alimentos seja possível, entendendo a pressão que os latifúndios e a monocultura exercem sobre os espaços agrários. Uma das políticas públicas criada e executada por alguns assentados em Camaquã é a participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), ação pertencente ao Programa Fome Zero, criado pelo governo federal em 2003. Tem como característica a aquisição de alimentos diretos da agricultura familiar por entidades governamentais, com destinação às escolas, creches e outras instituições públicas; aliando a segurança alimentar (produção constante e próxima de alimentos) com a segurança nutricional (variedade de produtos, principalmente por estação), bem como a garantia de venda dos agricultores familiares (ESQUERDO, BERGAMASCO, 2015). Mais discussões feitas

relacionando o PAA, outros programas institucionais de venda de produtos alimentares e políticas públicas voltadas à pequena produção podem ser encontradas em Camargo, Baccarin, Silva (2013) e Guimarães, Baccarin (2019).

Os valores obtidos nas questões referentes ao autoconsumo indicam que poucos assentados conseguem estabelecer um padrão de segurança alimentar, baseada principalmente em sua própria produção e na produção e distribuição coletiva, entre os assentados, de alimentos. Os baixos índices de variação na produção demonstram também um desconhecimento de práticas e produtos diversificados. Esses valores revelam quais práticas agrícolas antigas são presentes nos lotes: se relacionam com a origem da família (meio urbano), com o contato e tempo de exercício do trabalho agrícola (de 5 a 10 anos), e com o pouco conhecimento das práticas de cultivo. Outra interpretação recai sobre a destituição do *ethos* camponês, como pela não realização de ações e atividades, como a troca de produtos ou o trabalho coletivo; diminuindo, portanto, o grau de campesinidade encontrada. Não se trata, portanto, de uma idealização moral sobre o fazer e o ser camponês, mas sim de compreender sua dimensão desse *ethos* no Assentamento analisado. Essa discussão pode ser encontrada em WOORTMANN (1990) e WOORTMANN (1995)

4.1.2 Trabalho Familiar

Indicado anteriormente como o trabalho executado pelos membros da família, dividido de acordo com a idade e o gênero, o trabalho familiar identifica o controle que uma família ou grupo social possui de determinada técnica de produção, domínio e participação em todas as etapas. Organizar-se dessa forma pode indicar uma tentativa de rompimento com a lógica capitalista de produção, a partir das formas camponesas de reprodução, salvaguardando o autoconsumo e, posterior, a produção e comercialização.

Importante ressaltar que a produção familiar voltada para a agricultura de sustento somada à produção para comercialização, é identificada como insuficiente para obtenção de renda – em situações de poucos membros familiares, baixo capital investido e baixo nível tecnológico –, favorecendo assim o surgimento de propostas de acúmulo de funções aos agricultores – no caso, os pequenos agricultores – como a pluriatividade e a multifuncionalidade. Foi pensando nessas opções, principalmente a partir de relação com o turismo rural, que o formulário foi elaborado. Assim, perguntas que sugerem alternativas ou complementação de renda feitas a partir do turismo, comércio e outras atividades artesanais, aparecem no decorrer do texto; uma vez que o formulário seria aplicado em toda a zona rural do município de Ipeúna. Dessa forma, as particularidades do Assentamento Camaquã foram

niveladas pelo restante dos dados recolhidos, nos quais são possíveis de encontrar propriedades rurais que exerce tão e somente o turismo rural.

Este trabalho não tem como função ignorar a melhoria na qualidade de vida desses assentados a partir de outras práticas que não apenas a produção agrícola. O que se indica é que para essas atividades acontecerem em um assentamento, não basta apenas um ou três assentados se organizarem; é preciso que o todo, coletivamente, atue, a fim de adequar os espaços e construir novas territorialidades.

Para que um trabalho coletivo seja possível, todos os envolvidos devem participar, evitando o acúmulo de tarefas e buscando a independência e autonomia gerada pelo desenvolvimento uniforme. O elemento coletivo é a parte desigual e que geraria problemas logo no início aos assentados do Camaquã, como indicado nas entrevistas e na percepção de campo: o sentimento de coletividade não existe entre todos os lotes. Hoje, apenas 5 famílias estão lá desde o início da ocupação, em 1998 (tabela 10).

Tabela 10 - Tempo que o lote no Assentamento Camaquã pertence à família, 2017

Classe (anos)	Número de lotes	%
Até 1 ano	6	15
De 1 a 5	10	26
De 6 a 10	11	28
De 11 a 15	6	15
De 15 a 20	5	13

Fonte: trabalho de campo, 2017

Na tabela 11 nota-se que os assentados que possuem mais experiência com o trabalho rural, e que se dedicam a mais de 10 e 30 anos, somam menos da metade dos lotes (16 lotes); enquanto os menos experientes somam a maioria (22 lotes). Esses são dados que permitem relacionar o tempo de trabalho rural com idade dos trabalhadores, origem das famílias, organização social e política do assentamento.

Tabela 11 - Tempo que o assentado se dedica à atividade agrícola desenvolvida no lote do Assentamento Camaquã, 2017.

Classe	Número de lotes
Menos de 5	9
Mais de 5	13
Mais de 10	10
Mais de 30	6

Fonte: trabalho de campo, 2017

Pelos dados coletados em campo, existiam, em 2017, 140 pessoas (65 femininos/ 75 masculinos) dentro do Assentamento Camaquã. Dessas, 43 somavam o número de mulheres entre mais de 18 anos e menos de 60 anos (30%). Já os homens, somavam 46 (32%). Sobre os idosos, existem mais idosos (16 pessoas, 11%) do que idosas (12 pessoas, 8,5%). Desconsiderando as crianças e os adolescentes, 81% dos habitantes do assentamento podem gerar renda ou obtê-la através programas sociais, como o programa Bolsa Família e as aposentadorias. Entretanto, vemos que mesmo com essa alta porcentagem, o tempo de domínio das atividades agrícolas realizadas em relação ao tempo de existência do Assentamento Camaquã possui uma defasagem de 6 anos em relação aos que estão a menos de 10 anos nos lotes (22 lotes), com os que estão a mais de 10 anos (16 lotes). Esses dados mostram que o pouco tempo de exercício da atividade agrícola²⁷ por parte dos assentados pode estar diretamente relacionado às dificuldades encontradas para crescimento da produção, em prejuízo ao consumo da família: a lógica urbana para aquisição de alimentos nos mercados é forte entre os lotes.

O formulário não possuía perguntas relacionadas à migração, apenas sobre a cidade natal do familiar que respondesse o mesmo (38 pessoas). Portanto, analisar as origens deste pequeno grupo de assentados não demonstraria todas as etapas de migração; ainda que a amostra possa ser considerada plausível (27% das 140 pessoas), entende-se que o tema migração no campo brasileiro exige uma investigação mais detalhada em referência às motivações, condições de saída e de chegada, ocupação na terra natal e na terra migrada, entre outros elementos (idade que migrou, condições de viagem e de estadia, sexo, presença ou não de familiares).

²⁷ Seja ela para a produção animal, seja para o cultivo diversificado de culturas, seja pelo processamento e beneficiamento de produtos; tendo baixa participação em mercados de produtos mais processados, ainda que artesanalmente.

Esta também se relaciona com a história ocupacional dos assentados, ainda que tenhamos o tempo em que se dedica à produção agrícola, não se investigou os antecedentes ocupacionais desses trabalhadores; dificultando então as análises sobre o caminho percorrido pelo mesmo, quais técnicas domina, o que sabe fazer, entre outros. Ambas as discussões (histórico ocupacional e migração/origem dos assentados) podem ser encontradas em Souza, Jorge, Gebara (2001).

Outros dados importantes sobre o trabalho familiar e principal atividade é, conseqüentemente, qual delas geram maior lucro (tabela 12). De acordo com os assentados, a pecuária e a criação²⁸ de outros animais são as atividades de maior renda. Nesta questão também se encontra um problema referente à própria pergunta. Sua resposta era dissertativa, podendo ser uma característica positiva, já que demonstraria o domínio, pelo próprio assentado, sobre a própria atividade realizada e sobre seu conceito. Entretanto, questões abertas podem representar equívocos em relação aos conceitos nomeados. Como exemplo, nas respostas obtidas pela pergunta 1.6, não houve a separação (por todos) entre qual tipo de pecuária o assentado pratica (se é de leite ou de corte – uma vez que no Brasil entende-se por pecuária a criação de gado e tudo o que a envolve, necessitando então uma separação entre os dois processos referentes ao gado e entre os outros animais); também não se sabe se o assentado respondeu como principal atividade a criação de animais, considerando o gado, uma vez que essa diferenciação não é nítida no corpo da pergunta. Outra dúvida é sobre o que o agricultor quis dizer com a resposta “agricultura”, sem identificar qual é o tipo de cultura praticada e se está somando à pecuária.

²⁸ Observa-se que as respostas foram dissertativas e que há uma diferença, já indicada, sobre produção de animais e criação de animais.

Tabela 12 - Principal atividade do realizada no lote, 2017

Produção	Número de lotes
Pecuária	16
Leite	9
Criação (frango, porcos, carneiros, outros)	14
Horta	9
Culturas específicas (apenas milho, cana, mandioca ou banana)	6
Outros (específicos, mas solitários: carvão, café, vassoura, pasto e agricultura em si)	10

Fonte: trabalho de campo, 2017

Considerando então que a produção mais recorrente no assentamento Camaquã seja a pecuária (gado e outros animais) e o cultivo de hortas, o pouco tempo de presença nos lotes (até 10 anos), manifesta-se na realização de tais atividades, já que essa produção não requer do agricultor uma mudança considerável em seu modo de organização, ou de grandes estruturas.

Apesar de estarem separadas, as questões relacionadas anteriormente ao autoconsumo também se fazem presente no elemento trabalho familiar. O conhecimento das práticas básicas exercidas é passado durante a realização dos trabalhos, diariamente; não tendo necessidade de frequência em cursos de especialização técnica. As práticas tradicionais caracterizam o modo de produção camponês e, também, colaboram para a manutenção cultural das famílias e dos locais (quando muitas famílias realizam as mesmas atividades).

Sobre o modo de produção camponês, entendido aqui como uma estrutura baseada em circuitos curtos e busca afastar-se do controle hegemônico (PLOEG, 2008), considera-se também as definições encontradas em Oliveira (2007), Ploeg (2009), e na discussão de Marques (2008).

O que pode diferenciar as famílias, portanto, é o acesso a maquinaria, seja por financiamentos para compra, ou por empréstimo/aluguel dos serviços. No município de Ipeúna, a Casa da Agricultura disponibiliza alguns serviços de maquinaria (tratores, arados, grades), com um custo inferior ao cobrado por outros prestadores desse serviço (tabela 14) a partir da

aquisição pelo programa de Patrulha Agrícola²⁹. Na tabela 13 encontra-se o número total de equipamentos existentes no Assentamento Camaquã (no ano de 2017), identificados na figura 12.

Tabela 13 - Lotes que possuem equipamentos para trabalho, 2017

Tipo de equipamento	Número de lotes
Trator	15
Colheitadeira	1
Semeadeira	1
Máquina de despolar grãos	0
Arado de tração animal/mecânico	10
Tanque de Resfriamento/ Câmara Fria	3
Ordenhadeira	1
Outros	8
Não tem	18

Fonte: trabalho de campo, 2017

²⁹ Maquinário adquirido através do programa de Patrulha Agrícola, em uma parceria entre a secretaria de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entregando kits de maquinários aos municípios paulistas.

Figura 17 - Equipamentos presentes em alguns lotes do Assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Observa-se que menos da metade dos agricultores (15 lotes) possuem tratores e arados, maquinário quase essencial para o trabalho agrícola, principalmente se a produção se voltar ao cultivo – mesmo que a alternativa ao mecânico seja o puxado por animais. Quanto ao uso de maquinários que não possui, 22 lotes (tabela 14) preferem pagar pelo serviço oferecido pela prefeitura de Ipeúna, devido seu menor custo.

A queixa quanto ao serviço prestado pela prefeitura de Ipeúna é sobre o não cumprimento dos prazos agendados. Muitos agricultores relataram que já perderam a época de plantio, porque a prefeitura não cumpre com o agendamento realizado. Esses serviços são, em geral, formação de canteiros, arar a terra para novo plantio e destoca dos eucaliptos ainda presentes do antigo horto.

Tabela 14 - O que os agricultores do Assentamento Camaquã fazem quando não possuem o equipamento, 2017

Atitude	Número de lotes
Aluga	13
Toma emprestado	2
Paga pelo serviço (prefeitura)	22
Executa de forma manual	3

Fonte: trabalho de campo, 2017

Para o cálculo do nível tecnológico encontrado no Assentamento Camaquã, utilizamos ferramentas estatísticas para encontrar as classes, as frequências em que cada classe se repete e, posteriormente, a classificação em quatro níveis tecnológicos: baixo, médio, médio-alto, alto. A questão que levantou tais dados buscava saber se o agricultor realiza alguma das 15 atividades elencadas; se houvesse outra forma de trabalho, o agricultor poderia indicar. Das 15 atividades listadas, apenas 2 não receberam nenhuma indicação: inseminação artificial e outros. Para a primeira, os aplicadores do questionário e os assentados entendiam como sendo a prática de inseminação artificial para selecionar e garantir a reprodução dos rebanhos. A segunda também não recebeu nenhuma resposta. Um exemplo de indicação positiva seria as práticas orgânicas nas plantações, práticas para o bem estar animal, ou ainda a existência de um sistema agroflorestal (SAF).

Para a tabulação, interpretação e análise desses dados, além da contagem inicial das respostas, indicou-se que as práticas deveriam receber um peso diferente, entendendo que cada uma delas necessitam de condições, saberes e capital para serem desenvolvidas e praticadas. No quadro 1 encontram-se as 13 práticas na produção. Deu-se peso 1 às práticas que não exigem um conhecimento técnico em específico. Peso 2 para as práticas que exigem experiência ou cursos e baixo capital para sua realização. A classe 3 indica alta necessidade de aplicação de capital e de um conhecimento específico sobre suas necessidades de realização. A prática de queimada foi numerada como negativa, compreendida como não necessária ao modelo de agricultura realizado no Assentamento e na região em que se localiza.

Antes, é necessário explicar que a valoração dessas práticas parte de uma realidade regional em que o Assentamento se encontra. As práticas de queimada no estado de São Paulo, por exemplo, passam pela Lei nº 10.547, de 02/05/2000, não sendo liberadas à toda e qualquer área (SÃO PAULO, 2000). Além disso, soma-se o histórico de queimadas oriundas da produção canavieira desde os anos de 1970 e que hoje são regulamentadas e fiscalizadas. As demais

valorações também consideram a realidade regional e padrão técnico observado e encontrado na mesma, que é alto em comparação ao encontrado no Assentamento.

Quadro 1 - Práticas agrícolas identificadas no Assentamento Camaquã, 2017

Rotação de terras	1
Rotação de culturas	2
Rotação de culturas e pastagem	2
Inseminação/reprodução de matrizes	3
Queimada	-1
Irrigação	3
Estufa	1
Vacinação animal	1
Correção de solo	2
Adubação	1
Adoção de Curvas de nível	1
Análises laboratoriais de solo	2
Análises laboratoriais de água	3

Fonte: trabalho de campo, 2017

Depois de elencá-los, fez-se a contagem, por lote, do valor do nível tecnológico encontrado. Evitando expor os dados específicos dos lotes, na tabela 15 encontram-se os valores referentes às somas encontradas, agrupando-os quando apareciam em mais de um.

Tabela 15 - Valores dos níveis tecnológicos encontrados nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017

Valor do nível tecnológico encontrado	Número de lotes
1	2
2	2
4	3
5	1
6	2
7	5
8	2
9	1
10	1
11	3
12	2
13	3
14	1
15	7
23	1

Fonte: trabalho de campo, 2017

Para que o exercício estatístico fosse realizado, fez-se a divisão entre o número total do nível tecnológico de cada lote pelo número de atividades elencadas:

$$\text{Valor da amostra} = \frac{\text{valor total do nível tecnológico encontrado (por lote)}}{\text{número de atividades elencadas}}$$

Os valores encontrados foram organizados no quadro 2, em ordem crescente, para evitar que os dados específicos de cada lote sejam divulgados. Observa-se que, no quadro, existem 36 amostras, enquanto o número total de lotes visitados do Assentamento Camaquã soma 39. Essa diferença se justifica por duas condições: dois lotes não possuíam produção (agrícola e animais), e um lote não foi possível aplicação do formulário, mesmo com muitas tentativas.

Quadro 2 - Valores das amostras, por lote, em ordem decrescente, do Assentamento Camaquã, 2017

0,076923077	0,076923077	0,153846154	0,153846154	0,307692308	0,307692308
0,307692308	0,384615385	0,461538462	0,461538462	0,538461538	0,538461538
0,538461538	0,538461538	0,538461538	0,615384615	0,615384615	0,692307692
0,769230769	0,846153846	0,846153846	0,846153846	0,923076923	0,923076923
1	1	1	1,076923077	1,153846154	1,153846154
1,153846154	1,153846154	1,153846154	1,153846154	1,153846154	1,769230769

Fonte: trabalho de campo, 2017

Com os valores amostrais encontrados, buscou-se a distribuição da frequência com que cada classe aparece e, depois, os intervalos de classe. Para encontrar o número de classe de intervalos, fez-se uso da fórmula de Struger (indicado pela letra k). O valor encontrado foi 6. Significa dizer que, dos 35 lotes analisados nesse cálculo, poderá haver, no máximo, 6 classes que podem indicar o nível tecnológico dos lotes.

Fórmula de Struger (k)

$$k = 1 + 3,33 \cdot \log_{10}^n$$

$$k = 1 + 3,33 \cdot \log_{10}^{36}$$

$$k = 6,1824 \cong 6$$

Em seguida, calculou-se a amplitude da amostra (AA) para que fosse possível, depois, encontrar a amplitude de classe (h).

Amplitude da amostra (AA)

$$AA = X_{máx} - X_{mín}$$

$$AA = 1,7692 - 0,0769$$

$$AA \cong 1,7$$

A amplitude da classe indicará qual será o intervalo correspondente para cada uma das 6 classes apontadas pela fórmula de Struger. Neste exercício, o intervalo será de 0,2833.

Amplitude da classe (h)

$$h = \frac{AA}{k}$$

$$h = \frac{1,7}{6}$$

$$h = 0,2833$$

Encontrado o valor da diferença que cada classe deverá ter (0,2833), fez-se então o agrupamento, a partir dos valores do quadro 2. Para a primeira classe, somou-se junto ao menor número encontrado no quadro 2 (0,0769) o valor da amplitude de classe (0,2833), dando o resultado de 0,3602. Para a próxima classe, soma-se, novamente, o valor da amplitude de classe; e assim sucessivamente, até que o último valor deverá ser igual ao maior valor encontrado no quadro 2 (no caso deste exercício, as divisões possuíam mais de 4 casas decimais, por isso a não exatidão nos valores finais). Na tabela 16 localizam-se as classes e os intervalos.

Nesta mesma tabela também se encontram calculados a frequência absoluta (fi) e a frequência relativa (fire). A frequência absoluta demonstra quantas amostras pertencem a cada classe calculada: neste exercício, a classe 1 possui 7 valores pertencentes a si, a classe 2 possui 10 valores, e assim sucessivamente. Já a frequência relativa calcula a porcentagem de cada uma dessas classe em relação ao total.

Tabela 16 - Tabela de frequência das classes

k	h	fi	fire (%)
1	0,0769 + 0,3602	7	20
2	0,3602 + 0,6435	10	28
3	0,6435 + 0,9268	5	14
4	0,9268 + 1,2101	13	37
5	1,2101 + 1,4934	0	0
6	1,4934 + 1,7767	1	2

Fonte: trabalho de campo, 2017

Encontradas as classes, a amplitude e as frequências, organizou-se os dados em quatro grupos, a fim de permitir a análise e interpretação dos níveis tecnológicos. Para o baixo nível tecnológico, utilizou-se o número de lotes encontrados no intervalo de classe 1, somando 7 lotes. Para o nível tecnológico médio, agrupou-se os números de lotes das classes 2 e 3, somando 15 lotes. Ao nível médio-alto, utilizou-se o valor da classe 4, somando 13 lotes. Por fim, para o alto nível tecnológico, utilizou-se a classe 6, indicando 1 lote apenas. Observa-se que a classe 5 não possui representantes.

Quadro 3 - Nível tecnológico dos lotes no Assentamento Camaquã, 2017

CLASSIFICAÇÃO DO NÍVEL TECNOLÓGICO	NÚMERO DE CLASSES	NÚMERO DE LOTES CLASSIFICADOS.
Indica uso de baixo nível tecnológico para atividades de agricultura e pecuária.	1	7
Indica uso de médio nível tecnológico para atividades de agricultura e pecuária.	2 e 3	15
Indica uso de médio-alto nível tecnológico para atividades de agricultura e pecuária.	4	13
Indica uso de alto nível tecnológico para atividades de agricultura e pecuária.	6	1

Fonte: trabalho de campo, 2017

Os valores achados demonstram que o nível tecnológico encontrado no assentamento é médio e médio-alto, confirmando que, mesmo não possuindo o maquinário necessários, os assentados conseguem realizar suas atividades. O número isolado de alto nível tecnológico demonstra um afastamento, causado pelo acesso à condições financeiras confortáveis, organização administrativa e de trabalho. Já os 7 lotes que apresentam baixo nível tecnológico correspondem aos agricultores que não se enquadram, por questões sociais, educacionais ou econômicas, às novas técnicas de produção. Acredita-se que uma ação coletiva do Assentamento a fim de adquirirem maquinário para uso comum, transmissão e compartilhamento de ideias e saberes, possibilitaria um desenvolvimento mais homogêneo entre os assentados.

Quanto às perguntas voltadas aos insumos utilizados na produção (tabela 17), a configuração da questão buscava saber se tais insumos eram industrializados, de origem orgânica ou natural, uma vez que o município possui o título de capital da agricultura natural³⁰. Observa-se que as respostas, como ocorreu em outras perguntas, não seguiram um padrão, mesmo a pergunta sendo fechada (contendo alternativas); justamente pelo fato da não explicação dos conceitos orgânico e natural (detalhe observado durante o trabalho de campo). Acredita-se que muitos agricultores comprem e utilizam sementes modificadas geneticamente

³⁰ Lei municipal nº 1.228, de 26 de novembro de 2015.

sem saber. O conceito de agricultura natural parte dos ensinamentos de Mokiti Okada, o qual prevê a produção agrícola através da utilização máxima dos recursos ecológicos e de saúde do solo cultivado, sem o uso de aditivos sintéticos, buscando uma harmonia entre os seres envolvidos (plantas, animais e homens) (MIYASAKA, 1993). Já o conceito de orgânico refere-se às normas e recomendações para a produção e recebimento de certificação, através da utilização de insumos naturais, como esterco, compostagem, técnicas de rotação de cultura, entre outras condições (DULLEY, 2003).

Tabela 17 - Insumos utilizados pelos agricultores do Assentamento Camaquã, 2017

Insumo	Industrializado	Orgânico / Natural
Sementes	21	11
Adubo	19	15
Corretivos/ calcário	21	0
Fungicidas	07	0
Herbicidas	15	0
Inseticidas	10	0
Ração	26	0

Fonte: trabalho de campo, 2017

Nota-se que, apesar de 11 assentados responderem que usam sementes orgânicas ou naturais, 15 deles responderam usar herbicidas e 10 responderam usar inseticidas. Sabe-se que para uma produção orgânica ser reconhecida e receber certificação de produção orgânica, não apenas a localidade da produção deve seguir padrões rígidos de não uso de agrotóxicos, como também seu entorno; justificado pelo transporte aéreo ou por meio da água desses agrotóxicos até a produção que tenta se manter pura. Outro fator importante é a necessidade de insetos na manutenção da produção orgânica, seja no controle de pragas, como as joaninhas e os besouros, seja na polinização, como as abelhas. O uso de químicos em outras áreas diminui região em que essas espécies podem viver e, conseqüentemente, prejudicam o ecossistema local e as produções que necessitam destes serviços ambientais.

Observando a quantidade de insumos industrializados que os assentados usam, é possível também perceber uma dependência produtiva – ainda que pequena como um lote do Assentamento – de materiais originados do segundo setor, concomitante à extração da renda da terra por parte deste, no momento da compra dos insumos pelo assentado. A relação de dependência direta entre o pequeno produtor – que não mantém um modelo produtivo

campeño – com a indústria, normaliza e aprofunda a exploração do grande capital, seja em pequenas propriedades privadas, seja em assentamentos rurais. O conceito de dependência produtiva é utilizado nas discussões sobre economia de custos de transação (ECT), analisando as cadeias produtivas e as relações entre empresas e fornecedores vinculados; em que a dependência é total, uma vez que o fornecimento deve seguir as exigências e normas de qualidade da empresa. Sobre isso, ver Fonseca, Braga (2017). No caso do Assentamento Camaquã, refere-se à dependência dos insumos e condições produtivas, em relação ao modo de produção capitalista e modernização da agricultura, a qual impõe aos agricultores a homogeneização produtiva.

Concomitante aos insumos e maquinários existentes nos lotes, as estruturas para que a produção ocorra também foram pesquisadas. De acordo com a tabela 18, as estruturas que mais aparecem nos lotes caracterizam-se pela baixa necessidade de recurso financeiros e materiais para sua construção.

Tabela 18 – Tipos de construção para à produção presentes nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017

Construção	Número de lotes
Barracão	21
Silo	2
Galpão	4
Curral	27
Galinheiro	27
Chiqueiro	27

Fonte: trabalho de campo, 2017

Os chiqueiros, galinheiros e currais são construídos a partir de madeiras e de materiais de construção e demolição. Outros, não apresentam uma preocupação, por parte dos assentados, sobre o bem estar animal. O mosaico de fotos na figura 18 indicam tais situações. As aves passam o dia soltas (galinhas, patos, gansos). Além dos animais de criação e produção, também existem muitos cães e gatos, em praticamente todos os lotes. Alguns assentados compartilharam que é comum pessoas abandonarem os animais nas estradas rurais, como as do Assentamento Camaquã.

Figura 18 - Condições das estruturas para os animais nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Os agricultores também foram questionados sobre a produção e reprodução de uma agricultura orgânica ou natural. Perguntou-se se eles conheciam esse modelo, que obteve 35 respostas positivas e 3 negativas. Perguntou-se também se teriam interesse em trabalhar com produtos orgânicos, indicando 30 respostas positivas e 8 negativas. Esses dados apontam três coisas. A primeira, que a proximidade do Assentamento Camaquã com a fazenda da Fundação Mokiti Okada e ao abatedouro de aves da Korin levaram ao conhecimento e dispersão da existência de uma forma alternativa de produção agrícola. A segunda indicação, refere-se ao interesse que muitos possuem em produzir produtos orgânicos, e que saber de seu maior valor agregado na comercialização.

Porém, a terceira condição que esses dados demonstram é justamente esse desconhecimento das práticas orgânicas na produção, relacionado às respostas referentes ao uso de herbicidas, inseticidas e fungicidas nos lotes; somado à proximidade espacial com a produção canavieira no município de Ipeúna (385000 toneladas de cana produzidas no ano de 2017 [IBGE, 2019]); condições estas que dificultariam a certificação dos lotes como adequados à esse tipo de produção. Além disso, a mão de obra precisaria adquirir novo conhecimento

referente ao manejo da plantação (desde o preparo até sua comercialização), exigindo uma alteração no modo de fazer que esses agricultores carregam consigo há anos.

Os agricultores reconhecem que a agricultura orgânica exerce importância na saúde da população e no seu maior valor agregado para comercialização, mas admitem que tais práticas exigem um cuidado maior durante a produção e transporte, além de demandarem maior conhecimento e necessidade de estudos, mesmo apenas a frequência em algum curso de capacitação; o que acaba por afastá-los desse modelo produtivo.

Indicando, portanto, a capacitação do agricultor independente do modelo produtivo que este adota, foram perguntadas quais os apoios técnicos chegam até eles. Apoio esse técnico em si – referente à produção agrícola e pecuária a assistência empresarial – questões administrativas da produção -, e o apoio – financiamentos e empréstimos. Sobre a assistência técnica, 27 assentados assinalam que a recebem através da Casa da Agricultura do município de Ipeúna e do próprio ITESP. 11 assentados responderam que nunca receberam assistência técnica. Observa-se uma dependência do setor público em relação a demanda de trabalho dos assentados (Prefeitura municipal de Ipeúna e ITESP). Além disso, soma-se o trabalho da assistência técnica e extensão rural (ATER) fornecida pelo próprio ITESP, gratuitamente, através de técnicos agrícolas, engenheiros agrônomos e veterinários.

Sobre a assistência empresarial, 29 assentados responderam que nunca receberam ou participaram de ações voltadas a esfera administrativa em si; o que sugere a baixa importância dada pelos assentados aos erros e acertos no desempenho administrativo da produção. Apenas 8 assentados indicaram ter participado de capacitações junto ao sindicato, associação, SENAR, entre outros. Por fim, os apoios financeiros vieram, em sua maioria, de programas do governo federal (PRONAF) e de empréstimos junto aos bancos estatais, somando apenas 16 respostas positivas, sendo menos da metade dos assentados tenham sido atendidos por tais políticas.

Interpreta-se que não apenas os apoios oriundos de instituições são importantes para a continuidade do trabalho nos lotes, mas também outras formas de promoção da reprodução familiar. Um exemplo são as rendas oriundas de programas sociais e da previdência social. Na construção do formulário, foi dada maior atenção à existência ou não de renda a partir da previdência social e qual o destino dado. Os programas sociais não foram computados.

Assim, como indicado no capítulo III, em 20 lotes (de 38) são encontradas rendas de origem junto à previdência social. Buscou-se saber qual era o destino desta quantia. 9 assentados responderam que o dinheiro vai para a manutenção do lote, como sementes, animais, consertos, entre outras coisas vinculadas à produção. 18 assentados responderam que a renda

oriunda das aposentadorias é utilizada dentro da casa, com compra de remédios, alimentos e pagamento de contas. Os valores totais não somam 20 pois muitas famílias indicaram que a aposentadoria contribui tanto para a manutenção da propriedade como da família. Mesmo assim, a maioria indicou que a renda tem destino a compra de produtos para a manutenção de suas famílias.

Essa finalidade dada à renda de aposentadoria colabora nas análises referente aos componentes das práticas de autoconsumo dos assentados, caminhando no sentido da garantia de que os produtos alimentícios são garantidos pela aposentadoria, bem como a compra de remédios. Tais condições mostram que apesar de terem um baixo grau de segurança alimentar dentro do próprio lote, eles conseguem se manter a partir das compras feitas nos mercados; o que sugere, além dessa falsa segurança alimentar, um mal uso do espaço do próprio lote para produção de alimentos à própria família.

Outros caminhos para que o trabalho dos agricultores ganhe visibilidade e maior expressão são os comunitários formados pelos próprios assentados, que coletivamente conseguem comprar insumos e vender a produção de uma forma menos competitiva e mais colaborativa entre eles. Os assentados foram perguntados sobre o tema, a saber se são associados à alguma instituição (tabela 19), e o que pensam sobre o tema.

Tabela 19 - Instituições que os agricultores do Assentamento Camaquã estão vinculados, 2017

Instituição	Número de lotes
Sindicato	3
Cooperativa/ Associação	11
Partido político	4
Nenhuma instituição	25

Fonte: trabalho de campo, 2017

Mesmo respondendo que sim, que é importante aos assentados e pequenos agricultores se filiarem à alguma instituição coletiva a fim de buscarem melhorias na produção, competitividade e renda (35 respostas positivas), o número de assentados que não são filiados a nenhuma instituição é alto (25 famílias). A contradição é possível de ser identificada na entrevista com M e J, na qual há relatos de que o assentamento não mais atua coletivamente e não possui um representante (presidente da associação) que seja interessado em questões coletivas, o que prejudica o caminhar comum do assentamento. Essas questões se relacionam

também à alta rotatividade de assentados nos lotes, os quais não estiveram lá desde sua formação, e não possuem uma práxis coletiva, passíveis de observação nas respostas dadas e no trabalho de campo.

A dificuldade em se fixarem, produzirem e comercializarem o quanto gostariam, bem como os demais problemas relacionados ao trabalho familiar e ao trabalho no campo, podem ser identificados a partir da visão que a sociedade e os próprios assentados possuem sobre seu trabalho, a função de seu trabalho na sociedade, e para si mesmos. Na tabela 20 encontram-se as respostas dadas pelos agricultores em referência ao seu papel na sociedade.

Tabela 20 - Funções que os agricultores do Assentamento Camaquã julgam pertencerem a si, 2017

Função	Número de lotes
Produção de alimentos	27
Preservação do meio ambiente	17
Manutenção das tradições rurais	10
Fonte de renda para a família	9

Fonte: trabalho de campo, 2017

A questão aceitava mais de uma resposta. Mais da metade deles (27 respostas) reconhece que a principal função dos agricultores é a produção de alimentos, mesmo este não sendo a realidade dos assentados. A problemática encontra-se na não generalidade da resposta positiva para a função de produção de alimentos, uma vez que, enquanto pequenos produtores, com mão de obra familiar e participantes de um assentamento rural, poderiam construir uma condição coletiva favorável ao crescimento produtivo voltado aos alimentos de maneira comum.

A conservação do meio ambiente e as tradições rurais aparecem em segundo plano, sejam de respostas sejam de importância. Poucos assentados souberam explicar, para além do senso comum, o porquê eles são tão importantes para a proteção e conservação dos bens naturais, como a água, fauna, flora e paisagens.

Dentre todos os elementos que compõem o trabalho familiar, observa-se que o as práticas nos lotes caminham para uma alienação territorial, devido, principalmente, à dependência de insumos industriais, de um único modelo produtivo, de baixa diversificação produtiva e da baixa tecnologia (mesmo que alguns lotes até possuam ordenhadeiras ou um número maior de rebanho e mão de obra adulta na família). São também dependentes de

empréstimo e de contratação de serviços caso necessitem de maquinário especializado, o que atrasa os períodos de plantio e colheita. Mesmo interessados em uma produção orgânica (o que indicaria um nível ainda que pequeno, mas importante de constructo territorial) e sendo vizinhos da fazenda Mokiti Okada e abatedouro Korin, os assentados reconhecem que o modelo produtivo orgânico exigiria uma demanda maior de trabalho e de cuidados, bem como mudanças em práticas enraizadas, como o uso de herbicidas e os cuidados maiores devido à proximidade com as lavouras de cana.

4.1.3 Consumo intermediário

Este elemento constituinte das práticas socioespaciais caracteriza-se tanto pelos componentes do autoconsumo, como do trabalho. Já mencionado anteriormente, o consumo intermediário está presente tanto no uso pessoal (alimentos, medicamentos), como no uso para a produção (insumos, animais, crédito), sendo então a diferença entre aquilo que é adquirido fora do espaço do lote e o que é confeccionada dentro do espaço do lote. Assim, devido às práticas de autoconsumo e de trabalho familiar se aproximarem de práticas que alienam os territórios, o consumo intermediário no Assentamento Camaquã é entendido como alto, sendo receptor de ordens externas e não expressando poderes para fora de seu território; sendo um receptáculo dos poderes externos.

Entende-se que, mesmo com as práticas de autoconsumo existindo, elas não são suficientes para gerarem um enfrentamento do Assentamento às condições externas e, assim, possibilitar uma autonomia local; uma vez que a coletividade não atua favorável à unidade maior, que é formada pelo Assentamento como um todo. Observa-se que o Assentamento é submisso ao modelo produtivo industrial e, portanto, não atinge uma autonomia, a fim de possibilitar a geração de insumos e alimentos suficientes para manutenção das famílias e da produção. Um exemplo é a não produção de mudas de hortaliças nos lotes e no Assentamento como um todo: os assentados dependem da compra em empresas especializadas, quando conseguem comprar

A transferência da renda da terra também é observada neste componente, já que para produzir, o assentado necessita comprar todos os insumos e, assim, transfere para o mercado a renda obtida anteriormente. Na sequência à venda, o agricultor novamente transfere a renda da terra, já que o produto é vendido a um baixo valor.

4.1.4 Circuito curto de comercialização e Circuitos longos de Comercialização

Neste trabalho, consideram-se positivas todas as formas e estruturas que fazem o pequeno produtor agrícola e os assentados rurais se tornarem independentes dos grandes mercados, tanto para venda como para compra de produtos e insumos. Para tanto, olhar os

circuitos curtos e longos de comercialização presentes no Assentamento Camaquã permite a compreensão do nível de exercício de poder próprio, além do grau de sujeição ao grande mercado. Os circuitos curtos, aqui, entendidos como a proximidade entre produtor e consumidor (RETIÈRE, 2014). Já os circuitos longos, são os circuitos formados por atravessadores, baixo valor agregado ao pequeno produtor e maior homogeneidade nos produtos (SOUZA; CABERO DIEGUES; 2012)

Como indicado nos itens anteriores, trabalho familiar, autoconsumo e consumo intermediário, os assentados dependem dos circuitos longos de comercialização para adquirirem insumos para uso na produção e produtos para consumo familiar, como os alimentos industrializados – itens indispensáveis para a reprodução das famílias no campo. A produção voltada aos circuitos longos refere-se ao cultivo de cana, eucalipto (lenha e carvão) e leite (que vai para o laticínio). Essas informações foram obtidas durante as conversas com os assentados, e não foram registradas nos formulários.

Em referência aos circuitos curtos, observa-se que estes são mantidos através da venda direta no lote (de hortaliças, animais abatidos e limpos, leite e queijos – dos que os fazem) e da forma própria de cada assentado. Mas tal comercialização não surge como essencial. Outros modelos ocorrem concomitantes, como a venda para varejões e quitandas, e a entrega de alimentos ao PAA (Programa de Alimentação Escolar) no município de Ipeúna. A participação em feiras é mínima, mas a venda em caminhões parados nas ruas de Ipeúna e Rio Claro ocorrem semanalmente.

Mesmo que haja movimentos favoráveis aos circuitos curtos de comercialização, estes não conseguem fortalecer o assentamento como local de produção de alimentos e de abastecimento, tanto do município de Ipeúna, como do próprio Assentamento em si. Essas condições favorecem a permanência dos circuitos longos de comercialização, tornando o assentado apenas um fornecedor de matéria prima, extraindo a renda da terra sem que esta seja valorada como deveria.

Além disso, a dependência de produtos e insumos externos ao assentamento também corroboram para uma maior influência dos mercados e instituições externas ao assentamento atuarem em seu território. Dessa forma, observamos uma tendência à alienação territorial e à comoditização da produção em territórios de reforma agrária, seja pela força dos circuitos longos, seja pelo frágil circuito curto de comercialização.

4.1.5 Conservação ambiental

O elemento que trata exclusivamente das condições de conservação ambiental para o Assentamento Camaquã considera fatores físicos naturais em si – corpos d'água e vegetação –

, como ações humanas que estão diretamente ligadas e relacionadas às ações que visam melhorias na relação homem-natureza, seja em meio urbano ou não. Tendo em vista que o Assentamento Camaquã se encontra em dois municípios que fazem parte de duas Áreas de Proteção Ambiental (APAs), e que o município de Ipeúna recebe a titulação de capital da agricultura natural, entende-se que as questões ambientais são importantes e podem, inclusive, ajudar a promover melhorias locais. Para este elemento, abarca-se não apenas as relações ecológicas entre homem e natureza, mas também as relações subjetivas referentes ao modo capitalista e suas repercussões (MARQUES, 2019).

No formulário aplicado no ano de 2017, as questões voltadas ao meio ambiente buscavam saber quais eram os tipos de bens naturais e de que forma eles apareciam nos lotes. Ainda que sem o domínio dos conceitos, tanto na formulação das questões, como nas respostas dos agricultores, as respostas encontradas condizem com a configuração da bacia hidrográfica local.

As nascentes são as formas que mais aparecem nos lotes (28 respostas), seguidas da captação de água por perfuração até alcançar o lençol freático (26 respostas), ambas na tabela 21. Ressalta-se que o assentado poderia ter mais de uma resposta para essa questão.

Tabela 21 - Oferta hídrica nos lotes

Tipo de corpo d'água	Número total no assentamento *
Rio/ Córrego	18
Lago/ Lagoa/ Represa	18
Nascente	28
Poço artesiano/ captação por perfuração	26

*possível mais de uma resposta por lote. Fonte: trabalho de campo, 2017

Na figura 19, encontra-se uma caixa d'água do próprio ITESP, para abastecimento dos lotes que não possuem poços. Entretanto, em relatos durante a aplicação dos formulários, muitos assentados (em sua maioria localizados na área oeste do assentamento) reclamaram da falta de água nos lotes, e que esta demanda é de responsabilidade do ITESP. Lotes que estão em frente e próximos à essa caixa d'água não conseguem manter um abastecimento contínuo e seguro.

Figura 19 - Caixa d'água do ITESP para abastecimento de lotes do Assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Em referência à vegetação, a questão também continha problemas de conceituação, tanto nas respostas como no momento da aplicação. Assim, para esse trabalho, entendemos que tanto as áreas de preservação permanente, mata ciliares e reserva legal, foram consideradas áreas com presença de mata nativa. As respostas, contidas na tabela 22 indicam que todos os lotes possuem uma área preservada, seja de mata nativa, seja de restos do antigo horto florestal (observáveis na figura 3). Quatro assentados entendem e responderam que há reflorestamento em seus lotes. As informações não foram confirmadas em campo.

Pelas imagens satelitais, é possível observar que existem sim áreas de vegetação conservada da região do Assentamento Camaquã. Entretanto, estas seguem a necessidade da legislação ambiental, não formando um corredor entre os lotes, mas sim pequenas ilhas.

Tabela 22 - Vegetação encontrada nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017

Tipo de vegetação	Número de lotes*
Mata nativa (APP, Mata ciliar, reserva legal)	65
Reflorestamento	4

*Possível mais de uma resposta por lote. Fonte: trabalho de campo, 2017.

As análises referentes aos comportamentos sociais junto ao meio ambiente (entendendo, agora, de forma separada) buscaram respostas sobre o tipo de relação que os assentados possuem com o meio, se estes se consideram como parte do meio ambiente, ou se veem como um ser afastado dela. Em consequência, além do que já se sabe sobre o uso de agrotóxicos e outros insumos químicos industrializados, preocupa-se com o tipo de destinação dado aos dejetos das casas e dos animais.

Nas respostas referentes ao tema, em 35 casas, segundo os próprios assentados, prevalece a utilização de fossas para coleta e descarte de esgoto. As fossas abertas caracterizam-se por serem um buraco fundo em alguma área afastada da casa, em que recebe todo o dejetos descartado nos canos das casas (principalmente cozinha e banheiro). Esses buracos possuem como parâmetro a distância da casa, em princípio, e se há um desnível, para facilitar o escoamento.

O motivo pela preocupação do uso de tal modelo refere-se ao não tratamento de do material descartado, e a sua proximidade com o lençol freático no qual abastecem os demais lotes vizinhos. Mesmo que o poço esteja de um lado e a fossa em direção oposta, a contaminação pode acontecer por infiltração do material biológico no solo e na água, que posteriormente serão usados para consumo e produção. Cinco assentados responderam que possuem o modelo séptico de fossas, que se caracterizam por uma construção que busca tratar, mesmo que pouco, os dejetos descartados, evitando contaminação do solo e da água.

Alguns assentados compreendem a necessidade de cuidado com a água e de manter uma vegetação fechada por perto. Entretanto, poucos percebem o problema das fossas abertas, do não uso completo e adequado do espaço do lote, seja para melhorias na produção, seja para condições melhores de disponibilidade de bens naturais.

Em relação aos dejetos dos animais, muitos entenderam apenas a partir dos esterco do gado e de frangos (tabela 23). As respostas foram dissertativas, e agrupou-se as mais parecidas. 12 assentados responderam que deixam o esterco no próprio pasto. Outros 12 disseram que recolhem e usam como adubo (esterco de gado e de frangos). 13 assentados não responderam, o que demonstra um número alto de agricultores não preocupados com os dejetos e que, em consequência, não sabem da possibilidade de reutilização, seja como adubo, seja como fonte de biogás em fossas biodigestoras. Sobre esse tema, ver Novaes et al (2006) e Costa, Guilhoto (2014).

Tabela 23 - Destino dos dejetos dos animais nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017

Ação*	Número de lotes
Deixa no pasto	12
Usa como adubo na produção agrícola	12
Enterra	1
Não respondeu	13

*As respostas foram dissertativas. Por agrupamento, encontraram-se 3 tipos de uso. Os valores correspondem ao total do assentamento. Fonte: trabalho de campo, 2017.

De qualquer forma, e como já observado anteriormente, os assentados não possuem uma visão totalizadora sobre sua relação e dependência direta da natureza. Carregam consigo ainda práticas que já foram desmistificadas, indicando uma visão tradicional do que é viver no campo e da relação homem – meio. Práticas agroflorestais e de uso e reuso completo dos recursos e bens disponíveis não são encontrados nos lotes; somado ao uso de insumos químicos, como indicado no item trabalho familiar.

Alguns assentados, inclusive, reclamam dessa legislação e da cobrança maior sobre os pequenos agricultores na execução das normas ambientais. Reclamação esta plausível, uma vez que a fiscalização é quase nula sobre os latifundiários³¹. Entretanto, ao ignorarem a potencialidade de uma produção relacionada diretamente com a conservação ambiental, esses agricultores acabam por perderem mais uma forma de praticarem a construção de seu território, seguro em alimentos, em trabalho e em bens naturais e comuns, como a água e qualidade do solo.

Além disso, durante o campo foi observado a questão do lixo, em si, dentro e fora dos lotes. Muitas garrafas e embalagens são encontradas nas estradas e dentro dos lotes. Em um dos lotes foi possível fotografar o descarte irregular e a queima/incineração dos materiais descartados. Neles encontram-se plástico, tecido, papel, material orgânico, entre outros (figura 20). Ao fundo da foto, a formação geológica que é uma das justificativas para a busca da nomeação como município de interesse turístico.

³¹ Relacionadas à questões de grilagem cadastro ambiental rural conflituoso, entre outras questões agrárias, encontradas nas produções do Professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira (OLIVEIRA, A. U. Violência e Barbárie: a grilagem de terras no Brasil. In: CANUTO, A.; SILVA, C.R.; AFONSO, J. B. G.. (Org.). Conflitos no Campo Brasil 2005. 1ªed. Goiânia-GO: CPT Nacional Brasil, 2006, v. 1, p. 20-38.) entre outras produções.

Figura 20 - Descarte inadequado de resíduos encontrado em um dos lotes do Assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

De maneira geral, o assentamento possui um tipo de solo argiloso vermelho-amarelo (IPEÚNA, 2015) . O solo de cor mais avermelhada é encontrado próximo aos lotes de numeração inicial; e um outro solo, mais amarelado, encontrado no restante do assentamento. As figuras 21 e 22 indicam tais condições. Ressalta-se que, ao lado do assentamento, além das instalações do Centro de Pesquisas Mokiti Okada e da Korin, localiza-se uma mineração para extração de argila (figura 23). Além disso, a região do Assentamento Camaquã está sobre 3 formações geológicas, que qualificam o tipo de solo encontrado. São as formações Pirambóia (arenitos), Corumbataí (argilitos) e Rio Claro (arenitos) (IPEÚNA, 2015).

Figura 21 - solo argiloso de cor mais avermelhada encontrado nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017.



Fonte: trabalho de campo, 2017

Figura 22 - solo argiloso com cor mais amarelada nos lotes do Assentamento Camaquã, 2017.



Fonte: trabalho de campo, 2017

Figura 23 - Extração de argila próxima ao Assentamento Camaquã, 2017.



Fonte: trabalho de campo, 2017

Sendo assim, conclui-se que, em relação às questões ambientais e de conservação ambiental, o assentamento Camaquã distancia-se das práticas de autonomia e da construção de um território rico em bens naturais e coletivamente pensado. As práticas tradicionais mostram que os assentados não possuem uma visão coletiva das necessidades ambientais e de que poderiam gerar uma maior renda pela inclusão de novas práticas de trabalho, agregando maior valor aos produtos; levando à aproximação de práticas que os alienam de seu próprio território.

4.1.6 Qualidade de Vida

Para entender a qualidade de vida dos assentados, utilizamos também dados do formulário aplicado no ano de 2017. Para isso, somada às análises anteriormente feitas, busca-se compreender as condições de vida desses assentados, no sentido de bens materiais e imateriais que estes possuem, permitindo sua reprodução.

O primeiro fator considerado refere-se aos elementos entendidos como materiais (mesmo que tenham subjetividades simultâneas), como habitação, transporte, eletrodomésticos e alimentação (novamente). Sobre habitação encontram-se 64 casas, uma média de 1,6 casas por lote. O número total de cômodos indicados no formulário foram de 317.

Calculou-se, utilizando média simples, o número médio de pessoas por lote e de cômodos por pessoas, encontrando os valores 3,6 e 2,2 respectivamente. Todas as casas

encontradas são de alvenaria, ainda que algumas sejam precárias e pequenas, possuem encanamento e eletricidade (figuras 24 e 25).

Figura 24- casa de alvenaria bem estruturada encontrada no Assentamento Camaquã,



2017.

Fonte: trabalho de campo, 2017

Figura 25 - casa de alvenaria com estrutura precária encontrada no Assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Em relação ao transporte, a tabela 24 indica que os lotes, ao menos, possuem 1 tipo de transporte, ainda que alguns lotes tenham mais de 2 meios de transporte. No assentamento, ocorre o transporte escolar (em tempos pré-pandemia de covid-19), já que as crianças e adolescentes são matriculados nas escolas públicas do município de Ipeúna. Há, ainda, um ônibus circular que passa no início do Assentamento, apenas em alguns dias da semana, o que dificulta a ida ao núcleo urbano dos assentados que dependem do transporte público.

Tabela 24 – Modelo de transporte utilizado pelas famílias no assentamento Camaquã, 2017

Modal	Número de lotes
Automóvel	29
Caminhonete	14
Caminhão	6
Carroça	10
Moto	11

Fonte: trabalho de campo, 2017

Aos materiais para uso diário dentro do ambiente doméstico, observa-se o uso instrumentos que facilitam e permitem a reprodução da vida nos tempos atuais, como a presença de máquinas de lavar roupa (diminuindo a atenção do trabalho doméstico feminino neste setor), geladeira (conservação de alimentos) e computadores, ainda que o acesso e o sinal de internet sejam falhos e desiguais entre os lotes. Além disso, televisores e rádios também fazem parte da rotina das famílias.

Tabela 25 Eletrodomésticos encontrados no Assentamento Camaquã, 2017

Modelo	Número de lotes
Televisão	35
Rádio	29
Geladeira	37
Máquina de lavar roupas	30
Microondas	23
Computador	13

Fonte: trabalho de campo, 2017

Aos elementos imateriais (ou materiais com alta subjetividade), encontram-se a atenção à saúde e a alimentação. Como já observado e discutido em item anterior, a alimentação dos assentados possui origem em produtos adquiridos fora dos lotes, em mercados; o que indica a baixa preocupação com a produção para autoconsumo e segurança alimentar das famílias. Sobre a saúde, as questões buscaram saber três coisas: quando as famílias procuram ajuda médica, se elas possuem plano de saúde, e se buscam alternativas à ida ao hospital/médico em caso de doença.

De acordo com as respostas, metade dos assentados (20 respostas) buscam ajuda médica apenas quando precisam. Os demais assentados (18 respostas) que frequentam regularmente o médico caracterizam-se por possuírem algum tipo de doença crônica, como hipertensão, doenças cardíacas e diabetes (explicações obtidas durante o trabalho de campo), ou fazem algum tipo de tratamento.

Duas famílias responderam positivamente sobre terem plano de saúde. Uma respondeu que apenas algum membro possui, por conta de vínculo empregatício com alguma empresa. Os demais lotes, 35 respostas, responderam que não possuem plano de saúde. Estes, em sua maioria, buscam auxílio na rede pública de saúde no município de Ipeúna, e apenas em casos

específicos ou graves, veem até o município de Rio Claro (explicações obtidas durante o trabalho de campo). As respostas em referência à saúde podem ser justificadas, também, pela renda mensal dos lotes, em que a maioria recebe até 3 salários-mínimos para se reproduzirem e para produzirem.

Ainda é comum encontrar, no interior dos estados e do país, famílias e comunidades que buscam outros meios para tratamento antes de procurarem a medicina como a conhecemos. Entretanto, as respostas não vieram como se esperava. Apenas 1 lote respondeu que a família procura benzedor em caso de doença. Esse valor surpreende quando comparado à outras práticas realizadas nos lotes, consideradas tradicionais; e que pode ser respondido pela presença de religiões cristãs neopentecostais (figura 26), mesmo que tenha a presença de oratórios católicos (figura 27), bem como pelo falecimento dos idosos que praticavam tais rituais. 34 respostas indicaram a procura por médico, 1 resposta em referência à ida em alguma farmácia, e 9 respostas sobre a utilização de remédios caseiros para tratamentos.

Figura 26 - Sede de uma igreja neopentecostal dentro do Assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Figura 27 - oratório católico dentro do assentamento Camaquã, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Outras questões imateriais referem-se à vida no campo e a relação com a vizinhança. Os assuntos se relacionam caso os assentados tenham um senso coletivo e de necessidade de proteção como um todo, não apenas exclusivamente sobre cada lote em si. Sobre viver no campo (tabela 26), quase metade dos assentados responderam que não há problemas; enquanto os demais indicaram que a violência (em relação aos furtos de maquinário e de animais), a ausência de escola e de posto de saúde mais próximos causam preocupação e desconforto. Outras respostas dadas referem-se à falta de dinheiro, à dificuldade no trabalho em si e questões que relacionam a vida em um assentamento e o ITESP.

Tabela 26 – Respostas dos assentados referentes à pergunta sobre a existência de problemas em residir no campo, 2017

Respostas	Número de lotes
Dificuldade de acesso à cidade	1
Violência	15
Ausência de escola	2
Ausência de posto de saúde	2
Outros	6
Não tem problema	18

Fonte: trabalho de campo, 2017

Entendendo que a relação com a vizinhança afeta não apenas a vida social, como também a produção em um assentamento, os assentados responderam (tabela 27), em sua maioria, que mantém relações de amizade e que, alguns, possuem relações de parentesco (filhos, cunhados, sogros e genros/noras).

Tabela 27 - relação que os assentados mantêm uns com os outros, 2017

Tipo de relação	Número de lotes
Parentesco	5
Amizade	35
Sem Relação	2

Fonte: trabalho de campo, 2017

Dessa forma, entende-se que a qualidade de vida dos assentados, ainda que nos principais pilares (alimentação e saúde) as práticas não sejam totalmente voltadas à construção e sustento de um território, as demais condições são favoráveis à autonomia das famílias, seja por meio do transporte, das estruturas das casas ou ainda pelo acesso às tecnologias domésticas. Já as relações com a vizinhança e as problemáticas em residir no campo demonstram um caminho de alienação territorial (indicado pelos problemas de violência (medo), educação, saúde e assistência) que, em uma ação coletiva, poderiam ser resolvidos e minimizados. Essa problemática pode ser reforçada, por exemplo, pela não participação e a fraca atuação coletiva da associação e dos assentados, como relataram J e M. Ao mesmo tempo, são constituintes de formação de territórios per si, já que as relações são, ainda que fracas, mas mantidas, e que metade dos assentados não veem problemas em residir no campo, apesar das dificuldades;

resultando em visões individualistas e muito próximas às lógicas mantidas nas propriedades privadas.

4.1.7 Patrimônio histórico e cultural

As discussões sobre patrimônio são extensas e podem ser observadas em elementos históricos, em práticas, em elementos naturais e culturais, físicos ou subjetivos. Para o Assentamento Camaquã, as práticas socioespaciais que configuram ou podem configurar os patrimônios históricos e culturais são: práticas culturais, religiosas, técnicas e alimentação. Além disso, soma-se a coisas relacionadas à própria luta pela terra, modo como chegaram ao assentamento, trabalho coletivo, entre outros.

Buscando entender as relações que os agricultores possuem com o lote, e depois com o Assentamento, observa-se a nomeação (quadro 4) que as famílias dão à seus lotes. Muitos deles fazem referência à religião, aos lugares em que a água é abundante, aos sonhos, sentimentos ou animais.

Quadro 4 - Nomes dos lotes do Assentamento Camaquã, 2017

Nome do lote				
Sítio 3 Nascentes	Sítio 4R	Sítio Nossa Senhora Aparecida	Sítio Sebastião	Sítio Emanuel
Sítio Camaquã	Sonho Do Meu Sonho	S/N	Sítio Água Azul	Sítio Beira Rio
Sítio Ambrust	Luiza Maria	Sítio Recanto Sonho Meu	Sítio São José	Sítio São José
Sítio Canaã	Sítio Gregório	Sítio Adonai	Sítio Ubirajara	Sítio Terra Nova
Sítio Recanto Das Cachoeiras	Sítio Santo Antônio	S/N	Sítio Xavon	Sítio Renascer
Sítio Renascer	Sítio Três Corações	Pôr Do Sol	S/N	Sítio Nossa Senhora Aparecida
São Francisco	Sítio Santo Expedito	Sítio Montana	Sítio Dos Pássaros	Sítio Novo Horizonte
	Sítio Das Araras	Sítio Lote Agrícola	Sítio São José	

Fonte: trabalho de campo, 2017

As análises referentes aos nomes dados devem somar-se, também, às informações sobre o tempo em que a família está no lote e como esta chegou até ele. Observa-se que 33 famílias indicaram que a compra das benfeitorias foi a forma como a família chegou no lote. Apenas 5 famílias estavam no acampamento desde o começo.

Porém, ao falar de patrimônio, também se estende à condição de alguém ou alguma instituição conseguir gerar renda, ou arrecadar. Pensando no plano diretor de turismo e no interesse que o município de Ipeúna de entrar na lista de municípios, do estado de São Paulo, de interesse turístico; no formulário havia questões voltadas ao tema.

Ressalta-se, mais uma vez, que o formulário foi empregado em toda a área rural do município de Ipeúna, que possui propriedades privadas voltadas exclusivamente para o turismo rural e natural. Turismo dentro de assentamentos rurais não foi um tema aprofundado neste trabalho. Mesmo, acredita-se ser de importante análise e exposição os dados obtidos sobre a temática, justificado que o município de Ipeúna trabalha em prol do crescimento das atividades turísticas na zona rural, o que inclui (ou deveria) o Assentamento Camaquã.

Assim, em relação as festividades religiosas ou culturais e folclóricas, em apenas 4 lotes estas são realizadas. Voltada para a família e os amigos dessas famílias, as festividades são no período junino e julino, além de outros encontros, como aniversários e feriados. Nos outros 35 lotes, não há comemorações.

Pensando na possibilidade de receberem turistas em seus lotes, os assentados foram perguntados se, em sua visão, os lotes possuíam atrativos turísticos, fossem eles paisagísticos ou técnicos, como o trabalho rural (plantação, colheita, animais). Dois terços deles não identificam nenhum atrativo turístico (24 respostas). Para o um terço restante, acreditam nas atividades rurais e paisagens.

Quando perguntados, diretamente, sobre quais poderiam ser atrativos aos turistas e desenvolvidos pelos assentados (podendo ser mais de uma resposta), quase a totalidade indicou que a paisagem (figuras 28 e 29) e a culinária são itens que podem trazer visitantes e gerar renda às famílias. Houve respostas também referentes ao artesanato e às atividades tradicionais, estas entendidas como trabalho agrícola e pecuário em si (tabela 28).

Figura 28 - Por todo assentamento é possível observar a cuesta de Ipeúna, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Figura 29 - Apelo paisagístico do relevo no município de Ipeúna, 2017



Fonte: trabalho de campo, 2017

Tabela 28 - Respostas dos assentados referentes aos atrativos turísticos que existem/podem existir nos lotes, 2017

Atrativos	Número de lotes
Religioso	0
Construções antigas	0
Natural/ paisagístico	21
Culinário	15
Artesanato	8
Atividades tradicionais	4

Fonte: trabalho de campo, 2017

Dentre todos os elementos observados, registrados nos formulários e encontrados na literatura, compreende-se que o patrimônio em um assentamento rural pode, ainda, estar ligado às relações e às formas de trabalho, coletivas, que esses territórios exercem. Se esta for uma maneira de avaliar os assentamentos rurais como patrimônios históricos e culturais (idade, localização, história de formação, trabalho realizado), o Assentamento Camaquã encontrar-se-ia distante de um constructo territorial voltado ao assentamento, e próximo à alienação territorial, devido à homogeneização de suas práticas (de trabalho e de reprodução familiar).

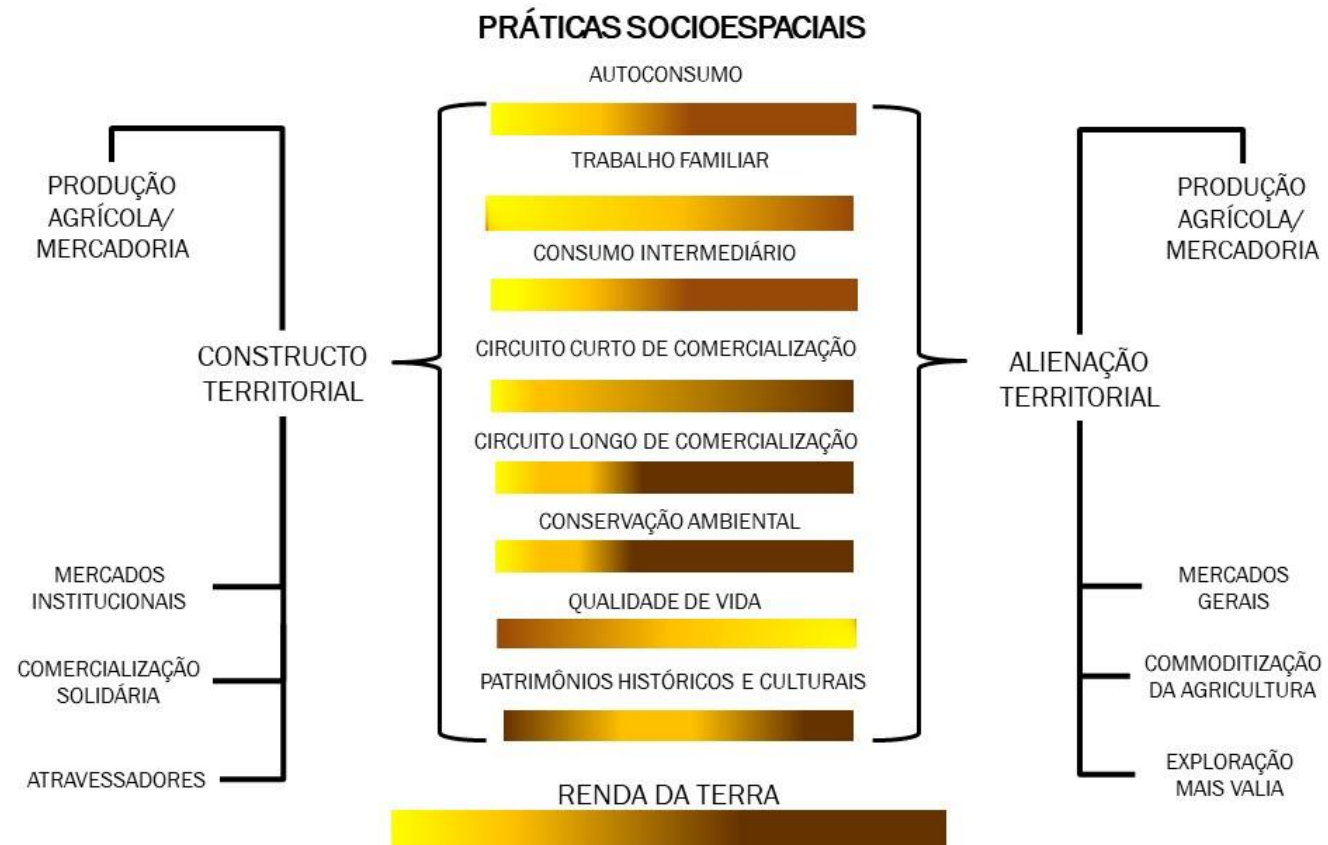
Entretanto, as pesquisas e análises não podem deixar de considerar como as práticas turísticas podem valorar monetariamente questões que são culturais e não podem ser precificadas. Dessa forma, a resposta negativa dos assentados em relação à não identificação de atrativos turísticos em seus lotes podem, também, significar que estes não possuem interesse em exercer atividades do ramo turístico, mesmo sendo uma atividade de maior retorno financeiro.

Da mesma maneira, as pluriatividades sugeridas pelo formulário e indicada pelos assentados demonstram, de outro lado, um acúmulo de trabalho e de funções sobre os assentados, que em um primeiro momento podem se ver entusiasmado com a possibilidade de aumento da renda; mas, ao iniciar os trabalhos, percebe que, em verdade, ocorreu um acúmulo de tarefas sobre à queles que trabalho; além da necessária adequação, nos lotes, para recebimento de um público, independente da atividade realizada.

Portanto, observa-se que, em relação as práticas socioespaciais referente ao patrimônio histórico e cultural, o Assentamento Camaquã exerce pouca influência para o constructo territorial, e recebe pouca influência da alienação territorial. Este, acaba fazendo uma pressão para que as estruturas e condições de permanência de um patrimônio coletivo no assentamento seja construído.

E, em síntese, encontram-se as representações das práticas socioespaciais do Assentamento Camaquã, a partir dos dados coletados e analisados (Figura 30).

Figura 30 - Práticas socioespaciais do Assentamento Camaquã, 2017

PRÁTICAS SOCIOESPACIAIS DO ASSENTAMENTO CAMAQUÃ, 2017.

Fonte: trabalho de campo, 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Algumas problemáticas foram encontradas no exercício de investigação das considerações de Raffestin (1993) sobre o sistema territorial e as análises territoriais. A primeira contradição recai sobre a não continuidade no uso do método proposto inicialmente pelo autor suíço, e até as representações feitas por ele. A dedicação por uma lógica quase geométrica ao buscar representar as relações de poder fizeram com que Raffestin abandonasse a exposição das contradições e entendesse apenas as estruturas ou condições finais das relações sociais capitalistas. Ao buscar essa representação a todo custo, o autor faz uso de instrumentos cartesianos e matemáticos, tendo nos axiomas o ponto de partida para as análises, o que foi considerado como um desacordo com a proposta inicial de análise relacional; principalmente pelo fato de serem constituídas a partir das relações de poder entre os sujeitos e dos sujeitos com o espaço e esse processo é concreto e não abstrato. É nessa tentativa de busca por uma logicidade que o autor não analisa as determinações centrais do objeto-processo estudado.

Nessas condições, elencar elementos que sejam parte das práticas socioespaciais de nosso espaço agrário mostra-se como fundamental para entender as relações de poder que ali se assentam. Dessa forma, elencar as práticas socioespaciais que os sujeitos podem exercer nos territórios agrários demonstra que as relações de poder se materializam no cotidiano desses sujeitos, pela produção, pelo consumo, pelas relações entre outros assentados e em relação à própria disputa pelo acesso à terra.

Por coerência ao método, é importante destacar que é a realidade que informa a análise, e não as categorias elencadas pelo pesquisador que são postas e/ou justapostas ao real. Sujeitos emancipados percebem as condições de exploração nas quais estão inseridos. Não há uma hierarquia e um ponto de partida analítico nesses elementos e práticas socioespaciais, qualquer uma delas pode ser suficientemente capaz de iniciar e consolidar análises acerca do constructo territorial.

Consideramos que, apenas a partir das ponderações elencadas, voltadas principalmente ao entendimento das relações de poder, é possível observar sua expressão nos territórios agrários. A perspectiva metodológica materialista reforça a necessidade de entendimento de todas as determinações territoriais que decorrem das práticas socioespaciais dos sujeitos, evidenciando seus núcleos e graus de emancipação desses sujeitos sociais do campo; para então buscar uma representação de tais práticas.

Assim, cabe o reforço a respeito da importância sobre os instrumentos a serem utilizados para a coleta de dados e informações, se são coerentes ao método de pesquisa

proposto, ou se vão em contraposição a este. Neste trabalho, por condições superiores à pesquisa, a utilização de dados coletados por uma ferramenta não condizente com a proposta metodológica indicada fez-se como único caminho possível para finalização do trabalho. A pandemia da covid-19 marca as pesquisas em ciências humanas a partir de março de 2020 até o presente data desta redação (10 de março de 2021). Tal condição também permitiu a reflexão sobre o papel da pós graduação na formação do pesquisador, não entendendo a pós graduação como local apenas de produção de análises, mas como local de construção de um pesquisador.

Por fim, cabe ponderar que as determinações territoriais esboçam uma centralidade, e esta remete à renda da terra. O dinamismo das práticas socioespaciais dos sujeitos revela não apenas a lógica da mercadoria que se coloca na extração da produção quando tais práticas colocam o trabalho em uma mimetização da renda, do lucro e do mercado. Pela análise dos dados e representação construída, observa-se que o Assentamento Camaquã possui territorialidades que se aproximam da lógica de alienação dos territórios, não conseguindo se impor sobre a hegemonia da produção monocultora da região.

A preocupação, em um futuro, recai sobre o momento da legalização da posse da terra a esses agricultores, que, sem a proteção de políticas públicas que valorizam a pequena produção e sem aparato técnico direcionado, acabarão por se vincularem à homogeneização da produção da cana na região por meio do arrendamento de suas terras; tornando o Assentamento um território não mais expressão de uma luta de classe, mas a efetivação das práticas hegemônicas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e capitalismo no Brasil. In: STEDILE, João P. (org) **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

AB'SÁBER, Aziz Nacib. **Os Domínios de Natureza do Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

ALMEIDA, Reginaldo B; FERRANTE, Vera L. S. B. **Ambiguidades e assimetrias de informações no processo de parceria agrícola nos assentamentos rurais: equívocos da mediação**. Retratos de Assentamentos, v.14, n.1, 2011.

ALTAFIN, Iara. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Texto trabalhado durante o 3º Módulo do Curso Regional de Formação Político-sindical da região Nordeste/2007.

ALVES, Ana Rodrigues Cavallante **O conceito de hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe**. Revista Lua Nova, São Paulo, 80: 71-96, 2010. <https://doi.org/10.1590/S0102-64452010000200004>

ALVES, William Rosa; SOUZA, José Gilberto de. **A Geografia e o Materialismo Histórico Dialético**. Terra Livre, v. 1, n. 54, p. 923- 961, jan.-jun./2020.

ANAZAWA, T. M.; FEITOSA, F. da F.; MONTEIRO, A. M. V. Indicadores Territoriais de Vulnerabilidade socioecológica: uma proposta conceitual e metodológica e sua aplicação para São Sebastião, litoral norte Paulista. In: OJIMA, R. **Mudanças climáticas e as cidades: novos e antigos debates na busca da sustentabilidade urbana e social**. Ricardo Ojima, Eduardo Marandola Jr (Org.). SP: Blucher, 2013.

ANDRIOLI, Antônio Inácio. **A atualidade de Marx para o debate sobre tecnologia e meio ambiente**. Revista Crítica Marxista. 27. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

ARCASSE, W. S. **A natureza da Geografia em Richard Hartshorne**. Londrina: UEL, 2018 (Tese de Doutorado).

BACCARIN, J.G., SOUZA, J.G. **Um questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito de pluriatividade m uma região de pequena agricultura diversificada**. Geografia. v. 37. n. 1, p.19-31, 2012.

BALBINOTTI, Patrícia; THIES, Vanderlei F. **Transição agroecológica e estilos de agricultura: o caso do Pré-Assentamento Resistência Camponesa**. Revista Retratos de Assentamentos, vol. 22, n. 2, 2019.

BECKER, Bertha K. O uso político do território: questões a partir de uma visão do terceiro mundo. In: BECKER, B. K. et al. **Abordagens políticas da espacialidade** (org. BECKER, B. K.; Haesbaert, R.; Silveira, C. B.) Universidade Federal do Rio de Janeiro. RJ, 1983.

BELLENTANI, N. F. **Indicadores de Desenvolvimento Humano no Campo e na cidade – Ribeirão Preto/SP**. Dissertação de Mestrado. UNESP/FCT/Presidente Prudente. 2010

BELLUZZO, Luiz G. de M. **Prefácio** In: FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BERGAMASCO, S. M. **O que são assentamentos rurais?** Sônia Maria Bergamasco, Luiz Antônio Cabello Norder (Org). São Paulo: Brasiliense, 1996.

BERTALANFFY, Luwing von **Teoria Geral dos Sistemas**. Tradução de Francisco M. Guimarães. Petrópolis: Vozes, 1973.

BOMBARDI, Larissa M. **Campesinato, Luta de Classe e Reforma Agrária: a Lei de Revisão Agrária em São Paulo**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

BORGES, A. C. G. ; SOUZA, J.G. . **Território financeirizado: as determinações territoriais dos desembolsos do BNDES ao setor sucroenergético no Mato Grosso e Mato Grosso do Sul - Brasil**. Confins (Paris), v. 1, p. 17223-17263, 2019. <https://doi.org/10.4000/confins.17223>

BRASIL. **Ministério do Meio Ambiente**. SNUC – **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza**: Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000; Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002; Decreto nº 5.746, de 5 de abril de 2006. Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas: Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006 / Ministério do Meio Ambiente. – Brasília: MMA/SBF, 2011.

CAMARGO, R.A.L; BACCARIN, J.G; SILVA, D.B.P. **O papel do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no fortalecimento da agricultura familiar e promoção da segurança alimentar**. Revista Temas de administração Pública, Araraquara-SP, FCLAr/UNESP, v.8, nº 2, 2013.

CANTELLI, Jefferson R. **Sistema de Informações Geográficas (SIG) como ferramenta para Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) em Assentamentos Rurais: projeto piloto**

para o Assentamento Camaquan – Ipeúna/Rio Claro, SP. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2016.

CARNEIRO, Maria J. **“Rural” como categoria de pensamento**. Ruris, volume 2, número 1, Março de 2008.

CARNEIRO, Maria J.; MALUF, R. S. **Para além da produção**: multifuncionalidade e agricultura familiar. RJ: MAUAD, 2003.

CASTRO, Iná E. de **Geografia e Política**: território, escalas de ação e instituições. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

CAZELLA, Ademir A.; BONNAL, Philippe; MALUF, Renato S. **Agricultura Familiar**: multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. Rio de Janeiro: MAUAD X, 2009.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Tradução de Rosa Maria Russovich. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHESNAIS, François. **Mundialização**: o capital financeiro no comando. Revista Outubro, edição 5, 2001.

CHRISTOFOLETTI, Antônio. **Análise de Sistemas em Geografia**. SP: HUCITEC: Editora da USP, 1979.

CORREIA MARIA V. C. Controle Social na Saúde. In: Mota AE, Bravo MIS, Uchôa R, editors. **Serviço Social e Saúde**: formação e trabalho profissional. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CORREIA, Maria V. C. Controle Social. In: PEREIRA, I. B. **Dicionário da educação profissional em saúde**. nº 2, ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

CORRÊA, Roberto L. Dimensões de análise das redes geográficas. In: CORRÊA, R. L. **Trajetórias Geográficas**. 4ª edição. RJ: Editora Bertrand Brasil, 2010.

CORRÊA, Roberto L. **Explorações Geográficas**: percursos no fim do século. RJ: Editora Bertrand Brasil, 1997.

COSTA, Cinthia C. de; GUILHOTO, Joaquim M. **Saneamento rural no Brasil**: impacto da fossa séptica biodigestor. Eng Sanit Ambient, Edição Especial, 2014.

COSTA, E. B. Ativação popular do patrimônio-territorial na América Latina: teoria e metodologia. **Cuadernos de Geografía: Revista Colombiana de Geografía**, 26 (2) 2017: 53-75. <https://doi.org/10.15446/rcdg.v26n2.59225>

COSTA, Wanderley Messias da **Geografia Política e Geopolítica**: discursos sobre o Território e o Poder. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

COUGO, P. **Modelagem conceitual e projeto de banco de dados**. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

DIAS, L. C. Redes: emergência e organização. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. da c.; CORRÊA, R. L. **Geografia**: conceitos e temas. 12ª edição. RJ: Bertrand Brasil, 2009.

DIEGUES, Antonio C. **Etnoconservação**: novos rumos para a conservação da natureza. São Paulo: HUCITC. NUPAUB-USP, 2000.

DULLEY, Richard D. **Agricultura orgânica, biodinâmica, natural, Agroecológica ou ecológica?** Informações Econômicas. São Paulo, v 33, nº 10, out. 2003.

ENDLICH, Ângela M. Perspectivas sobre o urbano e o rural. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M. **Cidade e Campo**: relações e contradições entre urbano e rural. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

ESQUERDO, Vanilde F. de S; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. **Análise Sobre o Acesso aos Programas de Políticas Públicas da Agricultura Familiar nos Municípios do Circuito das Frutas (SP)**. RESR, Piracicaba-SP, v. 52, supl. 1, 2015.

FERRANTE, Vera L. B. **Assentamentos rurais no território da cana**: controvérsias em cena. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, nº 11, jul-de 2007.

FERRANTE, Vera L. S. B.; BARONE, Luís A.; DUVAL, H. C. O Preço Amargo das Parcerias dos Assentamentos com as Usinas. **Retratos de Assentamentos**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 21-44, 2008.

FERRANTE, Vera L. B.; ALMEIDA, Luiz M. de M. C. Impactos e tensões da parceria dos assentamentos de Araraquara-SP com as agroindústrias canavieiras. **Revista Ceres**, Viçosa, v. 56, nº5, set-out 2009.

FERRANTE, Vera L. B.; BARONE, Luís A. “Parcerias” com a cana-de-açúcar: tensões e contradições no desenvolvimento das experiências de assentamentos rurais em São Paulo. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, ano 13, nº 26, jan-abr 2011.

FERNANDES, Bernardo M. **MST: formação e territorialização**. São Paulo: Editora HUCITEC, 1996.

FERNANDES, Bernardo M. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais**. Observatório Social de América Latina. vol. 16, 2005, p. 273-284.

FERNANDES, José Pedro Teixeira. A Geopolítica clássica revisitada. **Revista Nação & Defesa** 105 Verão (2003): 222-244.

FERNANDES, Sibeli. **A organização do espaço rural: estrutura fundiária e lógica das propriedades rurais e familiares em Ipeúna-SP**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2018.

FERNANDES, Sibeli; BORTOLIN, Bianca C.; GONÇALVES, Matheus H. “No Asfalto não tem verde”: a organização do espaço agrário no Assentamento Horto de Camaquã, Ipeúna-SP. **Revista Geografia**, Rio Claro, v.43, nº 1, especial VI Encontro REA, p.139-150, jan-abr, 2018.

FERREIRA, Darlene Ap. de O. **Geografia Agrária no Brasil: conceituação e periodização**. Terra Livre, nº 16, São Paulo, 2001.

FERREIRA, Letícia F. **A Política de Segurança Estadunidense para a Europa e para a América do Sul sob o prisma da Geopolítica do Rimland**. Anais: 6º Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, Belo Horizonte, 25 a 28 de julho de 2017.

FONSECA, Ascânio V. V.; BRAGA, Marcelo J. Dependência produtiva dos avicultores integrados de Viçosa. **Revista de política agrícola**. Ano XXVI, nº2, abril/maio/jun, 2017.

FOSTER, John B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FUINI, Lucas L. Questões sobre o território: os múltiplos olhares da geografia brasileira. **Revista Geografia e Pesquisa**, Ourinhos, v.9, n.1, p.6-12, 2015.

FULINO, Raquel. **A “geografia do poder” de Claude Raffestin. Uma contribuição à teoria materialista do território**. Rio Claro:IGCE/Unesp, 2020.(Tese de Doutorado).

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. 34ª edição. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

GAZOLLA, Marcio. **Agricultura familiar, segurança alimentar e política pública: uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai/RS**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul/ FCE/ PGDR. Porto Alegre, 2004.

GAZOLLA, Marcio O processo de mercantilização do consumo de alimentos na agricultura familiar. In: SCHENIDER, Sergio. **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

GERMER, Claus. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro: a Reforma Agrária. In: STEDILE, João P. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRAZIANO DA SILVA, José. **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. SP: HUCITEC, 1980.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização Dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O Novo rural Brasileiro**. Capturado de: http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf , publicado em Revista Nova Economia, BH, 7(1): 43-81, maio de 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. O desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro e a reforma agrária. In: STEDILE, João P. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

GRISA, Cátia. Para além da alimentação: papéis e significados da produção para autoconsumo na agricultura familiar. **Revista Extensão Rural**, DEAER/CPGExR – CCR/ UFSM, ano IV, jan/dez, 2007.

GRISA, Cátia; CHECHI, Leticia. Narrativas sobre sustentabilidade, produção orgânica e agroecologia nas políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. **Revista Retratos de Assentamentos**. v.19, nº2, 2016.

GUIMARÃES, Alessandra R.; BACCARIN, José G. A execução do programa de aquisição de alimentos (PSS) no município de Uberlândia (MG). **Espaço em Revista**, v. 12, nº2, jul/dez 2019.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “Fim dos Territórios” à Multiterritorialidade. 8ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. Traduzido por Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo: Boitempo. 2011.

HOFFMANN, Rodolfo; KAGEYAMA, Angela. Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil. **Revista Teoria e Evidência Econômica**, v. 14, p. 9-35, 2007.

IBGE. **Regiões de influência das cidades 2007 — REGIC**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

IBGE – Censo agropecuário – 2017.

IBGE – Produção agrícola por Município. 2019

IPEÚNA PMSB – **Plano Municipal de Saneamento Básico e PMGIRS – Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos**. VOLUME I, Ipeúna, 2015.

ISA – **Instituto Socioambiental — Unidades de Conservação do Brasil**. Disponível em <https://uc.socioambiental.org/pt-br>. Acesso em: 17 fev. 2020.

ITESP – **Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “Jose Gomes da Silva”**. Disponível em: <http://201.55.33.20/?page_id=786>. Acesso em: 11 abr. 2019.

KAGEYAMA, Angela; GRAZIANO DA SILVA, José. Do complexo rural aos complexos agroindustriais. In: GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1996.

KAGEYAMA, Angela; HOFFMANN, Rodolfo. Determinantes da Renda e Condições de vida das famílias agrícolas no Brasil. **Economia (ANPEC)**, v.1, nº2, jul-dez, 2000.

KAGEYAMA, Angela. Diversificação das rendas nos domicílios agrícolas no Brasil: 1992 e 2001. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 12, nº 1 (20), p. 65-86. Jan/jun, 2003.

KAGEYAMA, Angela. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de ciência e tecnologia**, Brasília, v. 21, nº3, p. 379-408, set/ dez., 2004.

KAGEYAMA, Angela. **Ocupação e Renda nos domicílios rurais e agrícolas do Estado de São Paulo: efeitos da Urbanização**. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambu, MG, 20-24 set, 2004.

KLAFKE, Karlise. **As Dinâmicas Espaciais do Comércio e do Consumo em Pequenas Cidades: Ipeúna(SP)**. Trabalho de Conclusão de Curso (bacharelado – Geografia). Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2015.

KLUTHCOVSKY, Ana C. G. C.; TAKAYANAGUI, Angela M. M. Qualidade de vida: aspectos conceituais. **Revista Salus** – Guarapuava- PR. Jan-jun, 2007.

KONDER, L. **Marxismo e alienação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1969.

LACOSTE, Yves. **A geografia: isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. Tradução: Maria Cecília França. Campinas : Papirus, 1988.

LÖWY, Michael. Crise ecológica, crise capitalista, crise de civilização: a alternativa ecossocialista. **CADERNO CRH**, Salvador, v. 26, 67, p. 79-86, Jan./Abr. 2013.

LOPES, Paulo R.; ARAÚJO, Keila C. S.; SILVA, Roberta C. da; SILVA, Jonas P. da; BERGAMASCO, Sonia M. P. P. Agroecologia e processos de transição no assentamento rural Santa Helena. **Retratos De Assentamentos**, v. 20, nº 2, 2017.

LUKÁCS, G. **Ontologia do ser social**. Os princípios ontológicos fundamentais de Marx. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1979.

MACHADO, Hélia M. de F. G. **Uma história para Ipeúna**. 2004. 158f. Dissertação de Mestrado Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2004.

MARQUES, Marta I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**. Presidente Prudente, ano 11, nº 12, jan/jun 2008.

MARQUES, Marta I. Natureza e Sociedade. In: CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **A necessidade da geografia**. São Paulo: Contexto, 2019.

MARIGHELLA, Carlos. Alguns aspectos da renda da terra no Brasil. In: MARIGHELLA; C. et. al (org). **A Questão agrária no Brasil: textos dos anos sessenta**. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1980.

MARTINI, Augusto J. **O plantador de Eucaliptos**: a questão da preservação florestal no Brasil e o resgate documental do legado de Edmundo Navarro de Andrade. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo. História Social, São Paulo, 2004.

MARX, Karl. O Capital (Crítica da Economia Política) – **Livro 1**: o processo de produção do capital. v.1. 5. ed. Tradução de Reginaldo Sant’anna. Coleção Perspectivas do Homem, v. 38, série economia. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, K. **Capítulo VIº Inédito de O Capital**: Resultado do Processo de Produção Imediato. São Paulo: Editora Moraes, 1985.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. São Paulo: Boitempo, 2010 .

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. Trad. M. Backes. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MATOS, Odilon N de. **Café e Ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4º edição. Campinas: Pontes, 1990.

MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. São Paulo/Brasília: EDUNESP/NEAD. 2009.

MENDES, João Carlos Teixeira. **Caracterização fitogeográfica como subsídio para a recuperação e a conservação da vegetação na bacia do rio Corumbataí – SP**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004.

MIYASAKA, S. **Agricultura natural**: um caminho para a sustentabilidade. São Paulo: Associação Mokiti Okada, 1993. Mimeo.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução de Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Editora HUCITEC e Editora POLIS, 1984.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ratzel**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. Coordenação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora Ática, 1990.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 21. ed. São Paulo: Annablume, 2007.

MORISSAWA, Mitsue. **A História da Luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MOSCOVISK, S. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Tradução: Pedrinho. A. Guareschi. 7. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MÜLLER, M. L. Exposição e Método Dialético em “O Capital”. In: Marx. **Boletim SEAF-MG**, v. 2. Belo Horizonte, 1983, p.17-41.

NEVES, André L. V. A Geopolítica dos Estados Unidos no século XXI: as implicações para a política de defesa do Brasil. In: GHELLER, Gilberto F.; GONZALES, Selma de M.; MELLO, Laerte P. de (orgs) **Amazônia e Atlântico Sul: desafios e perspectivas para a defesa no Brasil**. Brasília: IPEA-NEP, 2015.

NEVES, C. E.; MACHADO, G.; HIRATA, C.A.; STIPP, N. A. F. A importância dos geossistemas na pesquisa geográfica: uma análise a partir da correlação com o ecossistema. **Revista Soc. & Nat.**, Uberlândia, 26 (2): 271-285, mai/ago/2014.

NOBRE, Mayra Fernandes. **O zoneamento ecológico-econômico como instrumento de planejamento e gestão ambiental: uma proposta para a bacia hidrográfica do rio Corumbataí (SP)**. Tese de Doutorado. Universidade Estadual Paulista ‘Júlio de Mesquita Filho’, Rio Claro, 2008.

NOVAES, A.P.; SIMÕES, M.L.; INAMASU, R.Y.; JESUS, E.A.P.; MARTINETO, L.; SANTIAGO, G.; DASILVA, W.T.L. (2006) Saneamento básico na área rural. In: SPADOTTO, C. & RIBEIRO, W. (Org.). **Gestão de resíduos na agricultura e na agroindústria**. Botucatu: Fundação de Estudos e Pesquisas Agrícolas e Florestais. p. 262-275.

OLIVEIRA, A. U. Prefácio In: FERNANDES, B. M. **MST movimento dos trabalhadores rurais sem-terra: formação e territorialização em São Paulo**. SP: Hucitec, 1996.

OLIVEIRA, A. U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. O campo brasileiro no final dos anos 1980. In: STEDILE, João P. (org). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 1990**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A mundialização do capital e a crise do neoliberalismo: o lugar mundial da agricultura brasileira. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 2, p. 229-245, ago. 2015.

OLIVEIRA, Murilo H. R.; FERREIRA, Darlene Ap. de O. Organização do espaço pela agricultura familiar: um olhar multifuncional sobre as dinâmicas do assentamento rural Horto de Camaquã-Ipeúna/SP. **Revista Geografia**, Rio Claro, v. 43, n. 3, p.467-481, set. dez., 2018.

PAULILO, Maria I. S. Trabalho Familiar: uma categoria esquecida de análise. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 12 (1): 360, janeiro-abril, 2004.

PENTEADO, Margarida Maria. **Geomorfologia do setor centro-ocidental da depressão periférica paulista**. Universidade de São Paulo, Séries Teses e Monografias, n. 22, 1976.

PLOEG, Jan D. van der. **Camponeses e Impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Traduzido por Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

PLOEG, Jan D. van der. Sete teses sobre a agricultura camponesa. **Revistas Agrícolas: Experiências em Agroecologia**, AS-PTA, v. 6, 2009

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PROJETO CORUMBATAÍ. **Plano Diretor: Conservação dos recursos hídricos por meio da recuperação e da conservação da cobertura florestal da bacia do rio Corumbataí**. Relatório Técnico do IPEF, Piracicaba, 2001.

QUAINI, M. **A construção da Geografia Humana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

QUEIROZ, Maria I. P. de. **Cultura, sociedade rural, sociedade urbana: ensaios**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1978.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, 2, 93-101 (2011). Traduzido de “*Le sol, la Société et l’Etat*”- *L’amée Sociologique* (1898-1899) 3º: 1-14. Paris. Tradutor Mario Antônio Eufrásio. Entregue para publicação em 18 de agosto de 1982.

RETIÈRE, Morgane I. H. **Agricultores inseridos em circuitos curtos de comercialização:** modalidades de venda e adaptações dos sistemas agrícolas. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo/ESALQ/CENA, Piracicaba, 2014.

RODRIGUES, Flávio H. **Diagnóstico ambiental do Município de Ipeúna:** subsídios para o planejamento do turismo. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2009.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. Ap. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa:** mecanismos para validação dos resultados. Belo Horizonte: Autentica, 2006.

ROMEIRO, Ademar R. **Meio Ambiente e dinâmica de inovações na agricultura.** São Paulo: ANNABLUME, FAPESP, 1998.

SABOURIN, Eric. Implicações teóricas e epistemológicas do reconhecimento da noção de multifuncionalidade da agricultura. **Estudos soc. agric.**, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 2, 2005: 161-189.

SAKAGUTI JÚNIOR, M. M. **Significado das paisagens na microbacia do Ribeirão dos Sinos, Ipeúna/SP.** 2010.

SAMPAIO, Silvia Selingard. **Indústria e território em São Paulo:** a estruturação do multicomplexo territorial paulista: 1950-2005. Campinas: Alínea, 2009.

SANTOS, Celia R. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. **São Paulo em Perspectiva.** vol.15, n. 2, São Paulo Apr./June, 2001.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 19. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva”. Portaria nº 77/2004, s/d, **Disciplina o plantio de culturas para fins de processamento industrial em projetos de assentamentos estaduais.** Disponível em: <http://www.itesp.sp.gov.br/br/legislacao.aspx> Acesso em: 22 de jun. de 2019

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 4.957 de 30 de dezembro de 1985. **Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1985/lei-4957-30.12.1985.html>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SÃO PAULO(Estado). Lei nº 10.547, de 02/05/2000. Define procedimentos, proibições, estabelece regras de execução e medidas de precaução a serem obedecidas quando do emprego do fogo em práticas agrícolas, pastoris e florestais, e dá outras providências correlatas. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/norma/?id=4210>>. Acesso em 13 de abril de 2021.

SÃO PAULO (Estado). Lei nº 16.115 de 14 de janeiro de 2016. Altera a lei nº 4.957 de 30 de dezembro de 1985. **Dispõe sobre planos públicos de valorização e aproveitamento de seus recursos fundiários.** Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2016/lei-16115-14.01.2016.html>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. Instituto de Economia Agrícola. Coordenadoria de Desenvolvimento Rural Sustentável. **Projeto LUPA (2016/2017): Censo Agropecuário do Estado de São Paulo.** São Paulo: SAA: IEA: CDRS, 2019.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

SARTRE, J.P. **Crítica da Razão dialética.** São Paulo: DP & A Editora, 2002.

SCHEINDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - vol. 18, n. 51, 2003.

SEILD, Eliane M. F.; ZANNON, Celia M. L da C. **Qualidade de vida e saúde:** aspectos conceituais e metodologias. Caderno Saúde Pública, RJ, 20(2), 580-588, mar-abr, 2004.

SILVA, Martha E. S. da. **A representação social e a territorialização da reforma agrária no espaço urbano a partir do Programa de Aquisição de Alimentos.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Rio Claro, 2013.

SOBREIRO FILHO, J. **Movimentos socioespaciais, socioterritoriais, manifestações e as redes sociais: das manifestações internacionais ao Movimento Passe Livre-SP.** GeoGraphos. [En línea]. Alicante: Grupo Interdisciplinario de Estudios Críticos y de América Latina (GIECRYAL) de la Universidad de Alicante, 6 de enero de 2015, v. 6, n. 73, p. 1-29. <https://doi.org/10.14198/GEOGRA2015.6.73>

SOBRINHO, Francisco F. A. **A extensão rural na Fundação ITESP: caminhos e descaminhos do ensino aprendizagem.** Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2008.

SOJA, E. W. **The political organization of space.** Washington D.C., Association of American Geographers, 1971.

SOROKIN, P. A.; ZIMMERMAN, C. C.; GALPIN, C. J. Diferenças fundamentais entre o mundo rural e o urbano. In: MARTINS, José de Souza (Org.). **Introdução crítica à sociologia rural.** São Paulo: Hucitec, 1981.

SOTCHAVA, Viktor B. **O estudo de geossistema.** Traduzido do inglês por Carlos Augusto Figueiredo Monteiro e Dora de Amarante Romaria, com autorização do autor. Série métodos em questão. IGEOG, USP, n.16, 1977.

SOUZA, J.G. **Determinantes do processo histórico do trabalho rural no Brasil.** In: Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho na Área Rural, 2001, Campo Grande - MS. Anais do Seminário de Lançamento da CANPATR 2001. Campo Grande - MS: Delegacia Regional do Trabalho - MS - MTE., 2001. v. 1. p. 11-30.

SOUZA, José G.; JORGE, Wirley J; GEBARA, José J. Migração e Reforma Agrária: desconstituição e constituição laboral dos trabalhadores rurais. **Revista Travessia**, ano XIV, nº 41, set-dez 2001.

SOUZA, J.G., KATUTA, A.M. **Geografia e Conhecimentos Cartográficos:** a Cartografia no movimento de renovação da Geografia brasileira e a importância do uso de mapas. 1. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. v. 1. 162p.

SOUZA, J. G. **Limites do território.** Agrária (São Paulo. Online), v. 10, p. 99-130, 2009. <https://doi.org/10.11606/issn.1808-1150.v0i10-11p99-130>

SOUZA, J. G. A Questão Indígena: Acumulação por Espoliação e Monopolização do Território (A economia política do agronegócio). **Prim@ Facie**, v. 12, p. 1-42, 2014.

SOUZA, J. G. Local-Global: território, finanças e acumulação na agricultura. In: LAMOSO, L.P. (Org.) **Temas do desenvolvimento econômico brasileiro e suas articulações com o Mato Grosso do Sul.** Curitiba-PR: Íthala, 2016, v. 1, p. 26-54.

SOUZA, J.G. **Estado, Crise Estrutural do Capital e a Questão Agrária.** XXIV ENGA, Dourados – MS. 2018 - (Digit.).

SOUZA, Marcelo Lopes de O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

SPOSITO, Eliseu Silvério. Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudeste do Paraná. In: RIBAS, Alexandre Domingues; SPOSITO, Eliseu Silvério; SAQUET, Marcos Aurélio (orgs) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: UNIOESTE, 2004.

STEDILE, João P.; FERNANDES, Bernardo M. **Brava Gente: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora fundação Perseu Abramo e Expressão Popular, 2012.

STEFANI, Celia R. B. **O Sistema Ferroviário Paulista: um estudo sobre a evolução do transporte de passageiros sobre trilhos**. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo, 2007.

TROPPMAIR, Helmut. **Geossistemas e geossistema paulistas**. Rio Claro, 2000.

VALENTE, Roberta de O. A. **Análise da estrutura da paisagem na bacia do rio Corumbataí, SP**. Dissertação de Mestrado. Escola Superior de Agricultura ‘Luiz de Queiroz’, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2001.

VEIGAS, Maurício da T. **Agroecologia e circuitos curtos de comercialização num contexto de comercialização da agricultura orgânica**. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina/CCA/ProgrPGA. Florianópolis, SC, 2016.

WANDERLEY, Maria N. B. **Urbanização e ruralidade: relações entre a pequena cidade e o mundo rural e estudo preliminar sobre os pequenos municípios em Pernambuco**. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2016/03/Pequenos-Munic%C3%ADpios_Nazareth-1.pdf. Acesso em: 22 de jun. de 2019.

WOORTMANN, K. Com parentes não se negoceia: o campesinato como ordem moral. **Anuário antropológico/87**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

WOORTMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres: colonos do sul e sitiantes do nordeste**. São Paulo-Brasília: HUCITEC/Editora da Universidade de Brasília, 1995.

ZAINE, Mariselma Ferreira; PERINOTTO, José Alexandre Jesus. **Patrimônios naturais e história geológica da região de Rio claro – SP**. Rio Claro: Câmara Municipal de Rio Claro: Arquivo Público e Histórico do município de Rio Claro, 1996.

ANEXO

Formulário aplicado junto aos produtores

			
			
			Departamento de Geografia
			Nº Questionário

QUESTIONÁRIO PARA A PESQUISA
“Organização do Espaço Agrário:
Informações como base do conhecimento”

- CONVÊNIO -

OBS: Quando o entrevistado não souber responder indicar com “NS”

Quando o entrevistado não quiser responder a questão indicar com “NQR”

GPS

X:

Y:

Data: ____/____/____

Entrevistador: _____

Horário de Início: ____ : ____

Fim: ____ : ____

I – IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO E CARACTERÍSTICAS GERAIS DA PROPRIEDADE

Nome do ENTREVISTADO (A): _____

Situação do entrevistado

() proprietário () membro da família () arrendatário () caseiro () outras: _____

Sexo: () Masculino () Feminino Idade: _____ Naturalidade: _____

1. Tamanho e localização da propriedade

1. Tamanho da propriedade em hectares ou alqueires: _____

2. Localização/Nome da estrada: _____

3. Nome da propriedade: _____

4. A propriedade foi obtida por

() compra () herança () doação () parte herança/parte compra () outros: _____

5. Há quanto tempo a propriedade pertence à família? _____

6. Qual a principal atividade do proprietário? _____

7. Quem reside na propriedade?

() proprietário () proprietário e família () membros familiares () arrendatário () caseiro () ninguém () outros: _____

8. Distância da cidade de Ipeúna em km: _____

9. Tempo gasto para ir da propriedade até o centro da cidade utilizando-se automóvel:

() até 5 min () até 15 min () até 20 min () mais de 30 min

10. A principal estrada que liga a propriedade à cidade é: () pavimentada () não pavimentada

11. Há algum tipo de transporte público que circula próximo da propriedade?

() sim Qual? () ônibus urbano () ônibus interurbano () transporte escolar () outro _____ () não

2. Recursos naturais - hídricos e vegetação

2.1- Recursos hídricos - Na propriedade há: **DEVE-SE INDICAR O Nº EXISTENTE**

Respostas	Rio	Córrego	Lago/Lagoa	Represa	Nascente/Olho d'água	Cachoeira	Poço Artesiano/Fonte/Mina
Sim							
Não							

2.1.1 - Tipo de utilização dos recursos hídricos:

() Utilização doméstica () utilização na produção agrícola () utilização na criação de animais

() utilização com atividades não-agrícolas Quais? _____

2.1.2 – Realiza a manutenção/conservação dos recursos hídricos?

() sim () tradição familiar () imposição da legislação () informação/cursos/palestras

Quais técnicas de conservação utiliza? _____

() não, por quê? _____

2.1.3- O abastecimento de água é feito por:

Respostas	Prefeitura	Rio	Poço artesiano/Fonte/Mina	Outros
Sim				
Não				

2.2 - Vegetação - Na propriedade há:

Respostas	Mata Nativa	Reforestamento c/ espécies nativas	APP	Mata ciliar	Bosque	Reserva Legal
Sim						
Não						

2.2.1 - Tipo de utilização da vegetação:

() Utilização doméstica () utilização na criação de animais (abelha)

() utilização com atividades não-agrícolas Quais? _____

2.2.2 – Realiza a manutenção/conservação da vegetação?

() sim () tradição familiar () imposição da legislação () informação/cursos/palestras

Quais técnicas de conservação utiliza? _____

() não, por quê? _____

2.2.3 – A propriedade possui registro no CAR (Cadastro Ambiental Rural)? () sim () Não

3. Recursos energéticos e comunicação da propriedade

3.2- Recursos energéticos - Na propriedade há:

Respostas	Energia elétrica	Energia solar	Gerador próprio	Outros
Sim				
Não				

3.2.1-Tipo de utilização dos recursos energéticos:

() Utilização doméstica () utilização na produção agrícola () utilização na criação de animais

() utilização com atividades não-agrícolas Quais? _____

3.3- Recursos de comunicação - Na propriedade há:

Respostas	Telefone fixo	Telefone Celular	Internet	Outros
Sim		Se sim, quantos?		
Não				

3.3.1-Tipo de utilização dos recursos de comunicação:

() Utilização doméstica () utilização na produção agropecuária

() utilização com atividades não-agrícolas Quais? _____

4. Exploração da propriedade

4.1- A propriedade é dirigida por: () proprietário () administrador () arrendatário () outro: _____

4.2- A propriedade é explorada: () apenas pela família () pela família e outras pessoas () arrendatário () outros: _____

4.3- Quantos hectares (alqueires) são explorados pela família? _____

4.4- Quem explora o restante? () arrendatário () parceiro () caseiro Com o quê? _____

4.5- O tamanho da propriedade é, hoje, suficiente para a manutenção/sustento da família?

() Sim () Não Por quê? _____

5. Caráter da mão de obra utilizada na propriedade

Qtde, tempo e custo	Familiar	Assalariada		Outra
		TEMPORÁRIA	PERMANENTE	
Quantos				
Período				
Custo				

6. Atividades desenvolvidas e rentabilidade:

6.1- As atividades desenvolvidas na propriedade são de tipo:

() agricultura e pecuária () turismo/esporte/lazer () beneficiamento/agroindústria familiar

6.1.1 - Das atividades anteriores, qual é a atividade principal e que gera mais renda? _____

6.2- Há quanto tempo se dedica a principal atividade? () – de 5 anos () + de 5 anos () + de 10 anos () + de 30 anos () + 50 anos

6.3- O total da renda mensal é de (SM a partir de 01/01/2017 – R\$ 937,00):

() até 1 salário mínimo () de 2 a 3 salários mínimos () de 3 a 5 salários mínimos () mais de 5 salários mínimos

6.4 – Há o processamento, ainda que artesanalmente, de algum produto na propriedade?

Sim () Quais? () queijo () linguiça () cachaça () doces () outros: _____ () Não

7- Equipamentos tecnológicos e uso de insumos na propriedade:

7.1- A propriedade possui os seguintes equipamentos:

Respostas	Trator	Colheitadeira	Semeadeira	Máquina de despolar grão	Arado tração animal	Tanque Resfriamento de leite	Ordenhadeira	Outros quais?
Sim								
Não								

7.1.1- Em caso de não possuir nenhum desses equipamentos o produtor:

() aluga de quem os possui () toma emprestado () paga pelos serviços

() executa ela mesma todos os serviços de forma manual

7.2- Na propriedade se utiliza sementes, adubos e corretivos na lavoura:

	Não orgânico (industrializado)	Orgânico	Quantidade anual
Sementes			
Adubo			
Corretivos/calçário			
Fungicidas			
Herbicidas			
Inseticidas			
Ração			
Outros, quais?			

7.3- Práticas/Técnicas/manejo da produção

	Sim	Não	Frequência
Rotação de terras			
Rotação de culturas			
Rotação de culturas e pastagem			
Inseminação/reprodução de matrizes			
Queimada			
Irrigação			
Estufa			
Vacinação animal			
Inseminação artificial / ITF			
Correção de solo			
Adubação			
Adoção de Curvas de nível			
Análises laboratoriais de solo			
Análises laboratoriais de água			
Outras, quais?			

7.4 – A agricultura orgânica

7.4.1- O agricultor sabe/conhece/já ouviu falar da agricultura orgânica ou pecuária orgânica?() sim () Não

7.4.1.1- Se sim, como tomou conhecimento?() Por amigos () pela família () pelos meios de comunicação () por cursos, palestras

7.4.2. O agricultor já teve experiência com agricultura orgânica e pecuária orgânica?() sim () Não

7.4.2.1- Se sim, como se deu essa experiência? _____

7.4.3- Há na propriedade algum local produtivo que não utiliza defensivos químicos?

() sim Qual? _____ () Não

7.4.4- O agricultor tem interesse em trabalhar e oferecer produtos orgânicos?

() sim () Não

8- Assistência técnica, empresarial e financeira:

8.1- O produtor rural conta com Assistência técnica:

Respostas	Assistência técnica	Atividade orientada / Qual?	
		Agrícola	Não agrícola
Sim			
Não			
Custo			
Quem*			
Frequência			

*Prefeitura, Casa da Agricultura/CATI, Sindicato Rural, Cooperativa, Casa Agropecuária e outros (quais?). Indicar o profissional (agrônomo, veterinário, zootecnista ou técnico agropecuário).

2 – O produtor rural conta com Assistência Empresarial:

Respostas	Assistência Empresarial	Atividade gerenciada / Qual?	
		Agrícola	Não agrícola
Sim			
Não			
Custo			
Quem*			
Frequência			

* **SEBRAE, ONGs, Sindicato Rural, Cooperativa, Indústria e outros (quais?). Indicar o profissional.**

8.3 – O produtor rural conta com Financiamento:

Respostas	Assistência financeira	Atividade financiada / Qual?	
		Agrícola	Não agrícola
Sim			
Não			
Custo			
Quem*			
Frequência			

*Bancos estatais (políticas públicas), bancos privados, cooperativas de crédito, outros (quais?)

8.4- Como você avalia a atuação dos seguintes órgãos junto ao produtor rural

RESPOSTAS	ÓRGÃOS						
	Prefeitura	Casa da Agricultura	Sindicato Rural	Bancos	CONSEG	Cooperativa	Revenda de insumos e maquinários
Ótima							
Boa							
Regular							
Ruim							
Não sabe responder							
Não quer responder							

II- PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA, ÁREA OCUPADA E RENTABILIDADE

9. Agricultura

Produtos vegetais	Área cultivada*	Total de Produção**	Valor da produção R\$	Destino da Produção
Frutas				
Abacate				
Banana				
Laranja				
Limão				
Manga				
Legumes				
Abóbora/ Abobrinha				
Berinjela				
Chuchu				
Pimentão				
Mandioca				
Verduras /folhas				
Alface				
Couve				
Almeirão				
Rúcula				
Grãos				
Arroz				
Feijão				
Amendoim				
Milho				
Café				
Cana-de-açúcar				
Mudas				
Outros Quais?				

10. Pecuária: BUSCAR SEMPRE O Nº DE ANIMAIS E O DESTINO

Produtos animais	Nº de cabeças	Área Ocupada	Produtividade por ano	Valor da Produção (R\$)	Destino da Produção
Abelhas					
Bovinos p/corte					
Bovinos p/leite					
Equinos					
Frangos p/corte					
Frangos p/ovos					
Carneiros					
Peixes					
Suínos					
Outros DETALHAR					

10.1- Onde e como são descartados os dejetos dos animais? _____

II- CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FAMILIAR - aspectos demográficos, grau de instrução, infraestrutura e bens da família

11-Aspectos Demográficos e Sociais

11.1 - Por quantas pessoas a família que trabalha na propriedade é composta? _____

11.2- Número de pessoas da família por idade, sexo e atividade praticada

Número de pessoas da família por idade, sexo e atividade praticada			
Feminino	Idade	Qtd. de pessoas	Atividade praticada
	0 - 1		
	2 - 5		
	6 - 10		
	11 - 15		
	16 - 20		
	21 - 30		
	31 - 40		
	41 - 50		
	51 - 60		
	60 Ou +		
Masculino	Idade	Qtd. de pessoas	Atividade praticada
	0 - 1		
	2 - 5		
	6 - 10		
	11 - 15		
	16 - 20		
	21 - 30		
	31 - 40		
	41 - 50		
	51 - 60		
	60 Ou +		

11.3- Das atividades desenvolvidas na propriedade o que é tarefa:

Do homem	Da mulher	Das crianças

11.4 - Tem algum membro da Família que recebe aposentadoria? ()Sim ()Não

11.4.1- A renda proveniente da aposentadoria é destinada para?

() manutenção da propriedade () manutenção da família (lazer, compra de remédios, alimentação)

() outros: _____

12 - Grau de escolaridade e religião dos membros da família

Grau de escolaridade e religião dos membros da família											
Família	Analfabeto(a)	Fundamental		Médio		Superior		Religião			
		Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Comp.	Incomp.	Catól.	Evang.	Espír.	Outra
Pai											
Mãe											
Filho 1											
Filho 2											
*											

* Outros membros da família - exemplos: noras, genros, netos e agregados.

12.1- Qual sua relação com a vizinhança?() parentesco() compadrio() amizade() sem relação () outras: _____

13- Infraestrutura da habitação e bens da família

13.1 Tipos de construção. Quais os tipos de construções que existem na propriedade?

() Barracão () Silo () Galpão () Curral () Galinheiro () Chiqueiro () Câmara Fria () outros: _____

13.2-Habitação

Nº de casas na propriedade	Material da Construção (Casa)			Nº de Cômodos	Nº de Quartos	Cozinha e Banheiro			
-	Alvenaria	Madeira	Barro	-	-	Com água encanada	Sem água encanada	Fossa Séptica	Fossa Negra

13.3- Aparelhos Eletroeletrônicos (Quantidade):

Eletrodomésticos						
Tv	Rádio	Geladeira	Máquina de lavar	Micro-ondas	Computador	Outros

14. – Transporte - A família possui:

Respostas	Automóvel	Jeep	Caminhonete	Caminhão	Carroça	Moto	Outros
Sim (quantidade)							
Não							

15- Saúde

15.1- A família procura o médico: () regularmente () só quando algum membro adoece

15.2- A família possui plano de saúde?

() sim () não () somente um ou alguns membros possuem () já possuiu

15.3- Quando alguém da família adoece, procura-se primeiro:

() médico () farmácia () curar a doença tomando remédios caseiros () benzedor/a

16. - Alimentação

16.1 Quantas vezes a família vai ao supermercado:

() 1 vez por semana () mais de uma vez por semana () a cada 15 dias () 1 vez por mês

16.2 – A família costuma frequentar feiras para comprar alimentos?

() Sim. Qual? _____ () Não.

16.3-Tem a prática de comprar produtos orgânicos para consumo da família?

() Sim. O quê? _____ () Não.

16.4- Que tipos de produtos compra no supermercado/feira:

	Supermercado		Feira	
	Sim	Não	Sim	Não
Frango				
Porco				
Boi				
Peixes				
Leites e Laticínios				
Arroz				
Feijão				
Grãos e Farinhas (trigo, mandioca, milho)				
Pães e bolachas				
Sucos				
Refrigerantes				
Bebidas alcoólicas				
Frutas, verduras e legumes				

IV- ASPECTOS POLÍTICOS E CULTURAIS:

17- Você acompanha regularmente o noticiário sobre o meio rural?

Balconista															
Motorista															
Diarista															
Frentista															
Comerciante															
Artesanato															
Turismo rural															
Cabeleireiro															
Olarias															
Mineração argila/calcário															
Agroindústria /Korin															
Outras															

27.1 - Época do ano em que se ocupa com as atividades não agrícolas:

28 - Análise da paisagem, arquitetura e cultura

28.1 Existe alguma construção antiga ou religiosa na sua propriedade?

() sim, qual: _____ () não

28.2 Existe algum atrativo natural ou paisagístico na sua propriedade?

() sim, qual: _____ () não

28.3 Existe algum atrativo de culinária tradicional na sua propriedade?

() sim, qual: _____ () não

28.4 Existe algum atrativo de artesanato tradicional na sua propriedade?

() sim, qual: _____ () não

28.5 – Há algum produto prática ou atividade tradicional em sua propriedade?

() sim, qual: _____ () não